

Francisco de Paula Falcão e Castro

REFORMA AGRÁRIA EM PERNAMBUCO

VOLUME **1**

Das Ligas Camponesas à Nova República

REFORMA AGRÁRIA EM PERNAMBUCO

1º Volume

DAS LIGAS CAMPONESAS À NOVA
REPUBLICA



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

Maria José de Sena

Reitora

Maria do Socorro Lima Oliveira

Vice-reitora

CONSELHO EDITORIAL - EDUFRPE

Prof. MSc Antão Marcelo Athayde Freitas Cavalcanti (Presidente)

Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão

Profa. Dra. Mariana Zerbone Alves de Albuquerque

Profa. Dra. Monica Lopes Folena Araújo

Profa. Dra. Renata Pimentel Teixeira

Profa. Dra. Soraya Giovanetti El-Deir

Profa. MSc. Maria Wellita Bezerra dos Santos



EDITORA UNIVERSITÁRIA DA UFRPE - EDUFRPE

Antão Marcelo Athayde Freitas Cavalcanti

Diretor

José Abmael de Araújo

Coordenador Administrativo

Josuel Pereira de Souza

Chefe de Produção Gráfica

Diagramação final e arte de capa

Janilson Lemos de Araújo Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Castro, Francisco de Paula Falcão e

Reforma agrária em Pernambuco : volume 1 : das ligas camponesas à nova república / Francisco de Paula Falcão e Castro. -- 1. ed. -- Recife, PE : Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2025. -- (Reforma agrária em Pernambuco)

Bibliografia.

ISBN 978-85-7946-468-3

1. Assentamentos rurais - Brasil 2. Conflitos agrários 3. Reforma agrária - Brasil - História 4. Pernambuco (PE) - História I. Título. II. Série.

25-267549

CDD-333.3181

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Luta pela terra : Reforma agrária : História 333.3181
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Francisco de Paula Falcão e Castro

REFORMA AGRÁRIA EM PERNAMBUCO

1º Volume

DAS LIGAS CAMPONESAS À NOVA
REPUBLICA

1ª Edição

Recife
UFRPE
2025

APRESENTAÇÃO GERAL DA OBRA

Retomo aqui, numa linguagem não acadêmica, minha tese de doutorado em sociologia, defendida em 1993 na Universidade de Paris. Estudei, a reforma agrária da Nova República (1985-1988), quando não aconteceu em Pernambuco uma luta pela terra tão intensa como a das Ligas Camponesas e de outros movimentos sociais que agitaram esse estado no período populista, especialmente entre 1959 e 1964, nos governos de Cid Sampaio e Miguel Arraes. Para estabelecer comparações, estudei a reforma agrária no período populista e na ditadura militar (1964-1985), quando foram definidas as normas e celebrados os acordos que moldaram a política agrária do governo Sarney.

Espero contribuir, de alguma forma, trazendo à reflexão das pessoas, fatos e depoimentos passados, acreditando que a História é mestra da vida.

A pergunta que guiou minha pesquisa foi: “Por que, em Pernambuco, berço das Ligas Camponesas e de uma grande mobilização pela reforma agrária no período da guerra fria, não houve uma mobilização equivalente na Nova República?”. O dilema que se colocou aos atores sociais do campo pernambucano foi o da opção entre o confronto e a conciliação.

Esta obra possui três volumes. O 1º volume, Das Ligas Camponesas à Nova República, resume a tese. Os dois volumes restantes reproduzem as vinte e oito entrevistas realizadas no segundo semestre de 1992, com cinco categorias de atores sociais do mundo rural pernambucano: empresários e políticos (2º volume), lideranças do movimento sindical dos trabalhadores rurais, dirigentes de cooperativas agropecuárias e lideranças de organizações católicas atuantes no meio rural (3º volume).

Os procedimentos na realização das entrevistas

As entrevistas, todas presenciais, foram realizadas no segundo semestre de 1992, durante a pesquisa de campo do doutorado. As perguntas das entrevistas

abordaram o mundo rural de Pernambuco entre 1950 e 1990, tendo como fio condutor a questão principal da tese, a da explicação da moderação das relações sociais no campo pernambucano, sobretudo durante a Nova República.

Para a seleção dos entrevistados usou-se o método da amostragem intencional, segundo o qual, “com um bom julgamento e uma estratégia adequada pode-se escolher os casos que se deve incluir na amostra” (1).

Dessa forma, a seleção de uma pessoa para a amostra levou em conta:

- Sua legitimidade como porta-voz de um dos atores sociais definidos;
- Seu envolvimento com uma ou mais das lutas rurais: por terra, por salário e por produção. O envolvimento significa apenas que o entrevistado tomou alguma posição em relação a essas lutas, a favor ou contra.

As entrevistas não seguiram um roteiro rígido de perguntas, mas foram realizadas quase como uma conversa, em que muitas perguntas surgiam naturalmente. Com frequência houve digressões de alguns entrevistados que não foram cerceadas por mim quando se tratava de informações muito ricas sobre o mundo rural pernambucano. Além disso, o tempo entre a realização das entrevistas me permitiu agregar novos conhecimentos e me dar mais segurança para as entrevistas seguintes, e assim, ganhar mais a confiança do entrevistado, o que foi muito importante no meu relacionamento com o patronato.

Além de estudioso da reforma agrária no Brasil, participei, durante a Nova República, de alguns acontecimentos analisados. Mas, como cientista social, procuro interpretar objetivamente os fatos. Espero que a pesquisa realizada há três décadas e meia, ao ser publicada agora, em português, pela primeira vez, não apenas contribua para a preservação de nossa história agrária, mas colabore com os que hoje lutam por uma reforma agrária que garanta uma vida digna aos trabalhadores, gere alimentos saudáveis para a população brasileira e esteja inserida num projeto de desenvolvimento nacional sustentável.

¹SELTIZ, JAHODA, DEUTSCH e COOK. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: USP, 1974, p. 573-611.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO AO 1º VOLUME	10
PRIMEIRA PARTE: A REFORMA AGRÁRIA NO PERÍODO POPULISTA	15
1. O populismo no Brasil e em Pernambuco	16
2. A reforma agrária nos governos federais	17
2.1. A reforma agrária de Getúlio Vargas (1951-1954)	17
2.2. A reforma agrária de Juscelino Kubitscheck (1956-1961)	17
2.3. A reforma agrária de Jânio Quadros (1961)	19
2.4. A reforma agrária de João Goulart (1961-1964)	20
3. Os partidos com atuação no campo de Pernambuco (1945-1964)	22
3.1. O Partido Comunista e sua atuação no campo	24
4. Encontros importantes dos trabalhadores rurais	25
5. As Ligas Camponesas	26
6. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais	29
7. Organizações católicas com atuação no campo	32
7.1 Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE)	32
7.2. Movimento de Educação de Base (MEB)	35
7.3. Juventude Universitária Católica (JUC)	36
7.4. Movimento de Cultura Popular (MCP)	36
SEGUNDA PARTE: A REFORMA AGRÁRIA NA DITADURA MILITAR	37
1. Os instrumentos legais e institucionais da reforma agrária	38
2. A modernização agrícola e seus efeitos perversos	45
3. Os conflitos agrários	45
4. A transição democrática	49
4.1. A mobilização pela redemocratização do país	50
4.2. A mobilização pela reforma agrária	52
4.3. A anistia política e a volta do pluripartidarismo	53
4.4. O surgimento do “Centrão” no Congresso Nacional	56
4.5. Pernambucanos nos governos militares	56
4.6. A campanha das “diretas já”	58
4.7. A Aliança Democrática e a tutela militar sobre a reforma agrária	58

TERCEIRA PARTE: A REFORMA AGRÁRIA NA NOVA REPÚBLICA	62
1. O perfil conservador do Governo Sarney	63
2. A proposta de reforma agrária	64
3. Reações do patronato agrário à proposta de reforma agrária	66
4. O Plano Nacional de Reforma Agrária nasce desfigurado	70
5. O Plano Regional de Reforma Agrária de Pernambuco	72
6. A reação contra a reforma agrária na Constituinte	78
7. O fracasso da reforma agrária na Nova República	79
QUARTA PARTE: AS LUTAS RURAIS DE PERNAMBUCO, SEUS ATORES E MEDIADORES	81
1. PANORAMA DAS LUTAS RURAIS DE PERNAMBUCO	82
2. A LUTA DOS CANAVIEIROS	86
2.1. As campanhas salariais dos canavieiros	88
2.2. Organização e formação dos canavieiros	93
2.3. As relações sociais na agroindústria canavieira	95
3. A LUTA PELA TERRA	96
3.1. O movimento sindical na luta pela terra	96
3.2. As organizações católicas na luta pela terra	97
3.3. Balanço da luta pela terra	99
4.1. Os agricultores familiares com pouco apoio do movimento sindical	100
4. A LUTA DA AGRICULTURA FAMILIAR	100
4.2. Os médios produtores com representação sindical mal definida	101
4.3. Um sindicato exclusivo para os agricultores familiares	102
4.4. As cooperativas agropecuárias	103
4.5. As associações de pequenos produtores e o sistema ATER	104
4.6. O clientelismo das cooperativas e associações	107
4.7. Os agricultores familiares e a reforma agrária	108
4.8. Os agricultores familiares entram na cena política	110
5. UM PATRONATO RURAL HABITUADO A NEGOCIAR	114
6. A FETAPE ENTRE O CONFRONTO E A NEGOCIAÇÃO	116
6.1. A FETAPE e os poderes federais	117
6.2. A FETAPE e os poderes sindicais	118
6.2.1. A FETAPE e a CUT	120
6.2.2. A FETAPE e as centrais sindicais alternativas	122

6.3. A FETAPE e os partidos políticos	122
6.4. A FETAPE e seu debate político interno	124
6.5. A FETAPE e a contestação de sua hegemonia	125
6.6. A FETAPE e as organizações católicas	129
6.7. A FETAPE e as razões de sua força política	130
7. MEDIAÇÃO DE MIGUEL ARRAES NO MEIO RURAL	135
CONCLUSÕES	145
REFERÊNCIAS	153
APÊNDICES	171
APÊNDICE 1 - LISTA DAS TABELAS	171
APÊNDICE 2 - LISTA DOS ENTREVISTADOS	173
APÊNDICE 3 - LISTA DAS SIGLAS	176

INTRODUÇÃO AO 1º VOLUME

O Volume I, resumo da tese de doutorado, explora a polaridade de confronto e negociação entre os atores do meio rural pernambucano. Esse volume possui quatro partes. Na primeira parte, apresento, de forma sintética, o que uma vasta literatura científica tratou sobre o tema das Ligas Camponesas e outros movimentos populares da época anterior ao golpe militar de 64. Na segunda parte exponho o tratamento que a ditadura militar deu à questão da terra. Na terceira parte, tratando da Nova República, exponho a política agrária do presidente José Sarney, e as mobilizações sociais a favor e contra a reforma agrária no país e, de modo especial, as de Pernambuco. Na quarta parte, trato das relações de confronto e negociação entre os atores sociais protagonistas dessas ações - os trabalhadores e o patronato -, envolvendo também seus principais mediadores - sindicatos, cooperativas e organizações católicas, nos diferentes períodos assinalados. Acrescentei a análise de uma importante personalidade, Miguel Arraes, que esteve presente por um longo período na política pernambuca e que, em seu primeiro mandato de governador conviveu com o clima de agitação social no campo, atuando como mediador de conflitos e, em seu segundo governo deu ênfase ao seu perfil de moderador das lutas sociais.

Passo agora a explicitar os conceitos e a metodologia usada.

Questão agrária

A expressão “questão agrária” indica uma maneira de interpretar o mundo rural, especialmente o regime de propriedade e de exploração da terra, tendo em vista a solução de um determinado problema. No início dos tempos modernos, os economistas ingleses David Ricardo e John Stuart Mill procuraram explicar as transformações causadas pela instalação de empresas capitalistas no campo, que causaram aumento na produtividade e na produção agrícola, alterações nas relações de trabalho, desemprego, êxodo rural, etc. A seguir, os filósofos alemães Frederich Engels e Karl Mark estudaram os efeitos perversos gerados pelo capitalismo nascente sobre os trabalhadores do campo e defenderam a

superação do problema e do próprio sistema capitalista através da união dos trabalhadores, o que levou à criação de sindicatos e de partidos políticos socialistas e comunistas. A Doutrina Social da Igreja começou a definir-se no final do século XIX, a partir do papa Leão XIII, autor da Encíclica *Rerum Novarum*, que tratou das transformações que ocorriam no mundo – as coisas novas, que deram o título à encíclica – entre as quais o ateísmo entre os trabalhadores, e que estimulava a Igreja a atuar junto a essas populações, o que deu origem a muitas organizações católicas voltadas para o apoio aos trabalhadores urbanos e rurais, que vieram a atuar posteriormente no Brasil e em Pernambuco, sobretudo com a presença de Dom Helder Câmara.

No Brasil, houve muitos estudiosos da questão agrária, dentre os quais Caio PRADO JUNIOR (1945, 1963, 1979), Ignácio RANGEL (1962), Alberto Passos GUIMARÃES (1979) e José Graziano da SILVA (1980).

Reforma agrária. Conceito simples.

A expressão “reforma agrária” indica, no Brasil, uma política pública sob a responsabilidade do Estado federal mas com a participação dos Estados federados e dos municípios, para corrigir, ou atenuar, o problema da concentração de terra.

Intervenções pontuais sobre a estrutura fundiária aconteceram em nossa história. Os fatores que desencadearam essas intervenções foram, algumas vezes, a pressão dos trabalhadores e da população pobre e, outras vezes, e de uma forma até surpreendente, a imposição das elites sobre o Estado federal ou o Estado de Pernambuco, desejosa de resolver algum problema seu, como, por exemplo, o da escassez de força de trabalho ou, simplesmente, para aliviar a tensão social que, de alguma forma, representa um risco aos seus interesses.

Reforma agrária. Conceito integral.

A mera correção na distribuição das terras brasileiras, de modo a atender às necessidades dos trabalhadores sem terra, não é suficiente. É necessário que a reforma agrária seja acompanhada de outras políticas e comporte algumas características, a saber:

- Reforma agrária democrática e popular, na qual as populações rurais são protagonistas em todo o processo. Isso requer um nível adequado de educação popular. Caso contrário, essas populações podem ser usadas pelo Estado, por partidos, ou até mesmo por quem apregoa defender os seus interesses.
- Reforma agrária massiva, atingir todo o país
- Reforma agrária territorial, levando em conta as especificidades da população segundo os diferentes territórios. Nos territórios indígenas, por exemplo, o dimensionamento dos lotes das famílias e das comunidades deve levar em conta o modo como o índio utiliza a terra
- Reforma agrária inserida dentro de um projeto nacional de desenvolvimento.
- Reforma agrária acompanhada pela política agrícola, voltada sobretudo para a produção de alimentos saudáveis
- Reforma agrária acompanhada por políticas sociais em educação, cultura, saúde, habitação, previdência social, lazer, entre outras.

Política fundiária rural

A política fundiária destina-se a regularizar a o domínio e a posse dos imóveis rurais. Ela justifica-se pela ocorrência de situações onde o domínio e a posse das terras foram objeto de ações fraudulentas, como a grilagem, pela qual um grande proprietário diz ser dono da terra com base numa escritura fraudada.

Política agrícola

A política agrícola compreende ações de concessão de crédito rural, assistência técnica e extensão rural, pesquisa agropecuária, seguro agrícola, defesa sanitária, garantia de preços mínimos, apoio à comercialização e ao abastecimento da produção agropecuária e outras intervenções a favor dos agricultores de todos os tamanhos. Essa política deve fazer-se segundo o modelo da sustentabilidade. Para usar as palavras de Jean Marc von der WEID

(1998, p. 5) “a agricultura é sustentável quando ela conserva os recursos naturais e o meio ambiente, é economicamente viável e socialmente apropriada e justa”.

A dimensão territorial das políticas públicas

Na geografia o termo território comporta mais de uma conceituação. O primeiro é de um espaço físico vinculado a um Estado nacional, um Estado federado, como o de Pernambuco, ou a um município. O segundo conceito, muito usado hoje no mundo acadêmico, é o de território como o espaço com várias dimensões além da área física, comportando os aspectos culturais e sociais de uma população. As políticas públicas devem ser definidas atendendo às especificidades dos territórios, tomados nessa última conceituação. Por exemplo, uma parte dos municípios situados na área Norte de Minas Gerais são incluídos como o objeto da ação da SUDENE, por suas características semi-áridas, o que implica em comportamentos demográficos de adaptação do homem a esta situação. Dessa forma, aos nove estados que integram o Nordeste na classificação do IBGE foram incorporados esses municípios do Norte de Minas Gerais.

A metodologia da pesquisa

A primeira opção metodológica foi a de abordar o objeto de estudo a partir dos atores sociais, como proposto por Alain TOURAINE (1984 e 1988) para o estudo das sociedades.

A segunda opção foi o destaque dado às fontes primárias, a saber: (i) documentos dos arquivos de organizações; (ii) informações prestadas pelos atores através de entrevistas; (iii) minha memória dos fatos de que participei.

No segundo semestre de 1992, realizei 28 entrevistas, listadas no Apêndice 2, com pessoas que atuaram no mundo rural de Pernambuco entre 1958 e 1988. Elas integram cinco tipos sociais: (i) patronato rural; (ii) políticos; (iii) trabalhadores rurais; (iv) dirigentes de cooperativas; (v) organizações católicas. Cada tipo comporta diferenciações sociais, para as quais procurei encontrar pessoas para entrevistar, na busca de uma melhor representatividade. Por

exemplo: no patronato agrário identifiquei dois importantes subtipos - fornecedor de cana e usineiro – para os quais encontrei representantes a entrevistar.

Para a seleção dos entrevistados usei o método da amostragem intencional, segundo o qual, “com um bom julgamento e uma estratégia adequada pode-se escolher os casos que se deve incluir na amostra” (SELTIZ, JAHODA, DEUTSCH e COOK, 1974, p. 573-611).

PRIMEIRA PARTE: A REFORMA AGRÁRIA NO PERÍODO POPULISTA

A ditadura getulista do Estado Novo (1937-1945), antes de terminar, teve um período de abertura política, em grande parte ocasionada pela derrota do nazismo na segunda guerra mundial, derrota essa acarretada pelos Aliados, com a participação das forças armadas brasileiras desde 1942. Getúlio Vargas quis ser protagonista desta redemocratização, quando, em 18 de fevereiro de 1945 determinou a volta das eleições diretas no Brasil, marcando-as para 2 de dezembro do mesmo ano. Os resultados eleitorais foram em grande parte favoráveis às forças progressistas do Brasil e de Pernambuco, que trouxeram para o debate público a necessidade de uma reforma agrária.

1. O populismo no Brasil e em Pernambuco

O populismo é um regime político no qual um chefe de governo com perfil carismático tem uma relação direta com o povo, pondo em segundo plano as instituições. Ele concede benefícios sociais, mas mantém o controle do Estado sobre o povo.

O populismo brasileiro teve início em 1950, após o governo do marechal Dutra, que agiu com muita violência sobre as organizações populares. Neste ano teve início o novo governo de Getúlio Vargas, eleito em eleição direta. Getúlio Vargas foi, nesta fase de sua carreira política, um grande líder populista, semelhante a Perón, na Argentina. Após Vargas, exerceram a presidência outros líderes populistas: Juscelino Kubitschek (1955-1960), Jânio Quadros (1960-1961) e João Goulart (1961-1964).

Em Pernambuco, o populismo manifestou-se mais abertamente a partir da eleição de Cid Sampaio como governador, em 1958, derrotando as oligarquias ligadas ao Estado Novo, que ainda continuavam à frente do governo estadual.

O contexto mundial, nesse período, foi o da Guerra Fria, cujo marco temporal inicial foi o discurso de Harry Truman, presidente dos Estados Unidos, em 1947, pedindo verbas para o Plano Marshall, de recuperação dos países europeus destruídos na guerra, na tentativa de barrar o avanço do socialismo na

Europa e no resto do mundo. A Guerra Fria finalizou em 1991, com a dissolução da União Soviética.

2. A reforma agrária nos governos federais

A reforma agrária figurou como uma das políticas públicas dos governos populistas. Traço aqui algumas pinceladas.

2.1. A reforma agrária de Getúlio Vargas (1951-1954)

A questão agrária foi objeto de algumas iniciativas do governo Vargas, que constituiu, em 1952, a Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA), presidida pelo Ministro da Agricultura, João Cleophas de Oliveira, usineiro de Pernambuco e um dos dirigentes da União Democrática Nacional (UDN) deste Estado. Por sugestão desta Comissão, o presidente Vargas criou, pela lei 2.136, de 5 de janeiro de 1954, o Instituto Nacional de Imigração e de Colonização (INIC). Vargas enviou, igualmente, ao Congresso um projeto de lei com respeito à desapropriação por interesse social de bens rurais ou urbanos. O projeto previa a implantação de colônias agrícolas. Quanto à sua aprovação, pelo Congresso, ela somente ocorrerá em agosto de 1962, durante o governo Goulart. O mandato de Vargas foi interrompido por seu suicídio em agosto de 1954.

Após o suicídio de Vargas transcorreu o curto governo de Café Filho (setembro de 1954), durante o qual foi aprovado o projeto de criação do Serviço Social Rural, destinado a prestar serviços de assistência social e técnica aos pequenos agricultores, inclusive às cooperativas.

2.2. A reforma agrária de Juscelino Kubitschek (1956-1961)

O sucessor de Vargas na Presidência da República foi Juscelino Kubitschek (1955-1960), eleito pelo Partido Social Democrata (PSD), em coalizão com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), herdeiro do varguismo. O PTB conserva a vice-presidência, ocupada por João Goulart. A posse de ambos foi garantida pelo candidato derrotado à presidência, o general Henrique Teixeira

Lott, que, em respeito à continuidade democrática, abafou uma conspiração militar. Essa iniciativa adiou, por alguns anos, o golpe militar.

Kubitschek, ao assumir o governo, abandona a linha nacionalista de Vargas e desenvolve um grande programa de industrialização denominado Plano de Metas, em grande parte realizado por grupos multinacionais que se instalam no Brasil. Kubitschek mantém-se fiel às instituições democráticas, apesar das tentativas de golpe que enfrentou. Durante seu governo, surgem diversos movimentos sociais rurais em várias regiões do país. O Congresso Nacional permanece, entretanto, muito conservador. Daniel Faraco, do Partido Social Democrata (PSD) e presidente da Comissão de Economia da Câmara dos Deputados afirma: "enquanto eu for presidente desta comissão, nenhum projeto de reforma agrária passará" (Citado por CAMARGO, 1981, p. 155).

Em 6 de junho de 1956 foi fundada a Frente Parlamentar Nacionalista, que tinha como um de seus integrantes Oswaldo Lima Filho, deputado federal do PTB, por Pernambuco. O deputado federal José Joffily (PSD) e da Frente Parlamentar Nacionalista, apresenta, como relator de uma comissão especial, uma emenda que integra todos os projetos de reforma agrária propostos ao Congresso.

Segundo Aspásia Alcântara de CAMARGO (1981, p. 165), Kubitschek

muito habilmente canaliza as ambições reformistas com iniciativas indiretas, como a Operação Nordeste - o 31º objetivo de seu Plano de Metas - que aborda a questão agrária pelo ângulo do regionalismo, seduzindo ou neutralizando a numerosa representação [parlamentar] do Nordeste. Do sucesso da Operação Nordeste nasceu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (...). A consolidação do projeto SUDENE parece provir de uma zona de centro-esquerda, de orientação tecnocrática e modernizadora, cujo apoio principal são alguns governadores do Nordeste recentemente eleitos - os altos dignitários da UDN, Cid Sampaio [de Pernambuco] e Juraci Magalhães [da Bahia].

Entretanto, como destaca a economista Tânia BACELAR (2020, p.11), que participou das primeiras equipes da SUDENE, "o projeto de criação da SUDENE passou quase um ano no Congresso e só foi aprovado com o apoio da bancada do Sudeste, contra a bancada conservadora do Nordeste".

A criação da SUDENE esteve ligada ao debate sobre a questão das desigualdades regionais, fator causador da miséria da população rural da região e que foi mostrada ao resto da sociedade brasileira como um foco de

instabilidade social e política. Foi nesta atmosfera que surgiram as Ligas Camponesas e que chegaram à região as equipes da Aliança para o Progresso, enviadas pelo presidente americano John Kennedy.

2.3. A reforma agrária de Jânio Quadros (1961)

O governo do presidente Jânio Quadros durou apenas sete meses. Aspásia CAMARGO (1981, p. 169) considera que apesar dos compromissos eleitorais de Jânio Quadros com a UDN, que o toma como candidato, e apesar de suas ligações com o esquema militar, tomou medidas favoráveis à sindicalização rural e à reforma agrária.

Quanto à legislação do trabalho agrícola, Jânio Quadros disse, em sua Mensagem Presidencial de 15 de março de 1961, citado por Aspásia CAMARGO (1981, p. 171):

Devemos estender o campo de aplicação da legislação do trabalho (...) Pretendemos submeter ao Congresso a regulamentação do trabalho rural. Não se pode retardar a proteção do direito destes trabalhadores, nem ambicionar ter uma verdadeira sociedade nacional se mais da metade da população não dispõe dos instrumentos da sindicalização" (2).

Relativamente à reforma agrária, Jânio Quadros criou, em abril de 1961, o Grupo de Trabalho sobre o Estatuto da Terra. Integravam o Grupo, entre outros, Barbosa Lima Sobrinho, ex-governador de Pernambuco (1948-1951) e Dom Hélder Câmara, futuro arcebispo de Olinda e Recife. Várias sugestões do Grupo de Trabalho, segundo Aspásia CAMARGO (1981, p.173)

serão adotadas pela Aliança para o Progresso, como a criação das cooperativas, uma política de colonização e de democratização dos créditos ao pequeno produtor, a alfabetização e a criação de um organismo responsável pela coordenação e pela execução de uma reforma da estrutura fundiária.

Citado por Aspásia CAMARGO (1981, p. 177), o presidente Jânio Quadros afirmou que a Comissão Federal de Reforma Agrária terá "todo o apoio de meu governo, comprometido em tornar efetiva a reforma agrária integral que corresponda às necessidades sociais, econômicas e técnicas do país". Entretanto, o projeto de reforma agrária desta comissão não chegou nem a ser discutido pelo Congresso, devido à reação dos parlamentares conservadores de

² - Jânio Quadros, Mensagem ao Congresso Nacional, 1961, pp. 69/70.

do PSD. Em 25 agosto, Jânio Quadros renuncia à presidência, sendo sucedido por seu vice-presidente João Goulart, popularmente chamado de Jango.

2.4. A reforma agrária de João Goulart (1961-1964)

O governo de Goulart, desde começo, caracterizou-se por suas preocupações reformistas, inclusive sobre o problema fundiário. Bastante apoiado pelo movimento sindical urbano e pelos partidos de esquerda, ele procurou atrair também as forças do centro.

Goulart começa seu mandato sob um regime parlamentar (de 7 de setembro de 1961 a 06 de janeiro de 1963), aprovado às pressas pelo Congresso conservador, no intuito de diminuir os poderes do novo governante. Tancredo Neves, escolhido como primeiro ministro, afirmou, em setembro de 1961, por ocasião da apresentação ao Congresso do Plano de ação político-administrativa do Governo, que a reforma agrária é um dos compromissos prioritários da nova administração federal.

Em 06 de janeiro de 1963 o Brasil retorna ao regime presidencialista, durante o qual foi aprovado pelo Senado e sancionado pelo Presidente da República, a importante legislação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) que estendeu aos trabalhadores rurais os direitos concedidos aos urbanos. A entidade que liderou esta luta foi a União dos Lavradores e dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB).

Quanto à questão da terra, destacou-se a participação do Ministro da Agricultura de João Goulart, o usineiro pernambucano Armando Monteiro Filho, que elaborou uma proposta de reforma agrária ⁽³⁾ e que foi aproveitada na primeira versão do Estatuto da Terra, enviada pelo primeiro ministro, Tancredo Neves, ao Congresso em 17 de janeiro de 1962.

No preâmbulo da proposta, MONTEIRO FILHO (1962, p.5) exprime a ideia dominante do pensamento progressista da época: o atraso da agricultura

³ MONTEIRO FILHO, Armando. *Anteprojeto de Reforma Agrária. Aumento da produtividade, humanização do homem do campo*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1962. Série Documentária n. 18.

brasileira dificultava o desenvolvimento industrial, de onde necessidade de uma reforma agrária. Segundo o ex-ministro:

A reforma agrária impõe-se como uma emergência, em razão do desequilíbrio social do país. Ela mobilizou, a justo título, a opinião pública, que aspira a uma melhoria do padrão de vida das massas rurais (...) Os problemas alimentares são agravados pelo anacronismo das estruturas agrárias, principal fator da arritmia entre o crescimento industrial e o da agricultura.

Os objetivos propostos pela emenda de MONTEIRO FILHO (1962, p. 10.) são sensivelmente semelhantes aos do Estatuto da Terra (1964) e aos do PNRA (1985), a saber:

- a) A instituição de uma política nacional de reforma agrária;
- b) A criação de um organismo federal, a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), diretamente subordinada à Presidência da República e responsável pela execução desta política;
- c) A definição dos casos de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária;
- d) A transferência em favor do patrimônio da SUPRA dos imóveis rurais da união, exceto aqueles preservados pelo art. 34 da Constituição federal, e os imóveis utilizados pelo poder público no exercício de suas próprias atividades;
- e) A definição do processo de distribuição de terras e a regulamentação do uso da propriedade rural;
- f) Uma nova norma legal para os contratos de arrendamento e de parceria;
- g) A extensão, ao campo, da legislação do trabalho;
- h) A adoção de um processo sumário para a solução dos conflitos entre os proprietários, arrendatários, parceiros e trabalhadores, nas zonas rurais.

Em seguida, a propósito de uma sugestão de emenda constitucional, que Armando MONTEIRO FILHO (1962, p. 10) apresentou juntamente com sua proposta de emenda ao Estatuto da Terra, ele afirma:

Os recursos do imposto territorial rural, aumentados graças à imposição progressiva dos latifúndios e das terras insuficientemente exploradas, tornarão possíveis as indenizações das terras desapropriadas e contribuirão a uma melhor utilização econômica dos imóveis rurais.

Além disso, esta emenda cria a possibilidade do pagamento do imposto em terras. No caso de uma eventual rejeição de sua emenda, Armando Monteiro

Filho propõe a reforma do artigo 141, § 16 da Constituição, que exige uma prévia e justa indenização em dinheiro dos desapropriados.

Embora o peso político da burguesia industrial seja importante, as oligarquias agrárias continuam a ser fortemente representadas ao Congresso Nacional, onde, levadas pela conjuntura política, elas aprovarão o Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963. Em troca, elas resistirão a subscrever um texto legal que introduza modificações na propriedade da terra.

Pode-se dizer que durante o governo de João Goulart o Brasil viveu uma experiência democrática. Na sociedade civil, foram muito atuantes os sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos e o movimento estudantil. O principal partido de esquerda era o PTB, ao qual estava vinculado o presidente Jango.

3. Os partidos com atuação no campo de Pernambuco (1945-1964)

A mobilização social no campo pernambucano deveu-se, em parte, à atuação de partidos políticos progressistas, a saber, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Esses partidos disputaram o poder e, ocasionalmente, celebraram acordos, com os tradicionais partidos das elites: o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN).

De fato, com o fim do Estado Novo, ocorrem, em Pernambuco, diversos acordos entre as forças populares e as elites rurais e industriais, visando, especialmente, a ocupação do governo do Estado e da prefeitura de Recife. Nas eleições de 02 de dezembro de 1945, se confirma a força conservadora do Partido Social Democrático (PSD), que elegeu Barbosa Lima Sobrinho como governador. Em 1947, foi criado o Partido Socialista Brasileiro (PSB), reunindo forças progressistas.

Barbosa Lima Sobrinho, que era funcionário de carreira do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), toma posse como governador de Pernambuco, em 14 fevereiro de 1948. Ele escolhe Miguel Arraes como Secretário da Fazenda. Esse

fato, de Arraes compor um governo conservador, já aponta para seu perfil de um conciliador de classes, pois logo se verá sua influência política junto aos trabalhadores rurais. A Secretaria da Segurança foi dada a João Roma, um dos chefes do PSD e responsável por uma grande perseguição às organizações populares e comunistas.

Em Pernambuco, nas eleições de 3 de outubro de 1950, Agamenon Magalhães, do Partido Social Democrático (PSD) é eleito Governador, apoiado sobretudo pelas oligarquias do Agreste e do Sertão. O candidato derrotado foi o usineiro João Cleophas de Oliveira, dirigente da UDN, partido de Cid Sampaio, e que será eleito governador na eleição seguinte.

Em 03 de outubro de 1955, para a prefeitura de Recife é eleito o líder político da esquerda moderada Pelópidas Silveira, do PSB, coligado com o PTB e PCB, na Frente do Recife e o apoio do Partido Trabalhista Nacional (PTN), de perfil conservador, que elegerá, mais tarde, o presidente Jânio Quadros.

.Em 31 de janeiro de 1959, Cid Sampaio (UDN) assume o governo de Pernambuco, tendo como vice Pelópidas Silveira (PSB). Cid foi eleito com o apoio do PCB e de todas as forças políticas de esquerda, vencendo o candidato do PSD, Jarbas Maranhão, apoiado por Cordeiro de Farias e Etelvino Lins. O mandato de Cid Sampaio se extinguiu em 31 de janeiro de 1963. Entre seus principais apoiadores figuravam Miguel Arraes, Oswaldo Lima Filho, Josué de Castro, Francisco Julião e Gregório Bezerra.

Em 03 de outubro de 1959, Miguel Arraes é eleito prefeito de Recife, apoiado pela Frente do Recife (PCB, PTB e PSB).

Nas eleições de 07 de outubro de 1962 é eleito senador, na chapa de Arraes, José Ermírio de Moraes, fundador do Grupo Votorantim, filiado ao PTB. Entre os deputados federais, então eleitos, encontram-se Oswaldo Lima Filho (PTB), Francisco Julião (PSB) e Aldo Sampaio (UDN), irmão de Cid Sampaio.

Em 31 de janeiro de 1963, Miguel Arraes assume, pela primeira vez, o governo de Pernambuco.. Sua eleição teve o apoio da Frente do Recife (PCB,

PTB e PSB) e uma parcela do PSD, que indica o vice-governador de sua chapa, Paulo Guerra. Houve dois candidatos derrotados, os usineiros João Cleophas de Oliveira, da UDN, e apoiado por Cid Sampaio, e Armando Monteiro Filho, candidato dissidente do PSD. O mandato de Arraes será interrompido em 01 de abril de 1964 pelo golpe militar

3.1. O Partido Comunista e sua atuação no campo

Depois da experiência das primeiras Ligas, entre 1945 e 1947, reprimidas e supressas pelo governo Dutra, o PC cria, em 1955, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), cuja ação foi mais importante em Pernambuco, onde ela se beneficiou da organização das Ligas, e no Rio Grande do Sul. A ULTAB dispunha de um jornal chamado de Terra Livre, muito usado na atividade de sindicalização rural.

A prática política do Partido Comunista evoluiu durante o período populista. Leonile Sérvolo de MEDEIROS (1989, p. 54) escreveu a este respeito:

No começo dos anos 1950 o Partido defendia a confiscação dos latifúndios e a sua distribuição gratuita aos camponeses. Em seguida, durante o governo de Juscelino Kubitschek, que lhe permitiu uma semilegalidade, e em vista das mudanças internacionais das políticas dos Partidos comunistas, o PCB reviu suas posições. A partir da chamada Resolução de 1958, do Comitê Central, a reforma agrária, que se mantém como uma luta prioritária para o Partido, é condicionada à formação de uma Frente Única, reunindo todas as forças interessadas em combater o imperialismo norte-americano (...) A Frente compreendia o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia, os latifundiários que tinham contradições com o imperialismo norte-americano e os capitalistas ligados a grupos imperialistas rivais dos monopólios norte-americanos.

A partir daquele momento, para o PCB, a luta pela terra inscreve-se na perspectiva da revolução democrático-burguesa, que ele defendia para o país. Em consequência, ele procurava alianças com os setores progressistas da burguesia, para uma reforma agrária moderada, cujo resultado seria o desenvolvimento capitalista da agricultura.

Em 1957, Gregório Bezerra, do PCB, funda a Liga Camponesa de Água Preta, na Mata Sul. Esta liga criou o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Palmares, abrangendo 21 municípios, articulando luta sindical e luta política.

O Partido Comunista manteve uma aliança tática com as Ligas Camponesas até o 1º Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em novembro de 1961, em Belo Horizonte.

Em dezembro de 1963, criou-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), representando as federações e os sindicatos de trabalhadores rurais do país. Em sua primeira diretoria, dois dos três cargos mais importantes foram ocupados por militantes do PC e o terceiro, por um católico de esquerda. As Ligas só obtiveram cargos secundários.

4. Encontros importantes dos trabalhadores rurais

Em 1954, realiza-se em São Paulo, por iniciativa do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a 2ª Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, durante a qual foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), com foco na sindicalização dos assalariados rurais.

Em setembro de 1955 ocorre, em Recife, sob a presidência de Josué de Castro, deputado federal pelo PTB, cientista no campo da geografia e ex-presidente da Organização para a Agricultura e Alimentação (FAO), o 1º Congresso Camponês de Pernambuco, com a participação de cerca de três mil camponeses. Esse congresso tornou-se, segundo JACCOUD Luciana de Barros, *apud* SANTOS Izabel Helena Acioli Siqueira dos, um “marco para o movimento camponês do Estado”, pois foi a primeira vez que as ruas do Recife se abriram para os camponeses, o que marca a presença dos mesmos no cenário político estadual ⁽⁴⁾ Durante o evento ocorreu a fundação e eleição da primeira diretoria da Federação dos Trabalhadores Assalariados Agrícolas e

⁴ Ver artigo de Izabel Helena Acioli Siqueira dos Santos e Thayana de Oliveira Santos “Da fundação ao desmembramento: influências e disputas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros (1954-1963)”.

Camponeses do Estado de Pernambuco (FTACEP). Fernando AZEVEDO (1982, p, 67) afirma, referindo-se ao Congresso Camponês, que

do congresso nasce a estrutura orgânica das Ligas Camponesas e se amarra a sua ligação com as camadas populares e os setores mais progressistas da capital, que passam a formar uma base de apoio fundamental para a ação política na zona rural, seja para o deslocamento de militantes, sobretudo estudantes, pela zona rural, seja para o apoio jurídico e parlamentar, seja ainda, para as campanhas de denúncia e agitação em favor da reforma agrária.

Em 17 de novembro de 1961 ocorre, em Belo Horizonte, o 1º Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, conhecido como Congresso de Belo Horizonte, com 1.600 delegados, com a finalidade de discutir um projeto de reforma agrária para o Brasil. Este congresso contou com a participação das Ligas Camponesas, que foram a força política dominante do Congresso, da ULTAB, do Partido Comunista do Brasil, dos sindicatos de trabalhadores rurais vinculados ao SORPE, de organizações estudantis, de políticos locais e nacionais. Este congresso representou um marco histórico nas lutas camponesas do Brasil. O documento final do congresso propunha a desapropriação de terras improdutivas, o pagamento de indenização mediante títulos da dívida pública, concessão gratuita das terras devolutas aos camponeses a entrega de títulos de propriedade aos atuais posseiros e o estímulo à produção cooperativa.

De 15 a 20 de julho de 1963, realiza-se, em Natal, a Primeira Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais, organizada pela ULTAB, União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. Uma das recomendações do encontro foi a da criação da CONTAG, o que ocorreu em 22 de dezembro desse mesmo ano, representando trabalhadores rurais de 18 Estados e 29 federações.

5. As Ligas Camponesas

As primeiras Ligas, criadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), tiveram uma curta existência entre 1945 e 1947. Elas eram associações civis, agrupando assalariados e camponeses em quase todos os Estados brasileiros. Esse tipo de organização foi uma saída para driblar a proibição de sindicatos

rurais por determinação do Ministério do Trabalho, conforme narra o pesquisador e militante comunista Clodomir Santos de MORAIS (2002, p. 6). Com a volta do PCB à clandestinidade, em 1947, há uma grande repressão a estas Ligas, que deixam de existir.

Em 1955, as Ligas Camponesas são recriadas em Pernambuco, e entre 1961 e 1964, se estendem pelo resto do país.

O surgimento das Ligas Camponesas está ligado à resistência de pequenos produtores rurais, sobretudo dos posseiros e dos foreiros, à expulsão das propriedades em razão da expansão da cana de açúcar. Recorde-se que no imediato pós-segunda guerra, ocorreu uma expansão da cultura de cana, por causa de uma alta no preço do açúcar no mercado internacional. Maria Nazareth Baudel WANDERLEY (1970, p. 24) observa, a este respeito, que "a expansão da cana não atingiu apenas os moradores dos engenhos mas também as terras que, na período da Zona Canavieira, eram arrendadas a pequenos agricultores, que plantavam culturas de subsistência".

A primeira Liga Camponesa foi fundada em 1º de janeiro de 1955, no engenho Galileia, no município de Vitória de Santo Antão, Pernambuco, a 60 km da capital, onde 140 famílias de foreiros estavam ameaçadas de expulsão. Ela nasceu com o nome de Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco e a partir de um trabalho de base desenvolvido pelo líder camponês José Ayres dos Prazeres, que havia sido membro do Partido Comunista Brasileiro e organizava reuniões nas casas dos moradores, entre as quais a de José Francisco de Souza, o velho Zezé de Galileia, conforme depoimento de seu neto, Zito da Galileia ⁽⁵⁾. Uma delegação das famílias ameaçadas dirigiram-se a Recife, para procurar apoio para sua luta. Foi então que o deputado estadual do PSB, Francisco Julião, aceitou ajudá-las pela via judiciária e política. Com o apoio de Julião a Sociedade Agrícola de cunho assistencialista do Engenho Galiléia se transforma na primeira Liga Camponesa do Brasil. O Partido Comunista apoiou a criação da Liga.

JULIÃO (1968, p. 93) relatou esses fatos:

A sociedade agrícola [do engenho Galileia] tinha objetivos modestos: formar uma caixa de associados a fim de contratar uma professora para ensinar as crianças a ler, criar uma cooperativa de produtores de legumes - para o que era necessário obter créditos para a compra de

⁵ Zito da GALILEIA, *A história das ligas camponesas*. Recife: CEPE, 2017.

sementes, adubo e máquinas agrícolas - enfim, obter da Secretaria e do Ministério da Agricultura os benefícios concedidos às cooperativas agrícolas e aos camponeses pela Constituição do Estado e pelas leis ordinárias. Não se falava absolutamente em reforma agrária, arrendamento, salário mínimo e outras coisas semelhantes, o que poderia ferir a susceptibilidade dos latifundiários e dos industriais.

O cambão, "é a jornada de trabalho que o proprietário exige do camponês, uma vez por semana, como pagamento pela terra que ele ocupa, um miserável pedaço de terra com um ou dois hectares quando muito" (JULIÃO, 1968, p. 8). Combater o cambão e o arrendamento tornou-se logo uma linha de ação estratégica das Ligas. A este propósito, disse JULIÃO (1968, p. 96):

Por que começamos pelo cambão e o arrendamento? Porque a Liga de Galileia ou de outros lugares, reunia exclusivamente camponeses que tinham com o grande proprietário relações de arrendamento ou de assalariamento. Porque, também, era preciso que levássemos em conta o legalismo camponês: o camponês sente um respeito quase místico pela lei.

JULIÃO (1968, p. 98) diz que as Ligas tentaram vencer o legalismo do camponês, mas ele admite que o período radical das Ligas foi curto. Segundo ele,

inicialmente procuramos, na massa, os arrendatários mais resignados, para lhes mostrar o texto da lei que punia com prisão e multa quem exige de outro um trabalho gratuito; isso muito antes de falar de resistência e de rebelião, rebelião que só foi coisa de um momento e levou tempo para se propagar

As famílias de Galileia conseguiram a desapropriação do engenho em 1959, por determinação do governador Cid Sampaio (1959-1962).

Em 1960, depois de uma visita de Julião a Cuba, as Ligas, levadas pelo impulso de solidariedade, aproximam-se deste país, o que foi considerado inoportuno pelo PCB. No ano seguinte, por ocasião do I Congresso Nacional de Agricultores e Trabalhadores Agrícolas em Belo Horizonte, as Ligas rompem com as posições moderadas do Partido Comunista Brasileiro, com o qual elas mantêm alianças táticas. As Ligas conseguem, então, aprovar a proposta de uma reforma agrária radical compreendendo o desaparecimento e a destruição do latifúndio e a sua substituição pela propriedade camponesa (sob a forma individual ou associada) e pela propriedade pública da terra. É importante sublinhar, com MEDEIROS (1989, p. 86) que "apesar de seu discurso radical, a prática cotidiana das Ligas pela defesa dos trabalhadores compreendia o emprego de todos os canais legais existentes. Aparentemente a mobilização das

Ligas continuava a acontecer a partir das demandas imediatas contra as expulsões, o aumento do valor do aluguel da terra [o foro]".

Em 1960, as Ligas reuniam trinta e cinco mil filiados em Pernambuco e setenta mil em todo o Nordeste, sendo hegemônicas no movimento camponês até 1962. Em 1961 as Ligas possuíam dez mil filiados e se espalhavam por alguns dos quarenta municípios do Agreste e da Zona da Mata de Pernambuco. Elas tinham também alcançado o vizinho Estado de Paraíba, onde seu desenvolvimento foi expressivo, tendo como pólo irradiador a Liga Camponesa do município de Sapé, cujo líder foi João Pedro Teixeira, assassinado por causa de sua luta pela terra e sendo substituído pela esposa Elizabete Teixeira, cujo centenário de vida é celebrado em 13 de fevereiro de 2025.

A partir da legalização dos sindicatos, em 1962, várias lideranças sindicais passaram a combater as Ligas, conforme disse JULIÃO (1968, p. 156):

Foi então que teve lugar uma campanha sem nenhuma dúvida inteligente e que visava o desaparecimento da Liga. Ela argumentava que a Liga não tinha mais razão de existir em face do movimento de sindicalização rural estendido a todo o país com o apoio dos setores progressistas da Igreja e do próprio governo. Segundo esses liquidantes apressados, o papel histórico das Ligas tinha consistido em despertar o campesinato para a sindicalização em massa. Foi assim que nós nos encontramos entre dois fogos: de um lado o latifúndio com seu ódio secular contra o camponês que se organiza e toma o caminho da luta pela reforma agrária radical, em outras palavras pela posse da terra, e do outro, os reformistas que em princípio são pela supressão do latifúndio, mas, de fato, lutam mais que tudo pelo salário e as outras conquistas sociais dos trabalhadores, deixando num segundo plano a questão da posse da terra. A Liga lutava pelas duas coisas, mas dava prioridade à questão da terra de modo a não fazer nascer no seio do campesinato a ilusão segundo a qual quem tivesse salário teria terra. Os 'salaristas' ou economistas tinham sem nenhuma dúvida um a vantagem sobre os 'liguistas', a de dispor de uma poderosa máquina, a do governo, em mais de uma experiência e da ação permanente dos sindicatos operários urbanos. A Liga tinha razões de temer que a luta pura e simples para o salário não enfraquecesse ou aniquilasse o desejo do camponês de conquistar a terra.

6. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais

O Ministério do Trabalho iniciou o reconhecimento dos sindicatos de trabalhadores rurais em maio de 1962, segundo o modelo dos sindicatos urbanos, já existentes. Em Pernambuco o processo de formação de sindicatos, organizados principalmente pelo Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), dirigido pelos padres Crespo e Melo, além dos sindicatos do Partido Comunista Brasileiro. No início, as próprias Ligas Camponesas organizaram sindicatos. Esse fato é narrado por Francisco JULIÃO (1968, p. 156):

Viu-se claramente em Pernambuco, o único Estado do país onde o sindicalismo rural se estabeleceu tão rapidamente que pegou de surpresa os industriais. Ao longo desses anos, a Liga tinha preparado o terreno, politizando a massa camponesa, e ao mesmo tempo, e através dela, os assalariados agrícolas. O governo popular de Miguel Arraes apoiou fortemente a organização do sindicato rural, atividade que foi conduzida com entusiasmo e concorrencialmente pela Liga, pela a Igreja e pelo Partido; maratona sem obstáculos onde os trabalhadores nos esperavam como para uma festa; e era uma festa; inútil procurar parar a onda. O interesse desta sindicalização veio a ocasionar choques entre a Liga, a Igreja e o Partido, choques curiosos porque acontecia de, ao mesmo tempo, chegaram ao Ministério do Trabalho vários processos de sindicalização referentes ao mesmo município.

Diante da diversidade das situações dos trabalhadores rurais, um dos primeiros problemas que se coloca é o da definição de qual seja a base social do sindicato, ou seja, quem pode aderir a um determinado sindicato.

Em 06 de junho de 1962 é fundada a FETAPE, sendo reconhecida em 17 de outubro deste ano. Os sindicatos a ela filiados foram criados sob a orientação de padre Crespo, diretor do SORPE.

A conceituação de trabalhador rural

Há uma definição legal de trabalhador rural, constante do Decreto 53.517, de 31 de janeiro de 1964 (BRASIL, 1964, p. 111), que reconheceu a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG). Esse decreto define qual é o trabalhador representado pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, o chamado « enquadramento sindical », nestas palavras:

Artigo Único: A Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, sediada na capital da República, é reconhecida como uma entidade pública, uma entidade sindical de grau superior, coordenadora dos interesses profissionais dos trabalhadores da agricultura, da pecuária e similares, da produção extrativa rural, bem como trabalhadores autônomos e pequenos proprietários rurais, em todo o território nacional, segundo o regime estabelecido pelo Estatuto do Trabalhador Rural.

Por outro lado, o Estatuto Social da FETAPE (1990b), aprovado pela Assembléia Geral de 3 de abril de 1990, afirma:

Art. 1º - A Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado de Pernambuco (...) tem por finalidade a coordenação, defesa, estudo e mobilização da categoria profissional dos trabalhadores rurais que integram o sistema sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG).

Art. 2º- "A categoria profissional representada compreende todos os trabalhadores rurais assalariados e aqueles que - como parceiros,

arrendatários, meeiros, parceiros, foreiros, posseiros e pequenos proprietários – trabalham no regime de economia familiar, sem ter mão de obra assalariada.

Um trabalhador rural pode estar presente em mais de uma categoria. Por exemplo: o pequeno proprietário que eventualmente se assalaria, ou se torna arrendatário ou parceiro de outro proprietário. Isso dificulta a quantificação por categoria. Mas, para fins de representação profissional, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais usa como critério que esse trabalhador não possua trabalhador assalariado permanente.

Moacir PALMEIRA (1989, p. 100) analisou a terminologia empregada para classificar as categorias de trabalhadores rurais, antes chamados de camponeses. A este respeito, ele afirmou:

A legislação tornou mais difícil a criação de uma identidade camponesa, condição fundamental para um reconhecimento político. Ela introduziu novas denominações jurídicas como parceiro, arrendatário, assalariado, etc (...) o que contribuiu para a ruptura das identidades tradicionais e abriu a possibilidade da dispersão das identidades. O problema agravou-se devido à censura, pelo governo, do termo camponês. Entretanto, o movimento sindical dos trabalhadores rurais conseguiu realizar uma proeza política: ele driblou a diversidade dos termos oficiais, que vai de campônio a rurícola e se apropriou daquele que é ao mesmo tempo o mais neutro (porque o mais genérico) e o menos neutro (com referência ao trabalho) - trabalhador rural – e o tornou aceito pela base social, que o adotou como um termo naturalmente genérico de modo a unir todos os que vivem do trabalho da terra, como posseiros, pequenos proprietários, arrendatários ou parceiros, assalariados permanentes ou temporários, e fazer-se reconhecido como representante desse conjunto pelas outras forças sociais

Comparação entre as Ligas e os Sindicatos

Enquanto as Ligas Camponesas conduziam sobretudo a luta pela reforma agrária, os sindicatos dos trabalhadores rurais, que começam a ser criados a partir do fim dos anos 1950 e início dos anos 1960, engajam-se principalmente na luta por salário, na Zona Canavieira. A propósito, o padre CRESPO (Entrevista 1992, p.182) me disse:

Historicamente, a luta pela terra foi iniciada pelas Ligas Camponesas. Os sindicatos de trabalhadores rurais tiveram, desde início, como

preocupação maior os direitos trabalhistas mais do que o direito sobre a terra. Isso tudo eu estou dizendo de maneira geral porque há sempre exceções, tanto de um lado como de outro. Há sindicatos do Agreste e do Sertão, que foram sindicatos combativos, de muita luta pela terra. Há sindicatos da Zona Canavieira que lutaram pela terra, conseguiram desapropriações, foi muita gente que morreu por conta disso. Mas, de um modo geral, a meu ver, a gente poderia dizer que a mesma intensidade que houve para o sindicalismo na Zona Canavieira, em procurar um caminho, uma via de defesa dos direitos dos trabalhadores, não houve essa mesma intensidade com os sindicatos do Agreste e do Sertão.

7. Organizações católicas com atuação no campo

No período do populismo, diversas entidades católicas procuraram colaborar para resolver os conflitos agrários em Pernambuco, umas pelo caminho da conciliação entre as classes, outras, através de formas de contestação e enfrentamento. Entre as primeiras atuaram o SORPE e a Pastoral Rural em sua primeira fase. Entre as organizações da via da contestação social figuram a JUC, a AP e o MEB. No período seguinte a ser analisado, o da ditadura, algumas dessas organizações terão continuidade, embora com modificações, outras desaparecerão e novas surgirão, conforme será visto oportunamente.

Segundo Leonilde Sérvolo MEDEIROS (1989, p. 77):

A complexa rede de organizações tinha uma orientação em comum, dada pela CNBB: a criação de um sindicalismo cristão, afastado das lutas de classe, mas defensor dos direitos dos trabalhadores e de uma reforma agrária baseada na propriedade familiar (...) Esta orientação entretanto recebia as influências das Igrejas locais, que acabavam por impor a sua marca à organização emergente. É, portanto, difícil falar de uma homogeneidade na linha destas organizações criadas pela ação da Igreja.

7.1. Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE)

A Igreja católica, no Nordeste, sob as orientações vindas do papa João XXIII (out. 1958 – jun. 1963), iniciou um trabalho de educação e organização dos trabalhadores rurais, inclusive visando a realização de uma reforma agrária, buscando o entendimento entre as classes sociais. Em 1959, o arcebispo de Natal, Dom Eugênio Sales, criou um Departamento de Sindicalização Rural no Serviço de Assistência Rural (SAR) de sua arquidiocese. A encíclica papal

“Mater et Magistra”, de 15 de maio de 1961, considera a reforma agrária “como o passo inicial e precípua para a integração do homem do campo em nossa vida econômica”. Organizações semelhantes surgem na Paraíba e no Piauí. Em 1962, foi criado o Serviço de Orientação Rural de Alagoas (SORAL). Um grande trabalho de sindicalização rural começou na região.

Em 1961, funda-se, em Pernambuco, o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), dirigido por Enes Paulo Crespo, conhecido como Padre Crespo, vigário de Jaboatão dos Guararapes, e também liderado pelo padre Melo, vigário do Cabo. O SORPE procurou criar sindicatos de trabalhadores rurais com perfil cristão, baseados na Doutrina Social da Igreja e que se contrapusessem aos sindicatos criados pelo Partido Comunista. Além de sindicatos, o SORPE visava também criar cooperativas agropecuárias. Em sua fundação o SORPE recebeu o apoio dos Círculos Operários Cristãos, uma organização católica conservadora. Eles se espalharam por todo o Brasil. Cada Círculo tinha seu assistente eclesiástico. Muitas vezes esta função era exercida pelo vigário da paróquia. Os Círculos Operários tinham sido criados em 1932 para dar uma orientação cristã aos sindicatos urbanos.

A trajetória do SORPE teve dois momentos. Num primeiro momento (1961-1963), esta entidade organiza a criação da maior parte dos STR, inclusive da FETAPE, em 1962. Eram dados cursos de capacitação de sindicalistas, com recursos da Aliança para o Progresso. Na formação da primeira chapa de direção da CONTAG, em dezembro de 1963, o SORPE não conseguiu colocar nenhum de seus sindicalistas na direção desta Confederação, sofrendo uma derrota para os sindicatos orientados pelo Partido Comunista.

O segundo momento ocorreu imediatamente depois do golpe militar. O padre Crespo imprimiu a sua marca sobre a FETAPE e sobre o movimento sindical e conseguiu que vários sindicalistas cristãos fossem eleitos para a direção dessa federação. Essa geração de dirigentes permaneceu vários anos no comando desta entidade, inclusive quando foi realizada a pesquisa de campo desse nosso estudo, em 1992. Nesse momento, embora a FETAPE não tivesse mais um vínculo orgânico com a Igreja, a sua opção por formas moderadas de luta social, o seu legalismo e a preferência pela negociação em lugar do

enfrentamento, em grande parte podem ser atribuídos à influência recebida do SORPE. Nas negociações trabalhistas com o patronato, a direção da FETAPE estimulava a mobilização dos trabalhadores, inclusive com paralizações quando fosse o caso, para forçar o patronato a reconhecer os direitos dos trabalhadores.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), numa de suas publicações, analisou a ação de sindicalização exercida pela Igreja no começo dos anos 1960. Segundo a CPT, houve "a presença simultânea da Igreja e do PCB no trabalho de criação de sindicatos. As organizações católicas - SORPE, SORAL e SAR - tinham uma atitude anticomunista e legalista" (CPT, 1971).

As tensões entre o SORPE, com perfil moderado, e as entidades católicas de esquerda, como o MEB e a AP, foram analisadas pelo padre CRESPO, no Relatório de atividades de 1963, escrito pouco tempo depois de sua nomeação como responsável da equipe de ação social da arquidiocese de Olinda e Recife:

Em 1961, o arcebispo metropolitano de Olinda e Recife [Dom Helder Câmara] formou uma equipe de ação social, em consonância com o Plano de emergência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o que foi em seguida ratificado pelos outros bispos de Pernambuco. (...) No ano seguinte, decidimos ampliar nosso trabalho, criando uma equipe de educação política, com pessoas do MEB (...) Depois que elas começaram a trabalhar notamos que a orientação deles divergia da nossa (...) O pior era que elas davam sempre mais importância ao movimento das Ligas, que consideravam um movimento mais radical pela transformação das estruturas que o sindicalismo, um puro paliativo, segundo eles. Em consequência, os camponeses deveriam participar, em qualquer ação sindical, da frente única formada pelas Ligas Camponesas e pelos outros grupos que agiam no meio rural. Eles procuravam dar esta mesma orientação em seus programas radiofônicos (...) A maior vítima [desta orientação do MEB] foi nosso líder Manoel Gonçalo Ferreira [presidente da FETAPE] que começou a tomar posições bastante perigosas para sua liderança. Luís Eduardo Wanderley, que se tornou responsável nacional [pelo MEB] pediu a Dom Hélder Câmara que os círculos Operários não participassem do trabalho de sindicalização rural, o que lhe foi concedido (...) Todas estas pessoas (...) pagas pela CNBB, começaram a integrar um grupo denominado AP (Ação Popular) (...) Nossas divergências principais diziam respeito à participação na frente única [com os comunistas], a revolução violenta e o sindicalismo baseado sobre princípios cristãos (...) Eu próprio, Paulo Crespo, recebi, pelo intermédio de Julieta, um aviso prévio para deixar o MEB em dez dias (...) Como eles não conseguiram [me expulsar do MEB] eles tentaram despertar, entre os camponeses, uma hostilidade em relação ao Dr. João Moura Tavares (...) Depois de longas conversas com Manoel Gonçalo Ferreira, presidente da FETAPE, este convocou uma reunião extraordinária com todos os presidentes dos STR para decidir sobre o afastamento do Dr. João Moura Tavares. Mas estas pessoas ligadas à AP foram derrotadas, porque os camponeses apoiaram o doutor Moura. Eles

procuram, então, contra nossa orientação, criar uma Central Sindical, para reunir todas as forças camponesas de Pernambuco, com o apoio da CGT, do CONSINTRA e do Governo. Nós acreditávamos que os comunistas não seriam capazes de reunir todos os líderes camponeses de Pernambuco numa Central Sindical. Além disso, é a FETAPE que deve coordenar todos os movimentos camponeses (...) Finalmente, a Central Sindical foi criada, mas logo fracassou: foi um outro fruto podre do Partido Comunista.

Antônio GODOY (Entrevista 1992, p. 104), um líder do patronato rural que criou associações e sindicatos patronais rurais, elogiou muito o trabalho de sindicalização feito pela Igreja, por ocasião da entrevista que nos concedeu:

A criação de sindicatos, de associações, era uma coisa extraordinária e dava meios para que as pessoas se desenvolvessem. O maior trabalho, nesses sindicatos rurais, foi da Igreja. Esses padres se dedicaram e orientaram. Por que, quem é que ia orientar? O proprietário ia orientar? Não ia.

7.2. Movimento de Educação de Base (MEB)

Em 21 de março de 1961 foi criado o Movimento de Educação de Base (MEB) pelo presidente Jânio Quadro, que confiou à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cujo secretário nacional era Dom Hélder Câmara, arcebispo auxiliar de Rio de Janeiro, a tarefa de organizá-lo e dirigi-lo, com o apoio de lideranças oriundas da Juventude Universitária Católica (JUC), focado num programa que incluía alfabetização, educação popular e sindicalização através de escolas radiofônicas. Foi importante a sua presença em Pernambuco, Sergipe, Maranhão e Bahia.

Nesta época, José Francisco da Silva, que seria depois presidente da CONTAG, integrava o MEB como monitor e supervisor da equipe da diocese de Nazaré da Mata. O MEB foi sua escola para ingressar no movimento sindical, chegando a presidente da CONTAG, conforme ele nos relatou em sua entrevista (SILVA, Entrevista 1992).

O MEB ainda existe e atua especialmente em algumas regiões do Norte e Nordeste, sendo operacionalizado através de paróquias e dioceses. Em 2024, o MEB reafirmou seu compromisso com a luta por igualdade racial e valorização da cultura afro-brasileira no dia da Consciência Negra.

7.3. Juventude Universitária Católica (JUC)

A JUC nasceu como um dos ramos da Ação Católica, e esteve bastante presente em Pernambuco. Mas, gradativamente, foi se desvinculando da hierarquia católica, até que se transformou no grupo político denominado Ação Popular (AP) em 1º de junho de 1962. Seus dirigentes atuaram em três frentes: (i) no movimento estudantil, através da União Nacional dos Estudantes (UNE); (ii) com a educação popular, através do Movimento de Educação de Base (MEB) e; (iii) transferindo muitos militantes para uma ação direta no meio rural, organizando ocupações de terra e criando sindicatos de trabalhadores rurais. Luiz Alberto Gomes de SOUZA (1979), entre outros, realizou uma pesquisa sobre as lideranças estudantis ligadas à Igreja católica, inclusive a JUC e a AP.

2.1. Movimento de Cultura Popular (MCP)

Outros católicos de esquerda militaram no Movimento de Cultura Popular (MCP), criado em 1960 pelo prefeito de Recife, Miguel Arraes, que convidou o professor Germano Coelho para assumir a sua presidência, sob a orientação do educador Paulo Freire, que havia criado um método original de alfabetização na prefeitura de Natal, cujo prefeito era Djalma Maranhão. Esse programa se chamava de “De pés no chão também se aprende a ler”⁽⁶⁾.

⁶ Ver a este respeito o livro de Paulo CAVALCANTI, *O caso eu conto como o caso foi*: da Coluna Prestes à queda de Arraes. Memórias. São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1978.

**SEGUNDA PARTE: A REFORMA AGRÁRIA NA DITADURA
MILITAR**

Os governos da ditadura militar definiram as normas da política agrária brasileira e criaram os órgãos para executá-la. Essas iniciativas visavam dar uma resposta à mobilização camponesa do pós-guerra, quando surgiram as Ligas Camponesas em Pernambuco. Essa mobilização serviu de pretexto para o golpe civil-militar de 1964, apoiado pelo Governo dos Estados Unidos, conforme fartamente documentado por diversos autores entre os quais Vandek SANTIAGO (2016) em *Pernambuco em Chamas*. Foi também definida e implementada uma política de modernização da agricultura brasileira, atendendo aos interesses do grande capital nacional e internacional.

Dessa forma, o primeiro governo militar promulga, em 30 de novembro de 1964, o Estatuto da Terra, com as diretrizes para a reforma agrária e para a modernização agrícola do país. A reforma agrária seria executada pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), e a modernização agrária ficaria sob a jurisdição do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), que buscava o fortalecimento do agronegócio na Amazônia e no Centro-Oeste, o que foi feito de uma forma desordenada, com desmatamento para criação de gado, mineração, exploração madeireira, dando oportunidade para a instalação de uma rede internacional de armas e drogas, males que perduram até hoje.

3. Os instrumentos legais e institucionais da reforma agrária

Segundo o Estatuto da Terra, a reforma agrária visa à superação do desequilíbrio fundiário, permitindo aos trabalhadores rurais sem terra, ou com pouca terra, a instalação, como agricultores familiares, em Projetos de Assentamento (PAs). Para isso, devem ser arrecadadas terras improdutivas ou com produção irregular. As formas principais de arrecadação de terras são: (i) a desapropriação do imóvel que não cumpra sua função social, mediante o pagamento do imóvel em Títulos da Dívida Agrária (TDA's); (ii) a compra de terras, quando a desapropriação não for viável; (iii) o recebimento de terras como pagamento de débitos fiscais.

Dois tipos de imóveis não podem ser desapropriados: a propriedade familiar e a empresa rural comprovadamente produtiva.

Além dos Projetos de Assentamento (PAs) o Estatuto previa os Projetos Integrados de Colonização (PICs), a serem implantados de preferência nas terras públicas. Essas terras estão concentradas na Amazônia, mas ocorrem em outras regiões do país. Um PIC possui aglomerados residenciais, com uma estrutura organizacional mais completa e a presença de uma cooperativa. Além disso, o PIC é gerenciado por uma pessoa indicada pelos órgãos executores da reforma agrária, inicialmente o IBRA e, posteriormente, o INCRA. Os governos militares deram mais ênfase aos Projetos de Colonização do que aos Projetos de Assentamento. Isso explica porque no PIC o controle sobre os assentados é maior, pois é feito pelo gerente indicado pelo INCRA e não por uma direção escolhida pelos assentados. Em Pernambuco, o primeiro gerente do PIC Caxangá foi o coronel Vilocq, o militar que prendeu e torturou o líder camponês Gregório Bezerra nas ruas do bairro de Casa Forte, em Recife, em 1964.

Fases da execução da reforma agrária dos governos militares

I) Redistribuição dos latifúndios (1965-1968).

Logo após o golpe militar os governantes procuraram esvaziar a pressão social pela terra com algumas desapropriações, como a da Usina Caxangá, em Pernambuco, com uma área de 20.000 hectares, onde foi instalado o Projeto Integrado de Colonização (PIC). Houve financiamento do governo americano para resolver conflitos no Nordeste, carreados sobretudo pelo programa da Aliança para o Progresso (⁷)

II) Geração de uma nova política agrária (1968-1971).

⁷ O Programa Aliança para o Progresso foi uma iniciativa do governo do presidente John Kennedy, em parceria com o OEA, Organização dos Estados Americanos, lançado em agosto de 1961 em Punta del Este, no Uruguai, propondo-se a apoiar a reforma agrária e combater o analfabetismo. Em 1962, foi instalado em Recife um escritório da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que administrava os recursos da Aliança para o Progresso. No clima da Guerra Fria havia a preocupação dos Estados Unidos em fazer frente ao que consideravam a comunização do continente por parte do governo da União Soviética.

A mudança para uma nova estratégia de reforma agrária fez-se ao ritmo de uma dança de siglas ⁽⁸⁾. Em 1968 o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) é substituído pelo Grupo Especial de Reforma Agrária (GERA). Em 1971, o governo substitui o GERA e o INDA pelo Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Como a sigla indica, o Estatuto distingue colonização e reforma agrária, sendo a colonização destinada a terras públicas, e a reforma agrária devendo ser utilizada nas áreas de ocupação mais antiga, como as do Nordeste, e realizada em terras particulares. No Norte e Nordeste, o INCRA executa, paralelamente, um programa especial, também criado em 1971, pelo Decreto-Lei Nº 1.179, denominado Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA) que comprou centenas de propriedades rurais, oferecidas por seus proprietários em condições pouco transparentes, “mediante prévia e justa indenização em dinheiro”. Nestas terras adquiridas pelo PROTERRA, no Nordeste, sobretudo em Pernambuco e Ceará, foram instalados trabalhadores e suas famílias, e deixados entregues ao próprio destino.

III) A colonização na Amazônia (1971-1985).

O presidente Médici disse que queria levar os homens sem terra do Nordeste para a terra sem homens da Amazônia. Esse foi o pretexto, usado na propaganda oficial. Mas, de fato, a colonização da Amazônia visava a modernização da agricultura. Por ocasião de uma grande seca no Nordeste, cujas principais vítimas foram os pequenos camponeses do Sertão, o governo criou, em 1970, o Plano de Integração Nacional (PIN), pelo qual foi construída a rodovia Transamazônica, ligando o Nordeste à Amazônia. Pretendia-se transferir trabalhadores rurais do Nordeste, onde a população camponesa era numerosa, para o suposto "vazio amazônico". Neste falso vazio concentra-se a população indígena brasileira, além de posseiros, que vivem no interior da floresta, e dos

⁸ A respeito dessa dança de siglas, o sindicalista Euclides do Nascimento, diretor da FETAPE, se expressou, em tom crítico: "De quê adianta o governo criar tantos programas para executar o Estatuto da Terra? O IBRA não ibrou, o INDA não andou, o GERA não gerou, o INCRA encrencou, o PROTERRA protelou, e a reforma agrária até hoje não vingou"

“ribeirinhos”, que sobrevivem em comunidades localizadas às margens dos rios amazônicos.

IV) Assentamentos federais implantados em Pernambuco durante a ditadura

Os governos militares procuraram esvaziar a tensão social do meio rural pernambucano através da implantação de 82 assentamentos federais, dos quais 40 na Mata Sul, zona de concentração de usinas (TABELA 1). Os recursos utilizados para pagar as indenizações vieram do PROTERRA em 55 casos.

TABELA 1. PERNAMBUCO – 1964/84 – ASSENTAMENTOS IMPLANTADOS PELO GOVERNO FEDERAL NA DITADURA MILITAR, POR LOCALIDADE, NOME DO ASSENTAMENTO, ANO DE IMPLANTAÇÃO, ÁREA TOTAL, NÚMERO DE FAMÍLIAS, ÁREA MÉDIA DO LOTE E FORMA DE AQUISIÇÃO DA TERRA

LOCALIDADE: MESORREGIÃO, MICRORREGIÃO E MUNICÍPIO	NOME DO ASSENTAMENTO	ANO	ÁREA TOTAL (ha)	Nº DE FAMÍLIAS	LOTE MÉDIO (ha)	FORMA DE AQUISI ÇÃO ⁽⁹⁾
A – ZONA DA MATA E REGIÃO METROPOLITAN A	(49 assentamentos)		<u>46.073</u>	<u>2.222</u>	<u>20,1</u>	
<u>Mata Norte</u>			<u>2.300</u>	<u>249</u>	<u>9,2</u>	
Goiana	Itapirema do Meio ⁽¹⁰⁾	1977	750	16	46,9	D
Igarassu	Inhamã ⁽¹¹⁾	1981	469	122	3,8	D
Paudalho	Mussurepe	1981	1.081	111	9,7	P
<u>Mata Sul</u>			<u>41.083</u>	<u>1.699</u>	<u>24,2</u>	
Água Preta	Bom Conselho	1978	509	16	31,8	D
Água Preta	Cachoeira	1976	861	20	43,0	P
Água Preta	Corrientes	1978	430	13	33,1	D
Água Preta	Espírito Santo	1978	473	16	29,6	D
Água Preta	Mãozinha	1978	475	17	27,9	D

⁹ - As formas de aquisição das terras foram: D = desapropriação pelo IBRA, se o evento ocorreu entre 1964 e 1970 ou pelo INCRA, se ocorreu entre 1971 e 1984; C = compra pelo INCRA, evento que só ocorreu em 1984; P = compra pelo Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), entre 1971 e 1983.

¹⁰ O Engenho Itapirema do Meio, localiza-se em Goiana, mas a Empresa Agroindustrial Itapirema do Meio Ltda., proprietária do imóvel, é sediada em Itaquianga.

¹¹ - Uma parte de Inhamã foi desapropriada, mas o conflito continuou no resto do imóvel.

LOCALIDADE: MESORREGIÃO, MICRORREGIÃO E MUNICÍPIO	NOME ASSENTAMENTO	ANO	ÁREA TOTAL (ha)	Nº DE FAMÍLIAS	LOTE MÉDIO (ha)	FORMA DE AQUISI ÇÃO ⁽⁹⁾
Água Preta	Palanqueta	1978	99	3	33,0	⁽¹²⁾
Água Preta	Pastinho	1978	202	6	33,7	D
Água Preta	Pasto Grande	1978	368	12	30,7	D
Água Preta	Piragibi	1978	591	21	28,1	D
Água Preta	Potosi	1976	694	18	38,6	P
Água Preta	Três Marias	1973	421	3	140,3	P
Água Preta	Veloz	1978	322	10	32,2	D
Água Preta	Venturoso	1978	585	19	30,8	D
Água Preta	Vila Nova	1978	407	14	29,1	D
Amaraji	Boa Saúde	1973	80	2	40,0	P
Amaraji	Riachão do Sul	1973	547	7	78,1	P
Barreiros	Bem Fica	1973	110	1	110,0	D
Barreiros	Boa Esperança	1973	233	2	116,5	P
Barreiros	Bom Futuro	1973	284	2	142,0	P
Barreiros	Cachoeira Alta	1984	300	100	3,0	⁽¹³⁾
Barreiros	Camocim	1973	407	3	135,7	P
Barreiros	Duas Barras	1973	929	10	92,9	P
Barreiros	Pracinha	1973	286	2	143	P
Barreiros	São Domingos	1973	503	4	125,8	P
Ipojuca	Queluz	1977	399	10	39,9	P
Palmares	Cumarú/Bom Lugar	1973	720	25	28,8	P
Quipapá	Califórnia	1974	451	4	112,7	P
Quipapá	Liege	1974	142	1	142,0	P
Quipapá	Pirajuí	1974	435	3	145,0	P
Quipapá	Rio Branco	1974	222	2	111,0	P
Quipapá	Uruçu	1974	102	1	102,0	P
Ribeirão	Caxangá ⁽¹⁴⁾	1965	19.724	961	20,5	D
Ribeirão	31 de Março ⁽¹⁵⁾	1969	4.409	284	15,5	D
Rio Formoso	Vermelho	1973	1.003	33	30,4	P

¹² Para o Engenho Palanqueta não se obteve informação sobre a forma de aquisição.

¹³ Sem informação sobre a forma de aquisição de Cachoeira Alta.

¹⁴ A Usina Caxangá foi utilizada como um Projeto Integrado de Colonização (PIC), diferente de um assentamento comum (PA) por possuir agrovilas e cooperativa, entre outras coisas.

¹⁵ O assentamento 31 de Março foi instalado pelo GERAN em terras da Usina Cucaú, pertencente à família de Armando Monteiro Filho, por mim entrevistado.

LOCALIDADE: MESORREGIÃO, MICRORREGIÃO E MUNICÍPIO	NOME ASSENTAMENTO	DO	ANO	ÁREA TOTAL (ha)	Nº DE FAMÍLIAS	LOTE MÉDIO (ha)	FORMA DE AQUISI ÇÃO (º)
São Benedito	Boa Fé		1974	386	3	128,7	P
São Benedito	Brejinho		1974	150	1	150,0	P
São Benedito	Caroba/ Pedra Lisa		1974	376	3	125,3	P
São Benedito	Oratório		1972	744	11	67,6	P
São Benedito	Pery-Pery		1974	370	4	92,5	P
Sirinhaém	Conceição/Quileba		1976	1.334	32	41,7	P
<u>Recife</u>				<u>2.690</u>	<u>274</u>	<u>9,8</u>	
Abreu e Lima	Caiana		1973	406	57	7,1	P
Abreu e Lima	Engenho Novo		1973	531	156	3,4	P
Cabo	Bom-Tom		1976	238	9	3,4	P
Cabo	Paris		1973	220	7	31,4	P
Cabo	Tapugi		1973	1.181	42	28,1	P
Moreno	Furnas		1973	114	3	38,0	P
B – AGRESTE	(32 assentamentos)			<u>20.724</u>	<u>765</u>	<u>27,1</u>	
<u>Agreste Meridional</u>				<u>5.776</u>	<u>147</u>	<u>39,3</u>	
Bonito	Sebastiãozinho		1973	336	8	42,0	P
Canhotinho	Bicho Mau		1973	118	1	118,0	P
Canhotinho	Crauatá		1973	3.512	53	66,3	P
Canhotinho	Gruta Nova		1974	123	1	123,0	P
Canhotinho	São José		1974	148	1	148,0	P
Lajedo	Quatis		1965	936	68	13,8	D
Panelas	Limão		1974	262	2	131,0	P
Sairé	Aparecida		1973	341	13	26,2	P
<u>Agreste Setentrional</u>				<u>4.187</u>	<u>287</u>	<u>14,6</u>	
Chã Grande	Matias		1980	250	21	11,9	P
Glória do Goitá	Tamboatá		1983	918	67	13,7	P
Pombos	Lagoa Dantas		1976	743	25	29,7	P
Surubim	Tabu		1980	254	133	1,9	P
Taquaritinga do Norte	São Paulo		1982	2.022	41	49,3	P

LOCALIDADE: MESORREGIÃO, MICRORREGIÃO E MUNICÍPIO	NOME DO ASSENTAMENTO	ANO	ÁREA TOTAL (ha)	Nº DE FAMÍLIAS	LOTE MÉDIO (ha)	FORMA DE AQUISIÇÃO ⁽⁹⁾
<u>Vale do Ipojuca</u>			<u>10.761</u>	<u>331</u>	<u>32,5</u>	
Alagoinha	Porteira	1984	205	10	20,5	P
Belo Jardim	Cícero Velho	1982	667	15	44,5	P
Brejo da Madre de Deus	São José	1980	263	6	43,8	P
Caruaru	Encanto	1978	245	16	15,3	D
Caruaru	Olho d'Água do Felix	1981	399	8	49,9	P
Caruaru	São Severino	1977	352	7	50,3	D
Pesqueira	Pau Ferro	1982	2.291	108	21,2	D
Pesqueira	Fazenda Nova ⁽¹⁶⁾	1984	151	6	25,2	C
Pesqueira	Pau Ferro II ⁽¹⁷⁾	1984	363	17	21,4	C
Pesqueira	Recanto	1977	768	15	51,2	D
Pesqueira	São João	1984	969	13	74,5	C
Pesqueira	Tiogó	1984	998	41	24,3	C
Sta Cruz do Capibaribe	Cachoeira da Palha	1981	245	5	49,0	P
Sta Cruz do C	Lagoa do Barbosa	1981	384	7	54,9	P
São Caetano	Araras	1973	729	10	72,9	P
São Caetano	São José	1973	650	14	46,4	P
São Caetano	Mingu	1975	602	23	26,2	D
Tacaimbó	Trapiá	1978	480	10	48,0	D
Tacaimbó	Tacaimbó ⁽¹⁸⁾	1982	3.838	780	4,9	
C - SERTÃO	(1 assentamento)		<u>1.981</u>	<u>143</u>	<u>13,9</u>	
<u>Moxotó</u>			<u>1.981</u>	<u>143</u>	<u>13,9</u>	
Inajá		1971	1.981	143	13,9	P
TOTAL	(82 assentamentos)		<u>72.616</u>	3.910	18,6	

FONTE: INCRA/Diretoria de Pernambuco, coleta no arquivo da diretoria pelo autor; INCRA/SIPRA. *Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação*. Informações disponíveis na internet, em 14.06.2021.

Dessa forma, os governos militares realizaram ações fundiárias, atendendo a uma demanda social, embora de modo muito insuficiente.

¹⁶ Imóvel comprado pelo INCRA.

¹⁷ Imóvel comprado pelo INCRA.

¹⁸ Imóvel para o qual não se dispõe de informação sobre a forma de aquisição.

4. A modernização agrícola e seus efeitos perversos

O Estatuto da Terra propunha a modernização dos latifúndios, transformando-os em empresas rurais. Na prática, houve estímulo para grandes empresas se instalarem na Amazônia e no Centro Oeste.

Para efetivar o desenvolvimento da Amazônia o governo militar criou, em 1966, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) que, junto com o Banco da Amazônia (BASA), administrava a política de incentivos fiscais e financeiros destinados aos grupos econômicos, nacionais ou transnacionais, que se fixassem na região. Entre 1966 e 1977, a SUDAM aprovou 336 projetos agrícolas e pecuários, correspondentes a um montante de 7 bilhões de cruzeiros, dos quais apenas 2 bilhões eram de recursos próprios.

Grupos transnacionais investiram na compra de terras a baixos preços no Norte do país. Desse modo, grande parte das zonas destinadas, segundo o Estatuto da Terra, a receber a população camponesa de outras regiões, foi ocupada pelo grande capital. Em decorrência dessa política, os conflitos sociais, esvaziados em outras regiões do país, intensificaram-se na Amazônia, a partir de 1970.

5. Os conflitos agrários

Na transição democrática e no início da Nova República, conforme os dados do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), do Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura CONTAG ⁽¹⁹⁾, aumentaram significativamente os conflitos no campo brasileiro (TABELA 2).

¹⁹ MIRAD. *Conflitos de Terra - 1985*; MIRAD. *Conflitos de Terra. Relatório Preliminar - 1986*; MST. *Assassinatos no campo - crime e impunidade - 1964/85*; CONTAG. *A violência no campo pela mão armada do latifúndio - 1981 a junho de 1984*.

TABELA 2. BRASIL - 1964/88 - NÚMERO DE TRABALHADORES RURAIS E DE SINDICALISTAS MORTOS EM CONFLITOS AGRÁRIOS, POR REGIÃO E ANO

ANO	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	SUL	BRASIL
1964	10	4	0	0	0	14
1965	1	3	0	0	1	5
1966	8	0	0	0	0	8
1967	3	3	2	0	1	9
1968	1	1	1	0	0	3
1969	0	3	2	0	0	5
1970	5	1	2	0	3	11
1971	5	3	4	0	3	15
1972	7	3	1	2	1	14
1973	3	12	0	1	6	22
1974	1	8	1	2	4	16
1975	7	3	1	4	2	17
1976	9	8	3	4	1	25
1977	12	6	5	6	6	35
1978	10	8	4	4	3	29
1979	15	15	7	8	0	45
1980	16	14	7	6	3	46
1981	24	18	23	11	4	80
1982	21	18	3	5	1	48
1983	41	19	3	17	2	82
1984	51	29	14	15	2	111
1985	72	87	35	26	6	226
1986	44	53	30	46	5	108
1987	35	48	6	14	5	108
1988	32	25	8	5	1	71
TOTAL	436	389	162	176	60	1.223

FONTE: Dados citados por Ivaldo GEHLEN, *Terres de lutte et luttés pour la terre: Etudes sur le mouvement social pour la terre et la réforme agraire au sud du Brésil*, tese de doutorado em sociologia, Paris X - Nanterre, 1991, 2 vol.

No Brasil, as regiões mais atingidas por esta violência foram o Norte e o Nordeste, onde Pernambuco se destacou em número de mortes (TABELA 3).

TABELA 3. NORDESTE – 1964/88 – NÚMERO DE TRABALHADORES E DE SINDICALISTAS RURAIS MORTOS EM CONFLITOS DE TERRA, POR ANO E POR ESTADO

ANO	PE	AL	BA	CE	MA	PB	PI	RN	SE	TOTAL
1964	1	0	0	0	1	2	0	6	0	10
1965	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
1966	8	0	0	0	0	0	0	0	0	8
1967	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
1968	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
1969	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1971	0	0	1	4	0	0	0	0	0	5
1972	5	0	0	1	1	0	0	0	0	7
1973	1	0	0	0	2	0	0	0	0	3
1974	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
1975	0	0	0	1	6	0	0	0	0	7
1976	1	0	5	0	1	0	0	0	2	9
1977	3	1	3	1	4	0	0	0	0	12
1978	1	0	0	0	8	0	0	0	1	10
1979	3	1	0	0	11	0	0	0	0	15
1980	1	1	5	1	8	0	0	0	0	16
1981	4	3	11	0	2	2	0	1	1	24
1982	2	0	4	2	12	1	0	0	0	21
1983	4	1	22	1	9	2	0	2	0	41
1984	9	4	15	2	16	3	1	1	0	51
1985	8	0	14	4	39	0	6	0	1	72
1986	7	0	18	6	11	1	0	1	0	44
1987	8	1	9	1	12	2	1	0	1	35
1988	3	1	13	3	8	4	0	0	0	32
TOTAL	78	13	122	27	151	17	8	11	6	433

FONTE: Dados citados por Ivaldo GEHLEN, *Terres de lutte et luttés pour la terre: Etudes sur le mouvement social pour la terre et la réforme agraire au sud du Brésil*, tese de doutorado em sociologia, Paris X - Nanterre, 1991, 2 vol.

Uma importante liderança dos trabalhadores rurais, José Francisco da SILVA (Entrevista, 1992, p. 61) traçou-me um panorama dos conflitos agrários no país. Sobre a região Norte, ele me disse:

Cada região do país tem uma realidade um pouquinho diferente. Na região Norte do país com abertura das estradas – Transamazônia, Cuiabá-Porto Velho – a ditadura se preocupou em criar uma infraestrutura para espalhar os conflitos, espalhar a população, estimular a migração (...) Houve toda uma programação para jogar o

pessoal daqui para outras áreas (...) Estimularam a colonização privada, que foi uma desgraça. Esse pessoal ficou lá sem solução nenhuma. Então começaram a surgir os conflitos de terra naquela região: Sul do Pará, Norte de Goiás, Tocantins, Maranhão, Bahia, que é um Estado altamente conflitado. E começaram a pipocar os conflitos de terra e o processo de expulsão. Essa infraestrutura fez surgir do lado do latifundiário uma ganância maior pela terra. A SUDENE, a SUDAM, o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia, soltando dinheiro nas mãos dos grandes (...) Boa parte desse pessoal que estava enfrentando os conflitos no Norte do país eram camponeses nordestinos, que migraram do Ceará, da Paraíba, Pernambuco...

O surgimento dos conflitos de terra em regiões de agricultores familiares no Sul do país é descrito por José Francisco da SILVA (Entrevista, 1992, p. 62):

Na região Sul, as federações de trabalhadores rurais por força da própria realidade delas, tinham dedicado o maior peso do seu trabalho de organização sindical na defesa dos pequenos agricultores. E depois, elas não tinham tanto uma área de concentração de assalariados como em Pernambuco (...) E como os filhos dos pequenos agricultores não tinham terra para trabalhar, e não queriam se tornar assalariados, o que não era fácil naquela região, começou a pipocar naquelas regiões, e em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, a luta pela conquista da terra. E houve pipocos enormes em Santa Catarina, principalmente entre os posseiros.

Dessas considerações de José Francisco da Silva, eu gostaria de destacar que o surgimento dos conflitos no Sul do país foi uma consequência do excesso de força de trabalho dentro dos estabelecimentos familiares, o que veio a favorecer o surgimento do MST, enquanto, no Norte e Centro-Oeste, os conflitos de terra foram uma consequência de uma política oficial de povoamento da Amazônia, associada aos incentivos governamentais oferecidos às empresas que se instalavam nessa região, o que é corroborado pela entrevista de José Queiroz SIQUEIRA (Entrevista, 1966, p. 29), médico e grande proprietário na região de Marabá, no Pará, onde ele mesmo estava envolvido em conflitos agrários. Ele me recebeu em sua residência, em Recife, e me explicou como os proprietários do Pará se organizavam para a defesa das propriedades:

A organização [dos grandes proprietários] começa quando se percebe que a autoridade não se empenha em defender a propriedade. (...) Por isso, os proprietários rurais, sem o apoio oficial para expulsar o invasor - não o posseiro - são obrigados a organizar uma milícia particular (...) A UDR, no tempo de Ronaldo Caiado, foi mais ou menos respeitada porque ela aconselhava os proprietários rurais a se defender. As invasões começaram depois que Caiado deixou a UDR. O governo abriu as pernas.

6. A transição democrática

Além do Brasil, outras democracias latinoamericanas foram abaladas, após a segunda guerra mundial, por golpes conservadores, geralmente com a liderança de militares, de acordo com um plano concebido e apoiado pelos Estados Unidos. O golpismo americano tornou-se mais agressivo a partir de 1959, em consequência da Revolução Cubana. Depois de algumas tentativas, o golpe militar ocorreu no Brasil, em 1º de abril de 1964.

A ditadura militar (1964-1985) passou, em seus últimos anos, pela chamada “transição democrática”, visando à restituição da Presidência da República aos civis. Pode-se marcar o início dessa transição em 15 de março de 1974, com a posse, na Presidência da República, do general Ernesto Geisel que desencadeou a sua “distensão lenta, gradual e segura”, e marcar o seu término com a posse de José Sarney, na Presidência da República, em 15 de março de 1985. Depois de alguns anos de ditadura, os militares brasileiros começaram a considerar que já estavam com a “missão cumprida”. Dado o papel de tutela que os militares exerceram sobre a mudança de regime no país, o termo transição pode ser substituído pelo de “transação”, no entender de Jair Krischke ⁽²⁰⁾

Para explicar essa mudança de comportamento dos militares e das elites civis que estavam no poder os autores Antonio de Pádua GURGEL e David FLEISCHER recorrem ao termo gramsciano “transformismo” segundo o qual a elite dirigente, ao sentir diminuir sua capacidade de governar um país, prefere “transformar-se” adotando um novo discurso e cedendo o poder a políticos civis confiáveis, desde que seja mantida a sua dominação sobre as massas populares e não haja revanchismo. Aplicando a interpretação ao Brasil, estes autores (1992, p. 12) afirmam:

Quando o modelo autoritário implantado no Brasil em 1964 começa a perder fôlego, nos meados da década de 1970, o “sistema” que mais ou menos governa o Brasil até hoje [1990] decidiu por uma estratégia transformista, que: (i) deixaria os militares sair de cena sem ser colocados no banco dos réus; (ii) deixaria um grupo de políticos civis “confiáveis” assumir formalmente o governo; (iii) permitiria que o antigo grupo hegemônico exercesse uma razoável tutela sobre este “novo” governo civil; (iv) manteria o modelo econômico implantado a partir do

²⁰ Citado por COGGIOLA Osvaldo. Democracia ou golpismo permanente? In: *brasil247.com/blog*. Disponível em 24.01.2023.

“milagre” dos anos 60 mais ou menos intato. Assim, nasceu a estratégia da abertura “lenta, gradual e segura”.

Os fatores políticos e sociais que levaram à volta da democracia no Brasil e no restante da América Latina foram também estudados por Alain TOURAINE em *La Parole et Le Sang* (TOURAINE, 1988, pp. 422-466).

De fato, a transição democrática brasileira resultou de diversos fatores de natureza econômica, social e política. O fator econômico principal foi a crise econômica que sucedeu ao chamado “milagre econômico”. Essa crise econômica ocasionou o fortalecimento da mobilização das forças sociais progressistas na cidade e no campo e o fortalecimento dos partidos de oposição.

4.1. A mobilização pela redemocratização do país

Vários setores da sociedade civil brasileira se organizaram contra a ditadura militar. No setor sindical urbano, destacaram-se os sindicatos dos metalúrgicos e dos bancários. A partir daí foram criadas centrais sindicais, que contaram com a participação dos trabalhadores rurais através da CONTAG.

O novo sindicalismo operário nasce no ABC, a maior zona industrial paulista. Eclode aí, em 12 de maio de 1978, nas fábricas de caminhões da Scania, alastrando-se para as unidades industriais da Ford, Mercedes-Benz e Volkswagen, a primeira grande greve dos metalúrgicos, fato que se repete nos anos seguintes em Osasco, Guarulhos e outras cidades. Mobilizaram-se também os bancários, principalmente em Belo Horizonte e Porto Alegre, mas também os de Recife e outras capitais. Estas mobilizações desembocaram na criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 10 de fevereiro de 1980, e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 28 de agosto de 1983, reunindo o que então se chamava de “sindicalismo autêntico”, com muitos militantes vindos das bases progressistas da Igreja católica, especialmente das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Alain TOURAINE (1988, p. 278) destaca a importância política do surgimento no Brasil desse novo sindicalismo operário:

A partir da greve dos operários metalúrgicos de São Bernardo, na região metropolitana de São Paulo, greve dirigida por Luis Inácio da Silva, o Lula, forma-se um novo sindicalismo, um sindicalismo de base,

capaz de organizar fortes mobilizações e, ao mesmo tempo, negociar com as empresas ou de entrar em lutas de uma dimensão geral.

Este autor sublinha (1988, p. 279) a diversidade de orientações das duas centrais que se formam nessa ocasião:

A tendência Unidade Sindical, que se exprime na CONCLAT [Conferência Nacional da Classe Trabalhadora] e, em seguida, na CGT [Central Geral dos Trabalhadores], opõe-se ao Novo Sindicalismo mais radical da CUT.

Em 1981, na primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), em Praia Grande-SP, estavam presentes as duas principais correntes do sindicalismo brasileiro. Uma delas, a Pró-CUT, criará a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983. A outra tendência criará, em 1986, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), sob a liderança de Joaquim dos Santos Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e ligado ao regime militar. O candidato a vice-presidente da CGT era José Francisco da Silva, presidente da CONTAG.

Em conclusão, o novo sindicalismo urbano, em especial a sua corrente mais combativa, a CUT, fincou suas raízes no Sudeste e no Centro Sul do país, tendo alguma presença em Pernambuco, inclusive no setor rural, onde surgiram novas lideranças, como o de Aristides Veras dos Santos, que viria a ser presidente da CONTAG e que foi por mim entrevistado.

Os profissionais autônomos de nível superior também se mobilizaram contra a ditadura em grande parte dos Estados brasileiros. Foi renovada a direção de muitas entidades de representação profissional (conselhos, sindicatos, associações e institutos). Destaco, para Recife, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Pernambuco (SINTTEL), o Clube de Engenharia, o Sindicato dos Engenheiros, o Instituto dos Arquitetos, o Sindicato dos Urbanitários, o Sindicato dos Bancários, o Sindicato dos Economistas, que presidi, a Associação dos Sociólogos, entre outras entidades. Observa-se o crescimento das Associações de Bairro, de Organizações Não-Governamentais e de diversas entidades feministas. Essas entidades se uniram na mobilização nacional das Diretas Já.

Em Recife surgiu uma importante articulação denominada Muda Nordeste, que desencadeou um processo de discussão, em todas as capitais do Nordeste, sobre temas de interesse da região. Entre essas discussões, figurava a questão regional e o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP).

4.2. A mobilização pela reforma agrária

O fato que me motivou para esta pesquisa, como já foi dito, foi a grande diferença entre a mobilização pela reforma agrária em dois períodos. O primeiro ocorreu a partir da criação das Ligas Camponesas (1955) e do Governo de João Goulart (1961-1964), no qual a reforma agrária, inserida no pacote das seis reformas de base ⁽²¹⁾, despertou um grande interesse na população urbana. O segundo foi o período da transição democrática e da Nova República, quando o interesse pela reforma agrária ficou menos expressivo. Sobre a mobilização popular nos dois momentos, José Graziano da SILVA ⁽²²⁾ afirma:

Em 64 os trabalhadores urbanos estavam diretamente envolvidos porque a reforma agrária vinha junto com as reformas de base. Daí as grandes mobilizações urbanas pró-reforma agrária. Em 1980 a reforma agrária é uma proposta isolada e os trabalhadores urbanos precisam ser "convencidos" das suas vantagens pois são apenas indiretamente beneficiados por ela.

Não vou tratar, nessa obra, da mobilização pela reforma agrária nos tempos da Ligas Camponesas, assunto muito pesquisado por diversos autores. Desejo abordar a mobilização do segundo período acima referido.

Na Amazônia, em resposta ao clima de violência surge, em 1975, a Comissão Pastoral da Terra (CPT). No Sul do Brasil, o MST começa a organizar-se em 1982 e é criado oficialmente em 1984.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em seu 3º Congresso Nacional, realizado em 1979, deu prioridade à retomada da luta da reforma agrária. Segundo avaliação da FETAPE (1987a, p.8):

²¹As reformas de base eram: agrária, educacional, fiscal, eleitoral, urbana e bancária.

²²SILVA, José Graziano da. Reforma agrária, já? In: LEAL Laurindo (coord.), *Reforma agrária da Nova República. Contradições e alternativas*, Cortez Editora/EDUC, São Paulo, 1985, p. 67.

A partir do 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em 1979, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) adotou uma estratégia das lutas coletivas e da pressão direta, e começou a fazer alianças com outros setores da sociedade, engajados na luta pela democratização do país e pela defesa dos interesses populares, pondo sob suspeita, o modelo econômico e político do país.

Em abril de 1983 forma-se a Campanha Nacional para a Reforma Agrária (CNRA), reunindo a CONTAG, a CPT, a Associação Brasileira para a Reforma Agrária (ABRA), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a CNBB e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Segundo Claudia PETRINA (1993):

as ações da CNRA visam mobilizar as forças sociais na cidade e no campo para que seja realizada no país uma reforma agrária que democratize a posse e o uso da terra, de modo a atender às necessidades dos 12 milhões de brasileiros sem terra ou com pouca terra, promover o desenvolvimento econômico e social do país, elevar as condições e a qualidade de vida e proteger o meio ambiente

Entretanto, esse esforço de mobilização social a favor da reforma agrária na transição democrática e na Nova República não envolveu a sociedade brasileira, de forma expressiva, como nos anos anteriores à ditadura militar.

4.3. A anistia política e a volta do pluripartidarismo

Para responder à crescente mobilização da sociedade civil contra o regime autoritário, os governos militares tomaram algumas iniciativas favoráveis à abertura política, com o apoio de setores das elites políticas civis.

Em 12 de outubro de 1977, o presidente Geisel exonera seu Ministro do Exército, o general Sílvio Frota, o preferido da linha-dura militar para a sucessão presidencial, e impõe como seu sucessor, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, que assume o poder em 15 de março de 1979, comprometendo-se a “fazer deste país uma democracia”. Saliente-se que, com o golpe militar em 1964, as eleições para presidente do Brasil passaram a ser indiretas, o colégio eleitoral sendo constituído pelos senadores e deputados federais. Esse sistema perdurou até a eleição de Tancredo Neves Neves, para presidente, e José Sarney, para vice-presidente, em 15 de janeiro de 1985.

Em 1º de janeiro de 1979, ainda no governo Ernesto Geisel, entra em vigor a Emenda Constitucional Nº 11, revogando o Ato Institucional Nº 5, e dando sequência ao processo de abertura política.

Em 28 de agosto de 1979 foi assinada, pelo presidente João Figueiredo, a Lei de Anistia Política (Lei Nº 6.683), anistiando os crimes considerados políticos ou eleitorais (exceto os considerados atos de terrorismo, como sequestro, assalto ou atentado pessoal), e permitindo o retorno dos anistiados à atividade em partidos legalmente reconhecidos. Na ocasião, o país possuía cerca de sete mil exilados e oitocentos presos políticos ⁽²³⁾. Teotônio Vilela, senador oriundo da elite açucareira alagoana, foi um destacado defensor dessa lei, que possibilitou a volta dos exilados, um dos quais foi Miguel Arraes, recebido, com grande festa, em Recife, em 17 de setembro do mesmo ano. A lei de anistia beneficiou também os responsáveis por crimes de tortura, prisão arbitrária, execução, ocultação de cadáver, entre outros, cometidos pela ditadura militar, inclusive por militares e agentes de repressão, contra presos políticos.

Em 20 de dezembro de 1979, foi aprovada uma nova Lei Orgânica Partidária (Lei Nº 6.767), que pôs fim ao bipartidarismo ⁽²⁴⁾ e permitiu a formação de novos partidos políticos, menos os partidos comunistas. O governo esperava, com essa medida, desarticular a oposição, concentrada no MDB. São, então, criados os seguintes partidos:

- Partido Democrático Social (PDS), fundado em 31 de janeiro de 1980, substituindo a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e concentrando os apoiadores do regime militar.
- Partido Popular (PP), de tendência centrista, criado em 01 de dezembro de 1979, e para o qual migraram diversos políticos do PDS. É um partido confiável para o regime militar. Tancredo Neves foi sua maior liderança, junto com alguns banqueiros, como Magalhães Pinto. Em 15 de março de

²³ Dados fornecidos por Michelle Viviane Godinho Corrêa, especialista em História e Culturas Políticas (UFMG, 2008), disponível em InfoEscola.

²⁴ O Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, havia extinguido os partidos existentes até o golpe militar. Um mês depois, em 20 de novembro, o Ato Complementar Nº. 4 cria o bipartidarismo. No início de 1966 são criados a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), de apoio ao governo militar e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição, que incorpora os interesses dos movimentos populares e sindicais que faziam resistência ao regime militar.

1982, por ocasião da convenção nacional do PMDB, Tancredo se incorpora a este partido. Isso facilitava o atendimento à exigência da reforma política que obrigou os partidos a lançar chapa completa de vereador a governador nas eleições daquele ano;

- Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado em 03 de novembro de 1981, por Ivete Vargas, assumindo a legenda histórica pretendida por Leonel Brizola;
- Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), liderado por Ulisses Guimarães, fundado em 15 de janeiro de 1980, substituindo o MDB e continuando como oposição ao regime militar mas, já nessa ocasião, recebendo políticos centristas e conservadores. A partir de 1982, com a incorporação do Partido Popular (PP), fica mais nítido o perfil do PMDB como uma frente partidária, com políticos de esquerda, de centro e de direita;
- Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 10 de fevereiro de 1980, sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva;
- Partido Democrático Trabalhista (PDT), fundado em 17 de junho de 1979, e dirigido por Leonel Brizola.

Diante deste quadro partidário o governo militar liberou a realização das eleições diretas para governador, juntamente com a eleição de senadores e deputados federais. Assim, em 15 de novembro de 1982, acontecem pela primeira vez no regime militar, eleições diretas para governadores dos Estados. Convém lembrar que estas eleições majoritárias tinham o artifício da sub-legenda, instituído em 1977, para abrigar na mesma sigla partidária as divisões políticas existentes no seio das lideranças ligadas ao regime militar, que podiam apresentar mais de um candidato, cujos votos eram somados de forma a dificultar a eleição de um candidato de oposição. Apesar disso, a oposição ganhou em dez Estados, dentre os quais São Paulo, com Franco Montoro (PMDB), Rio de Janeiro, com Leonel Brizola (PDT), Minas Gerais, com Tancredo Neves (PMDB) e Paraná, com José Richa (PMDB).

Nas eleições de 1982, em Pernambuco, foi eleito governador Roberto Magalhães, tendo Gustavo Krause como vice, e Marco Maciel como senador, todos do PDS. Saliente-se que Roberto Magalhães havia sido o vice-governador de Marco Maciel. O candidato a governador pelo PMDB foi o senador Marcos Freire, derrotado por estreita diferença de votos.

Os resultados eleitorais para a Câmara Federal deram uma certa tranquilidade ao governo Figueiredo. Como relatam Antônio GURGEL e David FLEISHMAN (1990, p. 13), dos 200 deputados federais eleitos pelo PMDB, que continuava o maior partido de oposição, havia que tinham sido eleitos em 1978 pela ARENA e 60 eram tidos como “moderados históricos” do antigo MDB.

4.4. O surgimento do “Centrão” no Congresso Nacional

Entende-se como “Centrão” o conjunto de partidos políticos sem ideologia definida, com perfil de centro-direita, que se dispõem a apoiar o Executivo federal em troca de favores, como o da concessão de cargos públicos e a liberação de recursos relativos a emendas parlamentares. Sua presença foi importante para derrotar a proposta de reforma agrária na Assembléia Nacional Constituinte.

Ainda no primeiro semestre de 1985 começaram as articulações em vista das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte. Para apoiar seus candidatos a constituintes, segundo Antônio de Padua GURGEL e David FLEISCHER (1990, p. 15 e 16), os empresários gastaram nas eleições de 1986 em torno de dois bilhões de dólares, “uma soma sem precedentes, mesmo em eleições do hemisfério norte”.

4.5. Pernambucanos no governos militares

Algumas lideranças conservadoras pernambucanas ocuparam posições de destaque em organismos federais vinculados direta ou indiretamente à

reforma agrária nos governos militares e no Governo Sarney. Destaco duas dessas lideranças políticas: Moura Cavalcanti e Marco Maciel ⁽²⁵⁾.

O processo de distensão, no que diz respeito às instituições civis, foi conduzido pelo senador Petrônio Portella, presidente da ARENA. Dois líderes militares colaboraram com Portella: o general Golbery do Couto e Silva e o general Cordeiro de Farias (CAMARGO; GOES, 1981b, p. 265.).

Moura Cavalcanti, na entrevista que me concedeu, falou da influência sobre sua carreira política advinda de Cordeiro de Farias, de quem havia sido Chefe de Gabinete quando este foi governador de Pernambuco (1955-1958), eleito pelo PSD. Posteriormente, Moura Cavalcanti, foi governador do então território do Amapá (1961) por nomeação do presidente Jânio Quadros. Durante a ditadura, quando se filiou à ARENA, foi nomeado presidente do INCRA (1971-1972) e Ministro da Agricultura (1973), durante o governo do general Médici.

Ainda sobre o general Cordeiro de Farias ⁽²⁶⁾ vale lembrar que o mesmo foi nomeado pelo presidente marechal Castelo Branco para chefiar o Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (MECOR), com o qual ficou a responsabilidade de elaborar o Estatuto da Terra. Foi ele quem introduziu Moura Cavalcanti na política e o fez entrar no convívio dos militares. Entrevistado por Aspásia CAMARGO e Walder de GOES (1981, p. 589), o general Cordeiro de Farias disse:

As raízes do Estatuto da Terra estão no MECOR. Mas eu compreendia que se tratava de uma matéria mais ligada ao ministério de agricultura. Argumentei sobre isso com Castelo Branco, que esta questão deveria ficar fora de meu ministério. A elaboração do Estatuto da Terra exigia pessoas muito especializadas e meu ministério não as tinha. Além disso, verifiquei que o Nordeste - região - cujos problemas diziam respeito mais diretamente com o MECOR - não deveria se beneficiar do Estatuto da Terra. No Mato Grosso, onde há várias colônias de famílias do Rio Grande do Sul, era possível a reforma agrária, mas não no Nordeste. O homem do Nordeste não tem instrução suficiente para ser um proprietário de terra. Ele só sabe receber tarefas. Apenas seus filhos, com mais instrução, poderão ser melhor orientados e, em seguida, receber terras que eles administrarão por si mesmos.

²⁵ Antes do regime militar, outros pernambucanos já haviam desempenhado funções semelhantes, como Armando Monteiro Filho e Oswaldo Lima Filho, que ocuparam o cargo de Ministros da Agricultura, estes com perfil progressista.

²⁶ - Cordeiro de Farias anteriormente já havia sido governador de Pernambuco. Subordinados ao MECOR estavam a SUDENE, a CODEVASF e o DNOCS. Cordeiro de Farias foi também diretor do grupo João Santos, usineiro de Pernambuco.

Em abril de 1977, o presidente Geisel baixou o Ato Complementar Nº 102, conhecido como Pacote de Abril, decretando o recesso do Congresso Nacional. Esse Ato Complementar criava a figura do “senador biônico”, eleito pelas assembleias legislativas estaduais, que no Norte e Nordeste eram majoritariamente conservadores e assegurariam que o Governo federal tivesse maioria no Senado. Nesse momento, a Câmara Federal era presidida pelo pernambucano Marco Maciel que não expressou nenhum constrangimento pela agressão do Executivo sobre o Legislativo.

4.6. A campanha das “diretas já”

Entre janeiro e abril de 1984, ocorreram grandes mobilizações populares por eleição direta para presidente, que foram chamadas de movimento das “Diretas Já”, com base na emenda do deputado federal Dante de Oliveira (PMDB-MT) apresentada no início de 1983. Tendo à frente o deputado Ulisses Guimarães e o sindicalista Luis Inácio Lula da Silva inicia-se a campanha das diretas no comício de Goiânia, em junho deste ano. Em 16 de abril de 1984, mais de um milhão de pessoas se reúnem no comício no Vale do Anhangabaú, em São Paulo.

4.7. A Aliança Democrática e a tutela militar sobre a reforma agrária

Dentro do PDS, o ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf, vence a disputa para ser candidato a Presidente da República. Não aceitando essa decisão, um grupo liderado pelo senador Marco Maciel e pelo vice-presidente Aureliano Chaves sai deste Partido para formar a “Frente Liberal”, transformada, em 24 de janeiro de 1985, em PFL. A seguir, PFL e PMDB fundam a Aliança Democrática. Em 15 de janeiro de 1985, tendo sido derrotada a Emenda Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas para presidente, é eleita no Congresso Nacional a chapa da Aliança Democrática, com Tancredo Neves e

José Sarney, para a Presidente e Vice-Presidente da República, respectivamente, ambos filiados ao PMDB..

Entre 1983 e 1990, Pernambuco foi governado por Roberto Magalhães, do PFL, sucedido por Miguel Arraes, do PMDB (27), partidos da base de sustentação do governo Sarney.

O Acordo da Aliança Democrática foi materializado no “Compromisso com a Nação”, apresentado por Tancredo Neves, em 07 de agosto de 1984, como candidato a presidente da República. Neste documento, segundo relata José Gomes da SILVA (1987, p. 28), era proposta a “Reforma Agrária mediante o cumprimento do Estatuto da Terra e melhoria das condições de vida do homem do campo”. O PMDB realizou um Simpósio Nacional sobre Agricultura e Meio Ambiente, em Curitiba, de 15 a 17 de outubro de 1984, em cujas Conclusões consta a reforma agrária como a primeira das cinco propostas apresentadas (SILVA, 1987, p. 29):

O novo governo, imediatamente à sua posse, implementará um plano de emergência de alimentação popular. Em seguida serão adotadas medidas para a aplicação do Estatuto da Terra, de modo a assegurar a terra a quem nela trabalha (...)

É o Estatuto da Terra, instrumento legal em plena vigência, que pode permitir o imediato início do processo de reformulação da estrutura fundiária do País (...)

É necessário e urgente que se estabeleçam critérios rígidos na destinação de terras públicas, já que as concessões feitas a grandes grupos, colonizadoras e mesmo a projetos de colonização têm favorecido a concentração de terras (...)

Impõe-se, também, respeito absoluto à demarcação das terras indígenas, como questão de prioridade e coerência, reconhecendo-se o direito à autodeterminação da comunidade indígena (...)

O Imposto Territorial Rural deve ter seus critérios de aplicação revistos, para realmente penalizar a ociosidade, a especulação e a apropriação de grandes extensões de terras, privilegiando-se, com baixa tributação, aos pequenos e médios produtores (...)

Cabe, ainda, estudar a criação da Justiça Agrária, antiga reivindicação dos trabalhadores rurais, e necessária diante da extensão e intensidade dos problemas e conflitos na área rural.

27 O PFL governou Pernambuco com Roberto Magalhães, empossado em 15 março de 1983 e licenciado em 14 março de 1986 para candidatar-se ao Senado, sendo então substituído por seu vice Gustavo Krause(27), que ficou no cargo até março de 1987. O PMDB, esteve no poder com o segundo governo de Miguel Arraes, que tomou posse, em 15 de março de 1987 e governou até 01.04.1990, sendo então substituído por seu vice Carlos Wilson Campos, que governou até 15.03.1991.

José Gomes da Silva, primeiro presidente do INCRA na Nova República, estudou a presença do dispositivo militar na formação da Aliança Democrática e do governo Sarney. Esse dispositivo, na análise deste autor, era integrado pelos ministros do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, pelo Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), o Gabinete Militar, o Conselho de Segurança Nacional e o Serviço Nacional de Informações (SNI). Para Fernando Henrique Cardoso, então senador por São Paulo, citado por José Gomes da SILVA (1987, p.32), “os militares moderados constituem hoje uma das peças-chave da sustentação do governo Sarney”. O Ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves tinha um bom relacionamento com o Ministro Nelson Ribeiro, titular do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD). Segundo José Gomes da SILVA (1987, p. 33) ele “dava a entender que apoiaria o desencadeamento e até a execução da Reforma desde que pudesse ser concluída sem qualquer ameaça à ordem vigente. Com essa pré-condição tornou-se muito fácil paralisar a Reforma: criaram uma organização para dar tiros e com isso mostrar a impossibilidade de uma saída pacífica. Para isso bastou fazer alguns leilões de bois e fundar a União Democrática Ruralista (UDR)”.

O superintendente do INCRA, em São Paulo, José Eli da Veiga, em declaração ao *Jornal do Brasil* (28), citado por José Gomes da SILVA (1987, p. 33), revela que

às vésperas da reforma ministerial ocorrida em fevereiro de 1986, setores do Planalto pretendiam simplesmente extinguir o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Quem virou a mesa foi o Ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves. Ele argumentou que o fim do Ministério seria um descumprimento de um programa anunciado por Tancredo durante sua campanha, que criara expectativas e esperanças. Como se justificaria um recuo tão grande?

Finalmente, para José Gomes da SILVA (1987, p. 33):

O SNI, através do general Ivan de Souza Mendes, manteve sempre uma posição de discreta vigilância e permanente aconselhamento. Dos outros três ministros militares, apenas o da Aeronáutica apresentou um documento de contestação à ‘Proposta’ [do MIRAD]. O Ministro da Marinha recusou-se a opinar, e, francamente favorável, foi apenas o Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), almirante José Maria do Amaral, cujas relações de coestadano de Nelson Ribeiro muito ajudaram a manter um clima de permanente cordialidade com esse importante segmento das Forças Armadas.

²⁸ *Jornal do Brasil*, edição de 14.12.1986, p. 24.

Dessa forma, a « elite do atraso » não conseguiu impedir que na pauta da Aliança Democrática constasse a realização da reforma agrária e a concessão de espaços na máquina federal do Estado para indicação de pessoas pela CONTAG e CNBB e seus parceiros: ABRA, IBASE, OAB, ABI. Essa estratégia de «transformismo» das elites poderia ser explicada pelo ditado de «ceder os anéis para não perder os dedos».

TERCEIRA PARTE: A REFORMA AGRÁRIA NA NOVA REPÚBLICA

1. O perfil conservador do Governo Sarney

O acordo político pelo qual o regime militar se encerrou no Brasil foi negociado entre o Partido da Frente Liberal (PFL), criado em 24 de janeiro de 1985 como dissidência do Partido Democrático Social (PDS), e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que em 15 de janeiro de 1980 substituiu o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tradicional partido de oposição à ditadura. Desde sua criação, o PMDB incorporou políticos de centro e de direita, à medida em que a ditadura se enfraquecia.

Dessa forma, o governo federal da Nova República, chefiado pelo presidente José Sarney, que tomou posse em 15 de março de 1985, teve um caráter predominantemente conservador, nascido de um acordo das elites civis e selado com a anuência e tutela dos militares. Alguns dos membros do PFL ⁽²⁹⁾ integrarão o Ministério de Sarney, como o senador Marco Maciel, inicialmente no Ministério da Educação e posteriormente na Casa Civil, função que lhe possibilitou ter ingerência sobre a execução da reforma agrária.

Apesar desse perfil conservador, o governo Sarney procurou dar uma satisfação às entidades civis progressistas que defendiam a execução da reforma agrária, numa tensão « entre a cruz e a espada ». Assim, o presidente Sarney buscou o apoio político dos trabalhadores rurais, principalmente por intermédio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Para assegurar esse apoio, Sarney tomou as seguintes iniciativas: (i) criação do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), substituindo o Ministério Extraordinários para Assuntos Fundiários (MEAF); (ii) nomeação de Nelson Ribeiro, pessoa de confiança da CNBB, para dirigir o MIRAD; (iii) nomeação de José Gomes da Silva, reconhecido por sua luta a favor da reforma agrária, para presidir o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ; (iv) nomeação de pessoas progressistas, indicadas pelo PMDB, CONTAG e CNBB, para chefiar as diretorias nacionais e regionais do INCRA.

²⁹ Em 28 de março de 2007 o PFL passou a chamar-se de Democratas (DEM).

2. A Proposta de reforma agrária

Durante os meses de abril e maio de 1985, um conjunto de 17 grupos de estudo, formados pelo MIRAD, prepararam a Proposta do PNRA, o Plano Nacional de Reforma Agrária, para ser debatida pela sociedade brasileira. Esta Proposta foi apresentada no IV Congresso da CONTAG, ocorrido de 25 a 30 de maio de 1985, em Brasília, e foi promulgada em outubro. Ela estava fundamentada juridicamente no Estatuto da Terra, mas seus objetivos eram mais claros e mais coerentes que os do Estatuto. Enquanto o Estatuto procurava conciliar os interesses da grande propriedade com a necessidade de reduzir as tensões sociais do campo, a Proposta representava, de modo claro, os interesses dos futuros beneficiários da reforma, os trabalhadores rurais.

Segundo a Proposta, a reforma seria realizada em terras particulares localizadas em regiões já ocupadas, dotadas de infra-estrutura, e apresentando uma densidade demográfica e um grau de tensão social relativamente elevado. O essencial da reforma consistia na instalação de trabalhadores rurais em latifúndios. As ações de regularização fundiária e de colonização, assim como as medidas fiscais, representariam ações complementares.

A primeira versão da Proposta previa beneficiar 10.640.000 famílias, distribuídas por diversas categorias de trabalhadores rurais (TABELA 4).

TABELA 4. BRASIL – 1984 - NÚMERO DE TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA OU COM POUCA TERRA, SEGUNDO AS CATEGORIAS DE PRODUTOR

CATEGORIAS DE PRODUTOR	Nº DE FAMÍLIAS (em 1.000)
Minifundistas proprietários	1.872
Minifundistas posseiros	644
Parceiros	433
Pequenos arrendatários	180
Assalariados agrícolas permanentes	2.147
Assalariados agrícolas temporários	4.260
Outros trabalhadores não assalariados	1.104
TOTAL	10.640

FONTE: INCRA/*Estatísticas tributárias de 1984*, incorporadas pela Proposta do PNRA, de maio de 1985.

O principal meio para a obtenção da terra para a reforma agrária seria a expropriação de latifúndios, com indenização de seus proprietários. Para a definição do modo de exploração das terras reformadas (familiar, comunitário,

associativo ou cooperativo, misto, etc.) deveriam ser consultados os cargo dos trabalhadores a serem assentados. O sistema de cadastro do INCRA seria aperfeiçoado, especialmente na análise das declarações dos proprietários. As terras griladas seriam confiscadas, sem indenização ao pretense proprietário.

A colonização pública seria suspensa por dois anos, a fim de possibilitar uma melhor avaliação deste tipo de ação, e a colonização privada seria submetida a um maior controle. O grau de participação dos trabalhadores assentados nos projetos de colonização seria o mesmo que o dos assentados nos latifúndios desapropriados.

Os 2.000 maiores devedores do Imposto Territorial Rural (ITR) seriam processados judicialmente. A política dos incentivos fiscais seria revista. Os proprietários ou empresas que não respeitassem a legislação fundiária ou social não poderiam receber benefícios fiscais ou ter acesso ao crédito, enquanto não regularizassem sua situação.

As 950 zonas de conflitos agrários do país, relacionadas na Proposta, seriam objeto de uma ação imediata. Os latifúndios cujos processos de desapropriação estivessem tecnicamente concluídos, seriam imediatamente desapropriados pelo Presidente da República.

As terras públicas oferecidas ao setor privado, por meio de leilões, seriam destinadas ao assentamento de trabalhadores rurais. Os processos de concessão de terras públicas em andamento seriam suspensos por um ano, aguardando uma definição do MIRAD sobre sua destinação. O INCRA suprimiria o financiamento da transferência de trabalhadores de uma região para outra, realizada por empresas de colonização ou cooperativas.

Haveria uma revisão de todas as concessões de terras públicas efetuadas ao longo dos cinco últimos anos pelo INCRA em benefício de grupos econômicos ou de colonização particular. Se fossem encontradas irregularidades, estas terras retornariam ao patrimônio público.

Na ocorrência de ações jurídicas movidas por proprietários, visando a expulsão de trabalhadores que residissem ou trabalhassem em suas propriedades, o INCRA seria avisado pelo juiz, e poderia, eventualmente, desencadear um processo de desapropriação dessa propriedade.

Haveria também um desarmamento das milícias privadas rurais e a especulação imobiliária seria abolida nas zonas onde os proprietários rurais expulsassem trabalhadores para aí instalar chácaras de lazer.

Finalmente, haveria uma nova classificação das falsas empresas rurais, tornando-as susceptíveis de desapropriação.

3. Reações do patronato agrário à Proposta de reforma agrária

O texto da Proposta, os debates e as mobilizações dos trabalhadores e das entidades progressistas, além da ida do presidente Sarney ao Congresso da CONTAG, em maio de 1985, suscitaram reações patronais, especialmente da União Democrática Ruralista (UDR) e da Frente Ampla da Agricultura.

A UDR

A UDR, fundada por pecuaristas de Goiás, entre maio e junho de 1985, tinha como objetivo imediato a não aprovação da Proposta do PNRA, tendo por base a defesa da propriedade privada da terra. Seu primeiro presidente e, a seguir, deputado constituinte, Ronaldo Caiado ⁽³⁰⁾, citado por LISITA (1992, p. 227), disse que era necessário «acabar uma vez por todas com a ideia de qualquer mudança na estrutura fundiária, que era a base do desenvolvimento nacional». A UDR reivindicava o direito de participar na tomada de decisão sobre política agrícola e agrária. Esta nova entidade aproveitava o fato de que muitos grupos patronais do campo não se sentiam bem representados por suas entidades tradicionais para se legitimar junto ao patronato agrário nacional..

Os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da UDR e ao seu intenso uso dos meios de comunicação, foram obtidos pela realização de numerosos leilões de cabeças de gado, oferecidas pelos seus sócios.

Um mês após o IV Congresso da CONTAG, realizado em maio de 1985, ocorre, também em Brasília, o Congresso Brasileiro da Reforma Agrária, organizado pela Confederação Nacional de Agricultura (CNA). As discussões

³⁰ - Ronaldo Caiado, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 jan. 1986.

deste congresso mostraram, de acordo com Adriano PILATTI (1988, p. 61), que havia no patronato agrário,

duas correntes no campo da reforma agrária. Uma, reunindo os ditos modernos da agricultura, acreditava que a reforma agrária era irreversível e que os empresários deviam tomar as rédeas desse processo. A outra corrente, totalmente contrária à reforma agrária, recebeu a sugestão de conciliação com vaia. Segundo a imprensa, havia um grupo que sugeria, brincando, que para cada fazenda invadida um padre deveria ser morto.

A base social da UDR, no início, concentrava-se nos Estados de Goiás, São Paulo e Minas Gerais. De acordo com estimativas de PILATTI (1988, p. 67) "o número de filiados teria passado de 3.000 a 5.000 em junho de 1986 [data da eleição de Ronaldo Caiado para a presidência da UDR] a uma cifra entre 130.000 e 230.000 em novembro de 1987".

Até o final de 1987, a UDR havia se instalado em todos os Estados do país. Segundo PILATTI (1988), os Estados onde a UDR melhor se desenvolveu foram Goiás, São Paulo e Minas Gerais. Mas também ela se implantou bem no Pará, Maranhão, Bahia, Mato Grosso do Sul e Paraná. Para este autor, em outros Estados houve resistência por parte das organizações tradicionais e corporatistas, bem como dos próprios proprietários. No Rio Grande do Sul, a UDR encontrou, até início de 1988, grandes dificuldades para ser reconhecida pela poderosa Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL). Com exceção da Bahia e do Maranhão, nos demais Estados do Nordeste as resistências à UDR foram fortes, incluindo federações sindicais patronais, grandes proprietários, coronéis e usineiros. Esses grupos não se associaram à UDR e, até mesmo reagiram com hostilidade à criação das UDR locais.

Em Pernambuco, em outubro de 1987, por ocasião da criação da UDR, em Recife, os usineiros recusaram-se a comparecer. Esta dificuldade de penetração nas regiões e nos setores mais tradicionais parece confirmar a ideia de que a UDR surgiu como uma alternativa de representação dos setores insatisfeitos com os organismos de representação tradicional. O exemplo do Nordeste é eloquente, porque o patronato agrário tradicional dessa região controlava não só as entidades de representação da categoria mas também a representação política da região.

A UDR oferecia serviços de assistência jurídica aos proprietários ameaçados por desapropriações e utilizava-se bem dos meios de comunicação.

Após sua eleição, em junho de 1986, para a presidência da UDR, Ronaldo Caiado empenhou-se intensamente nas campanhas eleitorais para a Assembléia Nacional Constituinte de 14 de novembro de 1986. Neste período ocorreu a demissão do ministro Nelson Ribeiro, do MIRAD, e o assassinato do Padre Josimo, coordenador da Comissão Pastoral da Terra no Bico do Pagagaio, atual Estado do Tocantins. Tendo sido excluída da Frente Ampla da Agricultura, integrada pelas organizações patronais tradicionais, a UDR passou a uma ação mais agressiva. Nas manifestações organizadas pela Frente Ampla, foi a UDR que apareceu na mídia, como no Alerta do Campo à Nação, no dia 12 de fevereiro de 1987, em Brasília. Por fim, ela rompeu o bloqueio que lhe foi imposto pelas organizações tradicionais do patronato. Essa vitória, segundo PILATTI (1988, p. 154), foi obtida

graças a uma competente ação de defesa dos agricultores diante da política do governo. No que diz respeito à opinião pública, o desempenho da UDR por ocasião das manifestações e no seio da Assembléia Nacional Constituinte fizeram com que ela fosse reconhecida como entidade líder (...) Sua representatividade foi reconhecida pelos proprietários, pela imprensa e pelas autoridades do governo responsáveis pela questão agrária. Ela conseguiu fazer incluir na nova Constituição garantias ao direito sobre a propriedade rural mais sólidas do que as que estavam então em vigor. Esse resultado favorável à UDR deve ser creditado à sua organização interna, ao seu senso de oportunidade em investir seus esforços, nas omissões da política agrícola e nas divisões entre seus adversários, como o PMDB e o governo Sarney.

Entre fevereiro de 1987 e maio de 1988, a UDR organiza mobilizações e *lobbies* na Assembléia Nacional Constituinte, desde a instalação desta, até a votação da reforma agrária.

O declínio da UDR começa logo após o encerramento dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Paradoxalmente, suas vitórias – a aprovação de todas as propostas anti-reformistas no texto da Constituição e eleição, sob seu patrocínio, de pelo menos 60 constituintes – tornavam-na, de alguma forma, dispensável.

Em outubro de 1987, a CONTAG, a CPT, a CUT e o MST enviam uma carta Ministro da Justiça, Paulo Brossard, tratando do problema da violência

contra os trabalhadores rurais. São destacadas quatro características desta violência: (1) uma violência generalizada de Norte ao Sul do país; (2) uma violência seletiva, dirigida especialmente para os dirigentes e os líderes sindicais e populares; (3) uma violência organizada, o que poderia ser deduzido pela seletividade das vítimas e pela necessidade de constituição de milícias para se alcançar um tão grande número de mortos; (4) uma violência impune, apesar de muitos inquéritos policiais abertos (CONTAG/CPT/CUT/MST. 1987).

A Frente Ampla da Agricultura

A Frente Ampla da Agricultura Brasileira foi criada em 17 de junho de 1986, em Brasília, reunindo 48 organizações entre as quais distinguem-se as entidades tradicionais de representação do patronato rural: a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Organização das Cooperativas Brasileira (OCB). A UDR não foi convidada.

O momento da criação da Frente Ampla coincidiu com a euforia gerada pelo Plano Cruzado. Imediatamente, a direção da Frente é recebida pelo presidente Sarney e pelas principais autoridades ligadas à agricultura. José Graziano da SILVA (1992) comentando esse fato, publicado pela Folha de São Paulo ⁽³¹⁾, afirma que o governo Sarney apoiava a Frente Ampla considerando que a mesma contribuiria para inibir os radicalismos no meio rural provenientes sobretudo dos confrontos entre UDR e MST.

A pessoa mais importante na Frente Ampla foi Alysson Paulinelli, deputado federal por Minas Gerais. Em dezembro de 1987 ele é eleito presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), tendo como seu vice o pernambucano Pio Guerra Filho, também presidente da Federação da Agricultura do Estado de Pernambuco (FAEPE). Creio que a presença de Pio Guerra na direção da CNA contribuiu para reforçar a resistência que a UDR encontrou para implantar-se em Pernambuco. Foi a partir da eleição desta nova diretoria que a CNA adquiriu uma maior legitimidade na representação do patronato brasileiro.

³¹- *Folha de São Paulo*, 03/07/86, p. 29.

José Graziano da SILVA constata o esforço das organizações tradicionais de representação do patronato para modernizar-se. Segundo ele (1992, p. 32):

As grandes mudanças estavam reservadas, evidentemente, à entidade de representação formal-legal, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Ao final de contas, foi a sua falta de representatividade, em 1985, [...] que tinha tornado possível o crescimento da UDR e o surgimento da Frente Ampla. A partir de então a CNA vai impor sua presença como a única e legítima representante dos produtores rurais.

4. O Plano Nacional de Reforma Agrária nasce desfigurado

O texto definitivo do PNRA foi finalmente promulgado em 10 de outubro de 1985 (Lei 91.766), ao final de um processo de 12 versões sucessivas. Em relação à Proposta inicial, os principais recuos foram:

- Perda da importância do instrumento jurídico da desapropriação, introduzindo-se a alternativa da negociação como uma forma de aquisição de terras pelo INCRA;
- Enquanto a Proposta tinha sido elaborada a partir do ponto de vista dos trabalhadores rurais, o PNRA procurar integrar também o ponto de vista dos grandes proprietários opostos à reforma;
- O caráter operacional da proposta foi substituído por um texto muitas vezes vago, especialmente no que diz respeito aos pontos sobre os quais a Proposta era clara: a política de incentivos fiscais e os projetos de colonização;
- O objetivo da reforma, na Proposta, era de «mudar a estrutura fundiária do país», enquanto o do PNRA é de «contribuir para modificar o regime de posse e utilização da terra»;
- O PNRA ficou vinculado à Política Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR) cuja responsabilidade cabia a um outro ministério, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN);
- A superfície a ser atingida para a reforma caiu de 293,7 milhões de hectares da Proposta, para 168,5 milhões de hectares, segundo o PNRA, ou seja, uma diminuição de 125,2 milhões de hectares.

Em relação ao número de beneficiários houve a previsão de assentamento de 1.4 milhões de trabalhadores na primeira fase (1985-89), assim distribuídos: 150 mil famílias em 1985-86, 300 mil famílias em 1987, 450 mil em 1988 e 500 mil famílias em 1989, totalizando 1.400.000 famílias. A diminuição da meta de assentamento no primeiro ano foi justificada pela «necessidade de reciclagem do INCRA, braço operacional do MIRAD» , de acordo com o PNRA (MIRAD/INCRA. 1985a, p. 25).

Os principais recuos do PNRA face ao Estatuto da Terra foram ⁽³²⁾:

- a presença de um grande número de parceiros e arrendatários em uma propriedade era considerada pelo Estatuto como um motivo de desapropriação. Segundo o PNRA, esta presença é, ao contrário, um motivo para a não desapropriação;
- segundo o Estatuto da Terra, toda a área do latifúndio é desapropriável, para o PNRA, só a parte não explorada;
- o PNRA introduz a categoria de «latifúndio produtivo», sem definir o conceito de produtivo, o que permite ao proprietário utilizar artifícios para evitar a desapropriação.

Dando continuidade ao Estatuto da Terra, o PNRA mantém a desapropriação como a principal forma de arrecadação de terras para a reforma agrária. Segundo o PNRA (MIRAD/INCRA, 1985a, p. 29):

o Programa Básico, definidor e configurador do processo de transformação das relações de propriedade e das melhorias de condições de acesso à terra, é o Programa de Assentamento de Trabalhadores Rurais. Ele substantivará, primordialmente, as ações de desapropriações por interesse social ou outras formas que possibilitem o acesso à propriedade rural.

O desmantelamento dos órgãos de execução da reforma agrária

Gradualmente, os conservadores vão obtendo vitórias contra a política de reforma agrária proposta pelo governo federal, a começar pelo enfraquecimento

³² - Do ponto de vista jurídico o PNRA, como decreto, não pode ir contra o Estatuto da Terra que é uma lei

dos órgãos responsáveis pela reforma agrária, o INCRA e o MIRAD. O texto do PNRA desfigurado pela pressão das forças opostas à reforma levou José Gomes da Silva, presidente do INCRA e veterano da reforma agrária, a pedir demissão do cargo em 18 de outubro de 1985. Seu substituto só foi nomeado em 30 de março do ano seguinte. Em 28 de maio de 1986 demite-se Nelson Ribeiro como titular do MIRAD, sendo substituído por Dante de Oliveira, em 30 do mesmo mês.

O INCRA nacional e o MIRAD passaram por diversas mudanças em seus cargos de direção, prejudicando o andamento dos processos de desapropriação. Em 22 de outubro de 1987 o INCRA é extinto e suas funções são transferidas ao MIRAD, que seria extinto em 1989, passando suas atribuições a ser exercidas pelo Ministério da Agricultura. Em 1989, o INCRA é recriado.

5. O Plano Regional de Reforma Agrária de Pernambuco

Depois da promulgação do PNRA, as diretorias regionais do INCRA cuidaram da elaboração dos Planos Regionais de Reforma Agrária (PRRAs), entre os quais o de Pernambuco (PRRA-PE), enviado à direção nacional do INCRA em 17 de dezembro de 1985, mas só aprovado pelo Presidente da República em 19 de maio de 1986. Esse atraso foi consequência das pressões do patronato canavieiro para que a Zona da Mata não fosse incluída como área prioritária para a reforma agrária, contrariando os estudos do INCRA-PE.

A definição das zonas prioritárias de reforma agrária é uma exigência do Estatuto da Terra (Art. 34) e do PNRA (Cap. 2). O INCRA nacional apresentou às diretorias regionais os critérios para a definição dessas áreas, a saber:

- Maior disponibilidade de terras agrícolas inexploradas nos latifúndios com área superior a três módulos;
- Maior número de trabalhadores potencialmente beneficiários;
- Capacidade institucional para administrar o programa;
- Existência de conflitos agrários;
- Fertilidade da terra;
- Presença de infraestrutura de serviços;

- Capacidade de participação das organizações de beneficiários.

A consideração de todos os critérios, segundo o PRRA-PE (p.11)

confirmou a microrregião da Mata Úmida como o espaço, sem dúvida nenhuma, o mais adequado para a reforma agrária. Esta microrregião obteve, na adição final dos pontos, a mais alta soma, seja quanto aos critérios básicos (disponibilidade de terras, número de beneficiários potenciais, capacidade operacional e grau de concentração de terras), seja quanto aos critérios complementares (presença de investimentos públicos, fertilidade do solo e grau de organização dos beneficiários).

Os dois primeiros critérios, aplicados às 12 microrregiões de Pernambuco, apresentaram os resultados indicados na TABELA 5.

TABELA 5. PERNAMBUCO – 1985 - REGIÕES PRIORITÁRIAS PARA A REFORMA AGRÁRIA SEGUNDO A SUPERFÍCIE DISPONÍVEL E O NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS

LOCALIDADE : MESORREGIÃO E MICRORREGIÃO	SUPERFÍCIE DISPONÍVEL (ha)	NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS
ZONA DA MATA	274.694	46.733
Mata Norte (ou Mata Seca)	95.523	15.721
Mata Sul (ou Mata Úmida)	149.826	24.630
REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE	29.345	6.382
AGRESTE	712.221	55.751
Arcoverde	225.196	7.582
Agreste Meridional	144.228	21.249
Agreste Setentrional	73.835	14.216
Vale do Ipojuca	268.962	12.704
SERTÃO	1.836.160	42.369
Alto Pajeú	254.545	14.800
Araripina	264.853	7.288
Salgueiro	334.287	7.789
Sertão do São Francisco	617.815	7.380
Sertão do Moxotó	364.660	5.112
TOTAL DE PERNAMBUCO	2.823.075	144.853

FONTE: INCRA, PRRA-PE, dez. 1985, p. 14.

O atraso na aprovação do PRRA-PE provocou, em Recife, várias mobilizações dos trabalhadores rurais e de entidades favoráveis a reforma agrária, especialmente as da Igreja católica. Uma dessas mobilizações resultará em uma ocupação da sede do INCRA-PE de 29 de abril a 07 de maio de 1986.

A Comissão de Conflitos Agrários

O INCRA nacional criou, junto à sua presidência, uma Comissão Nacional de Conflitos Agrários, visando minimizar a burocracia do órgão. Com o mesmo objetivo, foi criada no INCRA-PE uma comissão semelhante constituída por técnicos desta diretoria. Ao surgir um conflito, a comissão dirigia-se ao local, fosse em Pernambuco, Paraíba ou Alagoas, para se inteirar dos fatos e encaminhar ao diretor regional um Diagnóstico Preliminar do conflito, o que permitia o acionamento das divisões do órgão relacionadas com o problema.

Os resultados do PRRA-PE

Apesar de o PRRA-PE ter ficado aquém do desejável, foram implantados novos assentamentos federais em Pernambuco. Como mostra a TABELA 6, dos 32 assentamentos implantados entre 1985 e 1988, dez foram motivados por conflitos agrários. Estes dez imóveis foram expropriados ou comprados pelo INCRA. Além disso, cinco outros imóveis foram incorporados ao patrimônio do Estado para receber famílias excedentes dos dez assentamentos referidos.

TABELA 6. PERNAMBUCO – 1985/88 – ASSENTAMENTOS IMPLANTADOS PELO GOVERNO FEDERAL NA NOVA REPÚBLICA, POR LOCALIDADE, NOME DO ASSENTAMENTO, ANO DE IMPLANTAÇÃO, ÁREA TOTAL, NÚMERO DE FAMÍLIAS, ÁREA MÉDIA DO LOTE E FORMA DE AQUISIÇÃO DA TERRA

LOCALIDADE: MESO E MICRORREGIÃO E MUNICÍPIO	NOME ⁽³³⁾	ANO	ÁREA TOTAL (ha)	Nº DE FAMÍLIAS ⁽³⁴⁾	LOTE MÉDIO (ha)	AQUISI ÇÃO ⁽³⁵⁾
A – ZONA DA MATA			<u>4.237</u>	<u>334</u>	<u>11,1</u> ⁽³⁶⁾	
<u>Mata Sul</u>			2.667	135	14,6 ⁽³⁷⁾	
Água Preta	Pedra Ima	1988	732	[48]		D
Cortês	Gurjaú	1988	517	48		D
Ribeirão	Cajuí ⁽³⁸⁾	1988	233	15		D
São Benedito	Cabeça Dantas (*)	1987	281	19		C
São Benedito	Fortaleza/Progresso (*)	1986	504	32		D
São Benedito	São José	1987	246	21		D
Gameleira	Primoroso	1988	1.278	[74]		D
<u>Recife</u>			<u>1.570</u>	<u>199</u>	<u>7,9</u>	
Abreu e Lima	Pitanga I (*) ⁽³⁹⁾	1986	450	97	1,6	D
Abreu e Lima	Pitanga II (*) ⁽⁴⁰⁾	1988	1.120	102	10,9	D
B - AGRESTE			<u>2.473</u>	<u>466</u>	<u>5,3</u>	
<u>Agreste</u> <u>Setentrional</u>			<u>1.212</u>	<u>362</u>	<u>3,3</u>	
Bom Jardim	Paquevira (*)	1986	298	96	3,1	C

³³ - O asterisco indica que a ação do INCRA foi motivada por conflito agrário.

³⁴ - Os colchetes indicam que as famílias não foram instaladas até o fim de 1988. Por isso, esses números não foram somados, nesta tabela, ao total das famílias instaladas mas foram considerados para calcular o tamanho médio dos lotes.

³⁵ - As formas de aquisição das terras foram: D = desapropriação pelo INCRA; C = compra pelo INCRA; C-E = compra pelo Estado de Pernambuco, com recursos do BIRD, em convênio com o INCRA. Outra forma de aquisição é a adjudicação, quando o imóvel é transferido ao INCRA em razão de débitos fiscais, o que não ocorreu no período contemplado pela tabela.

³⁶ - O lote médio foi calculado sobre os 382 lotes da Zona da Mata.

³⁷ - O lote médio foi calculado sobre os 183 lotes da Mata Sul.

³⁸ - Cajuí foi desapropriada sobretudo para resolver a superpopulação de Pitanga II.

³⁹ - A superfície total de Pitanga I é de 956 ha dos quais 506 ha foram excluídos do uso agrícola para a preservação da mata.

⁴⁰ - A superfície de Pitanga II é de 5.170 ha dos quais 4.050 ha foram excluídos do uso agrícola para a preservação da mata.

LOCALIDADE: MESO E MICRORREGIÃO E MUNICÍPIO	NOME ⁽³³⁾	ANO	ÁREA TOTAL (ha)	Nº DE FAMÍLIAS ⁽³⁴⁾	LOTE MÉDIO (ha)	AQUISI ÇÃO ⁽³⁵⁾
Joao Alfredo	Pau Santo (*)	1986	550	149	3,7	D
Salgadinho	Recreio (*)	1987	364	117	3,1	D
<u>Arcoverde</u>			<u>847</u>	<u>52</u>	<u>16,3</u>	
Pedra	Caldeirão (*) ⁽⁴¹⁾	1985	847	52	16,3	D
<u>Vale do Ipojuca</u>			<u>187</u>	<u>22</u>	<u>8,5</u>	
Gravatá	Retiro Saudoso (*)	1987	187	22	8,5	D
C - SERTÃO			<u>6.254</u>	<u>297</u>	<u>15,9</u> ⁽⁴²⁾	
<u>Alto Pajeú</u>			<u>5.016</u>	<u>147</u>	<u>23,2</u> ⁽⁴³⁾	
Afogados da Ingazeira	Lagoinha	1985	214	8	26,8	C-E
Afogados da Ingazeira	Riacho da Onça	1985	212	9	23,6	C
Afogados da Ingazeira	Riacho dos Bois	1985	359	28	12,8	C
Afogados da Ingazeira	Saco da Serra	1985	394	16	24,6	C
Carnaíba	Borborema	1988	557	[22]	25,3	D
Ingazeira	Jorge	1985	1.162	44	26,4	C-E
Flores	Arara	1988	541	[21]	25,8	D
Flores	Boqueirão	1988	667	[26]	25,7	D
Iguaraci	Malhada do Riachão ⁽⁴⁴⁾	1987	330	21	15,7	D
Tuparetama	Cajueiro ⁽⁴⁵⁾	1987	330	13	25,4	D
Iguaraci	Ramada/Quixabeira	1988	939	[38]	24,7	D
Iguaraci	Caldeirões	1988	1.153	[40]	28,8	D

41 - Caldeirão foi a primeira propriedade desapropriada pelo INCRA na Nova República.

42 - Lote médio calculado sobre os 394 lotes do Sertão.

43 - Lote médio calculado sobre os 216 lotes do Alto Pajeú.

44 - O imóvel recebeu parte dos ocupantes de Riachão de São Bento do Una.

45 - O imóvel recebeu parte dos ocupantes de Riachão de São Bento do Una.

LOCALIDADE: MESO E MICRORREGIÃO E MUNICÍPIO	NOME ⁽³³⁾	ANO	ÁREA TOTAL (ha)	Nº DE FAMÍLIAS ⁽³⁴⁾	LOTE MÉDIO (ha)	AQUISI ÇÃO ⁽³⁵⁾
Tuparetama	Jardim ⁽⁴⁶⁾	1987	0	0	0	D
Tuparetama	Santo Izidro	1985	250	8	32,2	C-E
<u>Sertão do São Francisco</u>			1.238	150	7,0 ⁽⁴⁷⁾	
Floresta	Faveira (*)	1986	364	150	2,4	D
Santa M ^a da Boa Vista	Cruz do Pontal ⁽⁴⁸⁾	1988	679	[27]	25,1	D
Santa M ^a da Boa Vista	Poço do Icó	1988	873	[34]	25,7	D
TOTAL	32 assentamentos		12.737	1.097	10,5 ⁽⁴⁹⁾	

FONTES: MIRAD/DELEGACIA REGIONAL DE PERNAMBUCO, *Programa de trabalho para 1988*, Recife, s.d. ;

FETAPE. *2º Congresso para eleição da diretoria da FETAPE*, FETAPE, 1990.

PASTORAL DA TERRA/NORDESTE II. *Levantamento das áreas de conflito e assentamento, por comunidade, município, número de famílias, situação atual e propostas*, Recife, situação até fevereiro de 1988, Impresso.

Entre 1985 e 1988, como é indicado na TABELA 7, foram assentadas, em Pernambuco, 1.097 famílias num total de 12.735 hectares, o que pode ser considerado um número insignificante. Em relação ao total previsto no PNRA, a área representou 2,1% da prevista em Pernambuco, 4,8% no Nordeste e de 5,6% no Brasil. Em relação ao número de famílias Pernambuco assentou 5,4%, superando o Nordeste, que ficou com 4,1% e o Brasil, com 4,9%.

⁴⁶ - Apesar do decreto de desapropriação (assinado em 6 de março de 1987) e do registro da propriedade em nome do INCRA (em de junho de 1987), de um modo inesperado o processo de instalação das famílias foi suspenso. Esta propriedade tem 226 hectares. Por esta razão não incluímos nesta tabela o quantitativo da área nem das famílias.

⁴⁷ - O lote médio foi calculado a partir dos 178 lotes do Sertão do São Francisco.

⁴⁸ - A propriedade Cruz do Pontal foi desapropriada, sobretudo para receber as famílias que tinham ocupado Ribeirinha, em Pedra. Não ocorreu a instalação das famílias até o fim de 1988.

⁴⁹ - O lote médio foi calculado a partir dos 1.212 lotes de Pernambuco. Os cinco assentamentos cujas famílias não foram computadas representam 145 lotes e 3.371 hectares.

TABELA 7. PERNAMBUCO, NORDESTE E BRASIL – 1985/88 – ÁREA ADQUIRIDA E FAMÍLIAS ASSENTADAS, SEGUNDO O PREVISTO NO PNRA E O REALIZADO

REGIÃO E OBJETIVO	PREVISTO (A)	REALIZADO (B)	% (B/A)
PERNAMBUCO			
Área a adquirir (ha)	620.000	12.737	2,1
Famílias a assentar (Nº)	20.400	1.097	5,4
NORDESTE			
Área a adquirir (ha)	12.140.000	583.645	4,8
Famílias a assentar (Nº)	405.000	16.661	4,1
BRASIL			
Área a adquirir (ha)	27.720.000	1.563.774	5,6
Famílias a assentar (Nº)	900.000	41.260	4,9

FONTE : MST/Secretaria Nacional. *Balanço da "reforma agrária" em 1988 e nos quatro anos da Nova República*, MST, São Paulo, 30 de dezembro de 1988, Impresso.

Um outro aspecto a considerar é o da precariedade dos serviços públicos oferecidos aos novos assentados. Sobre isso, a CPT (CNBB/Regional Nordeste II/Pastoral Rural, 1987) afirmou:

Há um excedente de assentados em relação ao tamanho das áreas desapropriadas. Nota-se a falta de recursos e de assistência a esta população. As condições atuais indicam que, no futuro, pode-se esperar um fracasso econômico nesses assentamentos, o que será utilizado pelos reacionários e conservadores que se opõem a qualquer modificação da estrutura agrária brasileira. Neste sentido, Ronaldo Caiado, presidente nacional da odiosa UDR declarou que os atuais assentamentos não passam de favelas rurais.

6. A reação contra a reforma agrária na Constituinte

Outra frente de batalha onde os conservadores tiveram sucesso em sua luta contra a reforma agrária ocorreu na Assembléia Nacional Constituinte, eleita em 14 de novembro de 1986, instalada em 1º de fevereiro de 1987 e encerrada em 05 de outubro de 1988. De fato, as eleições de novembro foram para renovar o Congresso Nacional, com poderes para fazer a nova Constituição. Uma parte desses constituintes eram senadores biônicos, não eleitos pelo voto popular,

mas indicados pelo regime militar e eleitos pelas Assembléias Legislativas, além de delegados escolhidos pelas câmaras municipais.

A reforma agrária foi discutida na Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, cujo relator foi o deputado pernambucano Oswaldo Lima Filho, por mim entrevistado. Analisando os resultados dos trabalhos dos constituintes incorporados ao texto da CF/88, as autoras Letícia Fernandes de OLIVEIRA e MESSIAS Gretha Leite Maia de (2016) concluíram:

Foi verificado, por meio da análise dos debates na subcomissão de Reforma Agrária e na Comissão da Ordem Econômica e nas deliberações da Comissão de Sistematização, o recurso a manobras regimentais para garantir a aprovação de dispositivos que não tinham alcançado qualquer consenso constituinte durante as discussões. No que concerne à Reforma Agrária, é possível afirmar um retrocesso em comparação à Constituição do governo militar, ainda protegendo o latifúndio produtivo, exigindo o burocrático pagamento prévio da indenização na desapropriação por interesse social, tornando assim consideravelmente mais distante no tempo a imissão da posse.

Essa vitória dos conservadores na Constituinte, deve-se em grande parte ao presidente da UDR, Ronaldo Caiado, deputado constituinte, que conseguiu disseminar um clima de terrorismo psicológico contra os trabalhadores sem terra.

7. O fracasso da reforma agrária na Nova República

Uma avaliação sobre o fracasso de PNRA foi feita por Expedito Araújo por mim entrevistado. Em sua entrevista (ARAÚJO, Entrevista, 1992), para explicar o fracasso do PNRA, ele apontou os seguintes fatores: (i) inexistência, no Brasil, de um projeto de sociedade, incluindo a reforma agrária (ii) com o fim dos regimes socialistas na Europa Oriental as esquerdas brasileiras perderam seus pontos de referência; (iii) a falta de visão dos partidos políticos brasileiros que não articulavam a política urbana com a rural, a industrial, a tecnológica, etc.; (iv) o desvio, pela oligarquia, dos recursos concedidos para a agricultura.

Explicam também o fracasso do PNRA a burocracia e a desorganização dos órgãos responsáveis por esta política, a meu ver, intencional. Em 14 de maio de 1987 é alterada a estrutura organizacional do INCRA (Decreto Nº. 94.331). Em 21 de outubro do mesmo ano, o INCRA é extinto (Decreto Nº. 2.363), passando as suas atribuições para o MIRAD. Em 15 de janeiro de 1989, é extinto

o MIRAD, sendo transferida a responsabilidade de gerir a política fundiária para o Ministério da Agricultura, onde sempre foi forte a influência do patronato rural. Em 29 de março de 1989, o Congresso Nacional recria o INCRA (Decreto Legislativo Nº. 02), vinculando-o à Presidência da República. Mas o órgão, sem verbas e apoio político, fica quase paralisado.

Finalmente, outro fator que explica esse fracasso foi o peso dos conservadores na Assembléia Nacional Constituinte e, focando em Pernambuco, a presença de políticos pernambucanos conservadores em ministérios importantes do governo Sarney, como Marco Maciel, Chefe da Casa Civil, de onde o mesmo tinha um controle do andamento dos processos de desapropriação de terras em Pernambuco na Nova República. Esses processos, já concluídos do ponto de vista técnico, eram encaminhados pelo Ministro da Reforma Agrária, para o presidente Sarney. Os processos de desapropriação, antes de chegarem ao gabinete do presidente, passavam pela Casa Civil, para que seu titular avaliasse sua conveniência política, como me foi dito pelo deputado Oswaldo LIMA FILHO (Entrevista. 1992, p. 199) referindo-se ao processo de desapropriação do engenho Patrimônio:

Eu cito, a este propósito, o exemplo do engenho Patrimônio, que era ocupado por posseiros há mais de trinta anos. Este engenho, que tinha pertencido à diocese de Nazaré da Mata, acabou sendo incorporado às terras da usina Santa Tereza, depois de uma sucessão de relações de arrendamento. A Usina, que pertencia a João Santos, conseguiu, pela violência, expulsar uma grande parte dos posseiros, durante a ditadura. Com a democratização do país, foi possível reagir a estes excessos. Eu mesmo, fiz várias discursos na Câmara Federal, contra estas violências. O processo de desapropriação do engenho, com todas as partes técnicas devidamente preparadas pelo INCRA de Pernambuco e pelo INCRA nacional, não foi concluído em razão da interferência do senador Marco Maciel, então Chefe da Casa Civil do presidente Sarney

Em síntese, com essa carga de fatores políticos e administrativos contrários ao Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República, os resultados obtidos na execução desse plano dificilmente seriam outros.

**QUARTA PARTE : AS LUTAS RURAIS DE PERNAMBUCO, SEUS
ATORES E MEDIADORES**

1. PANORAMA DAS LUTAS RURAIS DE PERNAMBUCO

Nove lutas rurais destacaram-se em Pernambuco, das quais vou descrever três: a dos canavieiros, a luta pela terra, e a dos agricultores familiares. Foco a análise nos atores sociais presentes nessas lutas: o patronato rural, os sindicatos, as cooperativas e associações agropecuárias, e algumas entidades católicas. Finalmente, me detenho sobre a atuação de uma personalidade de destaque na política pernambucana, Miguel Arraes de Alencar.

Usando a classificação proposta para o Brasil por Cândido GRZYBOWSKI (1987, p. 15-49), ocorreram os seguintes nove tipos de luta no campo pernambucano.

- (i) Lutas de resistência à expulsão da terra, travadas por posseiros e foreiros. Sobre este tipo de luta, GRZYBOWSKI (1987, p. 21) disse:

As ações de resistência através da organização comunitária, notadamente na forma de Comissões Eclesiais de Base (CEBs), são decisivas. O sindicato é um apoio útil e fundamental, sobretudo para promover ações junto aos tribunais, mas não é a base inicial da luta.

Em sua pesquisa, GRZYBOWSKI identificou a presença das Comunidades Eclesiais de Base, como mediadoras dessa luta. No caso de Pernambuco, além das CEBs, outras entidades católicas atuaram nesse tipo de luta, como o Movimento de Educação de Base (MEB), do qual saíram várias lideranças para o movimento sindical, como José Francisco da Silva e Manoel Santos, ambos presidentes da FETAPE e da CONTAG. Na Nova República essa modalidade de luta foi a mais frequente em Pernambuco, representando 76,3% dos casos ocorridos (TABELA 8).

- (ii) Lutas de ocupação de terra, empreendidas por trabalhadores rurais sem terra ou com áreas inexpressivas, que não lhes garantem a sobrevivência. No período analisado ocorreram 12 ocupações de terra em Pernambuco, entre as quais as de Pitanga e de Caldeirão (TABELA 8). Destaque-se a presença da CPT no apoio a várias

dessas ocupações. A ausência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem, o MST, nessas lutas em Pernambuco, durante a Nova República, se deve ao fato de que este movimento só se instalou nesse Estado em 1990. Nos Estados onde o MST já estava implantado ele organizou 30 ocupações em 1988, envolvendo 7.006 famílias (MST/Direção Nacional, 1988).

- (iii) reivindicação de terra associada à luta salarial. Algumas usinas de Pernambuco, em crise financeira, suspenderam o pagamento dos salários dos operários da unidade industrial e dos trabalhadores rurais. O conflito surge quando alguns sindicatos reivindicam, como parte da indenização, o recebimento de terras. Esse tipo de conflito levou a diversas desapropriações ou compra de usinas, como a Mussurepe, José Rufino, Treze de Maio, Serro Azul e Caxangá, resultando na divisão das terras, beneficiando os operários da usina e os trabalhadores rurais. Na Nova República ocorreu apenas um caso, o da usina Santa Terezinha, em Água Preta (TABELA 8);

- (iv) lutas dos atingidos por barragens. como na barragem de Itaparica. Essa luta notabilizou-se, a partir de 1979, sob a liderança do Polo Sindical do Sub-médio São Francisco, sediado em Petrolândia, e que reunia STRs pernambucanos e baianos, na defesa das famílias urbanos e rurais atingidas pela construção da barragem de Itaparica. A organização dos atingidos ocasionou, em 1987, um acordo entre a Companhia Hidroelétrica do São Francisco, a CHESF, e o Polo Sindical do Submédio São Francisco, mediante o qual aquela Companhia se comprometeu a arcar com os custos do reassentamento das famílias atingidas pela construção da barragem. Na Nova República, ocorreram quatro casos desse tipo (TABELA 8). As outras três barragens foram a de Rosário, no município de Igaraci, Serrinha, em Serra Talhada e Algodões, em Ouricuri;

TABELA 8. PERNAMBUCO – 1985/88 – NÚMERO DE CONFLITOS RURAIS, SEGUNDO O TIPO DE CONFLITO

TIPOS DE CONFLITO	NÚMERO	%
Resistência à expulsão da terra	55	76,3
Ocupações de terra	12	16,7
Lutas dos atingidos por barragem	4	5,6
Luta salarial associada à luta pela terra	1	1,4
TOTAL	72	100,0

FONTES: CPT/NORDESTE II. *Levantamento das áreas de conflito e assentamento, por comunidade, município, número de famílias, situação atual e propostas.* Situação até fevereiro de 1988. Recife, 1988.

EDUCATER. *Histórico dos trabalhadores rurais nas áreas de conflito*, 8 abr. 1987.

EDUCATER. *Relatório do I Encontro das Áreas de Conflito de Terra em Pernambuco*: Olinda-PE, 7 e 8 jul. 1986

EDUCATER. *Relatório do II Encontro das Áreas de Conflito de Terra em Pernambuco*: Olinda-PE, 20 a 22 abr. 1987.

EDUCATER. *Relatório do III Encontro das Áreas de Conflito de Terra do Estado de Pernambuco*: Igarassu-PE, 17 a 19 mai. 1988

FETAPE. *Relatório Anual de Atividades - 1979*, Recife, 1980.

FETAPE. *Segunda eleição da diretoria da FETAPE em Congresso. Proposta de ação para o triênio 1990/1993*: Recife-PE, 3 a 5 ago. 1990. Recife, 1990.

INCRA-PE. *Protocolo de Termo de Compromisso*. Acordo assinado pelo diretor regional do INCRA e os representantes dos trabalhadores das áreas de conflito acampados na sede do INCRA. Recife, 07 mai. 1986.

Os conflitos causados por inundação de barragens atingem pessoas das mais diversas categorias sociais, incluindo proprietários, arrendatários, assalariados e parceiros, constituindo estes últimos a categoria mais numerosa no caso da barragem de Itaparica, como mostra a TABELA 9.

TABELA 9. PERNAMBUCO E BAHIA – 1984 - NÚMERO DE FAMÍLIAS ATINGIDAS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ITAPARICA, SEGUNDO AS CATEGORIAS DE PRODUTOR

CATEGORIAS DE PRODUTOR	Nº	%
Proprietários	1.055	27,8
Proprietários com outras condições como produtor	426	11,2
Arrendatários	181	4,8
Arrendatários com outras condições como produtor	44	1,2
Parceiros	1.552	40,9
Parceiros com outras condições como produtor	51	1,4
Comodatários	209	5,5
Assalariados agrícolas	230	6,1
Outros	43	1,1
TOTAL	3.791	100,0

FONTES: CHESF/Dir. 1984. Dados citados por Maria Lia Corrêa de ARAUJO, *Na margem do lago: Um estudo sobre o sindicalismo rural*, dissertação de mestrado em sociologia, defendida na Universidade Federal de Pernambuco, em 1986, publicada pela Fundação Joaquim Nabuco, 1990, p. 64.

- (v) lutas por salário e por melhores condições de trabalho. Essas lutas foram empreendidas pelos assalariados agrícolas permanentes ou temporários, liderados pelo movimento sindical organizado em torno da FETAPE, geralmente se utilizando da greve. Esse conflito foi frequente nas plantações de cana;
- (vi) lutas por política agrícola. A presença dos agricultores familiares em Pernambuco ocorreu desde o início da colonização, pela necessidade da produção de alimentos para os engenhos e para as fazendas. Entretanto a sua organização foi tardia relativamente às demais lutas.
- (vii) lutas dos irrigantes em perímetros irrigados administrados pela Companhia de Desenvolvimento Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco do Parnaíba (CODEVASF) e pelo Departamento Nacional de Obras Contrás Secas (DNOCS);
- (viii) lutas de sertanejos atingidos por secas prolongadas, resultando em saques de feiras e supermercados ;
- (ix) novas lutas rurais. Elas compreendem experiências comunitárias de produção e de comercialização, a geração e a difusão de tecnologias alternativas, a organização de grupos de mulheres e de jovens trabalhadores rurais, as lutas pelo direito à previdência social, lutas das populações quilombolas e dos povos indígenas, etc. As novas lutas tiveram o apoio dos STRs e de entidades como a CPT, movimentos ambientalistas, Universidades, entre outros.

Comparação entre a luta de ocupação de terra e a luta de resistência na terra

As ocupações de terra são lideradas por organizações de caráter regional ou nacional, com um bom nível de organização e estrutura de comunicação, atraindo mais a atenção da grande imprensa do que as ações de resistência dos

posseiros, lutas fragmentadas, reunindo poucas famílias, o que diminui sua capacidade de pressão.

José de Souza MARTINS (1992, p. 12), comparando as duas lutas, diz:

As lutas dos posseiros, que são as mais antigas, foram substituídas, nos jornais e nas preocupações do governo, pelas lutas dos Sem-terra, mais recentes e, em número, menos importantes (...) Antes, o posseiro aparecia como a vítima da expulsão da terra. Agora, os fazendeiros são apresentados como as vítimas das invasões e das expulsões (...) Toda a política da reforma agrária do governo Sarney foi dominada pelo problema dos Sem Terra e da confrontação necessariamente radical com os proprietários.

Penso que a análise de MARTINS aplica-se a Pernambuco no que se refere às lutas dos posseiros.

2. A LUTA DOS CANAVIEIROS

A história econômica de Pernambuco teve início com a exploração da cana de açúcar, nas primeiras décadas da colonização. Esta atividade econômica permanece importante.

Em 1985, segundo o IBGE (TABELA 10), havia na Zona da Mata de Pernambuco 171.379 « empregados e familiares que os ajudam ». Considerando que as plantações de cana constituem a principal atividade agrícola da Zona da Mata, presume-se que esse quantitativo se refere majoritariamente aos canavieiros, dos quais os assalariados permanentes seriam 99.373 e os assalariados temporários, 72.006. O montante real dos trabalhadores temporários é maior que o fornecido pelo IBGE, que não computa os assalariados temporários contratados nos meses de moagem da cana.

TABELA 10. PERNAMBUCO – 1985 – NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR CATEGORIA E MESORREGIÃO

CATEGORIAS DE PESSOAL	ZONA DA MATA	AGRESTE	SERTÃO	PERNAMBUCO
I – Responsáveis e familiares que os ajudam ⁽⁵⁰⁾	94.203	543.587	374.158	1.011.948
II – Empregados e familiares que os ajudam	<u>171.379</u>	<u>64.832</u>	<u>45.918</u>	<u>282.129</u>
• Permanentes	99.373	21.160	9.440	129.973
• Temporários	72.006	43.672	36.478	152.156
III - Outros ⁽⁵¹⁾	1.862	3.723	7.498	13.083
IV - Residentes ⁽⁵²⁾	155.800	447.114	325.325	928.239
TOTAL (I a III)	267.444	612.142	427.574	1.307.160

FONTE: IBGE, *Censo Agropecuário - Pernambuco - 1985*, Rio de Janeiro, 1991.

Expedito ARAUJO (Entrevista, 1992), assessor da CONTAG, estima que os trabalhadores rurais da cana eram, em 1992, pelo menos, 150.000. Este número teria chegado a 240.000 no pico da colheita de 1991.

José Rodrigues da Silva, quando presidente da FETAPE, declarava à imprensa, durante a campanha salarial de 1992 que "todos os 240.000 trabalhadores da cana de açúcar farão greve" (CANAVIEIROS, 1992). De acordo com o Relatório de Atividades de 1987, da FETAPE, havia 170.426 trabalhadores associados aos sindicatos da Zona da Mata neste ano (FETAPE, 1987d).

Em setembro de 1992, Antônio Celso Cavalcanti de Andrade, presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Açúcar de Pernambuco (AFCP), calculava em 200.000 o número dos empregos diretos oferecidos pela agro-indústria canavieira de Pernambuco, conforme informado na coluna semanal desta associação no Diário de Pernambuco (BAIXA PRODUTIVIDADE, 1992).

⁵⁰ - O IBGE chama de responsável quem toma as decisões no estabelecimento agrícola.

⁵¹- Outros: parceiros empregados, agregados, moradores, etc. O morador é quem não apenas reside no estabelecimento mas tem relações sociais específicas com o proprietário, como o eventual direito a usar uma parte do terreno para plantio de culturas temporários para seu uso pessoal, o denominado «sítio».

⁵²- Residentes: os que moram nos estabelecimentos e pertencem a uma das categorias anteriores. Estes números não foram somados ao total da Tabela para evitar dupla contagem.

Os STRs tem interesse em superdimensionar o número dos assalariados para mostrar que mobilizam uma grande base social. Os Sindicatos Rurais patronais também tendem a superestimar esse número quando negociam o preço da cana com o Estado, sob o argumento de que geram muitos empregos.

Em síntese, o montante de 180.000 trabalhadores rurais na cana de açúcar pode ser uma estimativa realista para aquele período, aí já incluindo os temporários contratados pelos intermediários. Este número situa-se um pouco acima dos dados do IBGE e bastante mais abaixo das estimativas das organizações profissionais agrícolas de patrões e trabalhadores.

2.1. As campanhas salariais dos canavieiros

Depois da campanha salarial de 1963, o Brasil entrou no período da ditadura militar, que restringiu a capacidade de mobilização dos trabalhadores. Durante vários anos, os STRs limitaram-se à luta em defesa dos direitos trabalhistas, por meio da Justiça do Trabalho, em processos individuais ou coletivos. Apesar da ditadura, este tipo de ação sindical era possível graças à existência de uma legislação do trabalho, sobretudo o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR).

A retomada das campanhas salariais dos assalariados da cana de açúcar de Pernambuco, sob a coordenação da FETAPE, fez-se a partir de 1979, ano do 3º Congresso da CONTAG. De 1979 a 1993, houve quinze campanhas, das quais apenas quatro sem emprego da greve, quase sempre abrangendo toda a Zona Canavieira. A TABELA 11 indica as formas de negociação adotadas pelas partes, com o uso, ou não, da greve.

TABELA 11. PERNAMBUCO. – 1979/93 – CAMPANHAS SALARIAIS DOS CANAVIEIROS, POR ANO, COM O USO OU NÃO DA GREVE E A FORMA DE NEGOCIAÇÃO

ANO	USO, OU NÃO, DE GREVE (e número de dias parados)	FORMA DE NEGOCIAÇÃO ⁽⁵³⁾	
		CONVENÇÃO COLETIVA	DISSÍDIO
1979	8	Sim	
1980	2		Sim
1981	Sem greve	Sim	
1982	2		Sim
1983	2		Sim
1984	4		Sim
1985	Sem greve	Sim	
1986	13		Sim
1987	8	Sim	
1988	9		Sim
1989	8		Sim
1990	11		Sim
1991	8		Sim
1992	Sem greve	Sim	
1993	Sem greve	Sim	

FONTE : Arquivos da FETAPE.

As normas salariais e as condições de trabalho nas plantações de cana de açúcar de Pernambuco são anualmente reavaliadas através de discussões entre as organizações sindicais patronais e as dos trabalhadores. Estas discussões podem assumir duas formas: (i) a negociação direta entre as duas partes, a chamada convenção coletiva ; (ii) o dissídio, quando o desacordo entre as partes torna necessária a negociação na Justiça do Trabalho.

As fases de uma campanha salarial

A atualização anual dos contratos coletivos de trabalho na Zona Canavieira de Pernambuco acontece em setembro e outubro. Os STRs,

⁵³ - A Convenção Coletiva termina com um acordo entre as partes, normalmente assinado na Delegacia Regional do Ministério do Trabalho de Pernambuco (DRT-PE). O dissídio exige a mediação de um juiz, no Tribunal Regional do Trabalho de Pernambuco (TRT-PE), ou, em caso de apelo por uma das partes, no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília.

coordenados pela FETAPE, realizam, então, a campanha salarial. Vejamos o exemplo da campanha de 1987.

Em 1987, as discussões no movimento sindical dos trabalhadores rurais começaram no início de julho, com a reunião das federações do Nordeste, em Maceió. Foi então decidido que haveria uma campanha simultânea reunindo os trabalhadores dos vários Estados da Zona Canavieira do Nordeste. Em 15 de julho, os dirigentes sindicais de Pernambuco reuniram-se em Ribeirão, Pernambuco, para preparar a campanha. Eles analisaram as perdas salariais provocadas pela política econômica do governo. De acordo com a FETAPE, enquanto o preço da cana de açúcar aumentou em 366,79%, o salário dos trabalhadores subiu 151,1% e a inflação foi de 278,8%. Eles decidiram, então, fazer uma campanha um pouco diferente das anteriores. A FETAPE entregaria aos patrões a lista das reivindicações uma semana antes do prazo e, ao mesmo tempo, enviaria, ao Delegado Regional do Ministério do Trabalho, uma petição para que ele chamasse as partes para a negociação. Na semana seguinte, nas assembléias de cada sindicato, os trabalhadores analisaram a reação dos patrões e, segundo a FETAPE (1987d, p. 18) concluíram que:

Considerando o silêncio dos patrões, a greve seria desencadeada a partir de meia noite de 21 setembro de 1987. Em vários municípios, depois destas assembléias, os trabalhadores desfilaram nas ruas. A greve foi realizada com uma taxa de adesão de 90%. Em alguns municípios, a adesão dos trabalhadores das periferias urbanas chegou a atingir 95% (...) Os patrões, usando milícias particulares, administradores e fiscais dos engenhos, procuraram intimidar os comandos de greve nas ruas e nos engenhos (...) A polícia militar recebeu ordem direta do governador [Miguel Arraes] para não intervir neste conflito.

A FETAPE (1987d, p. 18) sublinha, nesta campanha salarial de 1987, o papel do governador Arraes nas negociações. De acordo com a Federação:

O governador, reconhecendo o grau de organização dos trabalhadores e de seus organismos de classe, deu um apoio decisivo para a negociação, seja diretamente, seja por intermediário de seu secretário do Trabalho [Romeu da Fonte]. Conseguiu-se, assim, chegar a uma convenção coletiva sem ter necessidade de encaminhar procedimentos judiciais. A convenção foi, portanto, assinada em 28 de setembro, no Palácio das Princesas, ao final de oito dias de greve e de negociações.

Entre 1989 e 1992, vários STRs da Zona Canavieira conseguiram organizar interrupções de trabalho fora do período das negociações salariais. Estas paralisações exigiam o respeito à convenção vigente, e representavam uma forma nova de pressão exercida pelos STRs.

Em 1992, houve mais de 20 interrupções de trabalho pontuais dos assalariados de cana de açúcar para exigir o cumprimento da decisão em vigor, pelo Tribunal Regional do Trabalho, em relação à campanha de 1991, e que não estava sendo respeitada por algumas usinas. Em todas estas interrupções o advogado sindical participa das negociações entre o sindicato local e as usinas. Os assalariados param o trabalho no campo, concentram-se na frente das usinas a fim de impedir a entrada dos caminhões com cana de açúcar, e a sua saída com o açúcar. Estas ações obrigaram os patrões a aceitar o princípio de negociação. Os trabalhadores apresentaram uma lista de reivindicações, relacionadas com as cláusulas desrespeitadas. Algumas vezes, um representante do Ministério do Trabalho participava dessas negociações. Mas na maior parte dos casos apenas os patrões e os assalariados estavam presentes. Entretanto, essas interrupções de trabalho só aconteceram nos municípios onde os assalariados estavam mais organizados.

Uma destas interrupções de trabalho, em 1992, foi feita pelos assalariados da usina Cucaú, de Armando Monteiro Filho. Esta usina, localizada no município de Rio Formoso, possuía terras nos municípios de Rio Formoso, Sirinhaém, Ribeirão, Gameleira e Ipojuca. Os cinco sindicatos de trabalhadores rurais destes municípios organizaram uma interrupção de trabalho que tinha por fim fazer respeitar a convenção de 1991. De acordo com Antônio MARQUES (Entrevista, 1992, p. 13), dirigente da FETAPE:

Essa usina é de um usineiro progressista, o Armando Monteiro. E de José Múcio. É dos Monteiro. Lá ficamos 5 mil trabalhadores, na frente dessa usina. Os patrões começaram a cozinhar porque eles sabem que os os canavieiros só agüentam parados dois dias, três dias no máximo. Porque aí vem a fome. Quando chegou no terceiro dia, os sindicatos se cotizaram, compraram um boi de umas 20 arrobas, desfilaram com ela na frente do escritório da usina, onde os homens estavam vendo. No pátio da usina mataram o boi, tiraram o couro, distribuíram a carne. Aí eles viram que teriam que negociar porque comida não ia ser problema.

A organização sindical na Zona da Mata estruturou-se melhor a partir de 1987, com a formação de comissões de delegados sindicais por usina, na Mata Sul, e comissões por engenho, na Mata Norte, onde predominam engenhos particulares. Houve oficinas de formação sindical com uma duração de dois dias.

De acordo com Exedito Araújo, uma das consequências deste trabalho em torno das campanhas salariais foi a renovação de vários presidentes de STRs da Zona Canavieira. De 1986 a 1991, doze dos quarenta e dois STRs da Zona Canavieira escolheram novos presidentes.

O apoio do Legislativo e do Judiciário às campanhas salariais dos canavieiros

O sucesso das campanhas salariais não deve ser atribuído apenas à mobilização dos trabalhadores. Foi também um fator importante para esse sucesso um cuidadoso trabalho de articulação da FETAPE junto aos parlamentares - estaduais e federais - e o poder judiciário, especialmente os do Tribunal Superior do Trabalho (TST), mostrando a justeza das reivindicações dos assalariados.

Antônio MARQUES (Entrevista, 1992, p. 12) narrou-me um episódio de articulação da FETAPE com o TST, envolvendo o dissídio de 1991. O patronato havia conseguido que o TST julgasse logo esse dissídio. A FETAPE, sendo comunicada desse fato, encaminha a Brasília uma comitiva de 35 lideranças sindicais, acompanhadas do deputado estadual Romeu da Fonte, e de José Francisco da Silva, que já era Ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) para ter uma conversa com alguns juizes, especialmente com Almir Pazzianotto, que era o relator desta matéria, e que havia sido advogado trabalhista em São Paulo. Segundo Antônio Marques, essa articulação contribuiu para que a FETAPE ganhasse muitas cláusulas importantes.

Exedito ARAÚJO (Entrevista, 1992, p. 35), assessor da CONTAG, falou-me como foram obtidas vitórias junto ao TST. Transcrevo nosso diálogo :

Castro: A que você atribui essa atitude do TST favorável aos trabalhadores canavieiros, antes da campanha de 1992?

Exedito: Eu acho que houve duas coisas. Primeiro, o **reconhecimento pelo TST de que o movimento sindical da Zona**

Canaveira de Pernambuco já tem uma certa história e já foi ao TST mais de uma vez, e sempre respondeu muito bem, sempre se comportou muito bem diante do TST. E que todos os dirigentes sindicais se deslocaram até Brasília, alugaram um ônibus, sempre estiveram presentes quando se tratava de causas que envolviam o movimento sindical dos trabalhadores rurais da Zona Canaveira. O que não é o caso de outros Estados. Essa é uma primeira questão.

Acho que também é um reconhecimento da força e da organização desse movimento, apesar das dificuldades que ele tem e que não são poucas.

2.2. Organização e formação dos canaveiros

Apesar das vitórias obtidas pela FETAPE e pelos STRs da Zona Canaveira nas campanhas salariais, foram constatadas, segundo alguns de meus entrevistados, deficiências na organização e no trabalho sindical de base e uma insuficiente formação de novos quadros sindicais. Assim, a mobilização dos trabalhadores nas campanhas não atingiu o conjunto dos trabalhadores dos 42 sindicatos da Zona da Mata. A consequência dessas falhas foi o frequente desrespeito do patronato aos acordos celebrados.

Segundo o relatório de atividades da FETAPE (1987d, p, 15), referente a 1987, o problema principal encontrado pelos STRs neste ano foi a não aplicação da tabela de remuneração das tarefas dos trabalhadores pelo patronato. Isso deveu-se, segundo a FETAPE, à fraca organização sindical dos trabalhadores, ao número insuficiente de delegados sindicais de base, assim como à falta de delegados em alguns engenhos. Segundo esta federação os patrões perseguem os delegados sindicais, inclusive recorrendo ao assassinato.

A fim de enfrentar o problema do descumprimento dos acordos, pelos patrões, a FETAPE (1987d, p, 15) diz que:

Quando os trabalhadores denunciam o não respeito do pagamento do salário, o sindicato presta uma queixa junto à Justiça do Trabalho. Mas a medida mais eficaz de defesa utilizada pelos sindicatos mais organizados e ativos continua a ser a parada de trabalho nas empresas em questão, e a ameaça de uma greve geral na Zona Canaveira.

Dirigentes da OCEPE e da CPT, por mim entrevistados, manifestaram restrições aos resultados das campanhas salariais dos trabalhadores da cana.

Malaquias Oliveira, então vice-presidente da Organização das Cooperativas de Pernambuco (OCEPE), narrou-me uma conversa dele com José Rodrigues, presidente da FETAPE, na qual ele questionou os resultados das campanhas salariais da FETAPE e abordou o preconceito desta federação em relação à OCEPE, achando-a conservadora. Segundo Malaquias Anselmo de OLIVEIRA (Entrevista, 1992, p. 152), a FETAPE não tem proposta para o agricultor familiar:

Castro: O PNRA diz que é preciso que a reforma agrária seja acompanhada de uma política agrícola. Mas na prática parece que isso não é levado a sério.

Malaquias: Exato. Certa ocasião eu disse a José Rodrigues: “Desde que eu estou aqui em Pernambuco, há vinte anos, vocês fazem a cada ano o dissídio dos canavieiros. Eu leio a cada ano as “conquistas” que vocês fizeram. São conquistas fantásticas! E cada ano o pessoal está cada vez mais pobre, mais miserável.

O deputado Israel Guerra Filho (Entrevista, 1992, p.159), do PMDB, que foi assessor jurídico da FETAPE no pólo sindical de Arcoverde, nos anos 80, teve comigo o seguinte diálogo:

Castro: O descumprimento dos Acordos Salariais anuais, pelo patronato da agroindústria canvieira, compromete a liderança do grupo dirigente da FETAPE?

Israel Guerra: Há, por outro lado, uma dificuldade muito grande de mobilização dos trabalhadores da Zona da Mata que, lamentavelmente, a meu ver, deveriam ter um grau de conscientização muito maior do que têm hoje, e que participam, no meu entender, na minha análise, de forma extremamente débil das campanhas salariais. Não há um processo político de formação de base, de mobilização de fato, constante, desses trabalhadores (...) Agora, se isso pode afetar a liderança atual da FETAPE, eu acho que não. Eu acho que o movimento sindical no país, como um todo, tem passado por momentos extremamente difíceis por conta de todo um processo recessivo, que tira dos trabalhadores a capacidade de mobilização, por conta da perda da estabilidade, por conta do risco do desemprego, por conta das condições econômicas extremamente precárias. (...) Então, **até a oposição à FETAPE também está enfrentando o mesmo problema de dúvidas internas, de redefinições diante da situação mundial do questionamento do socialismo, de todas essas questões que afetam não só o sindicalismo nacional mas o socialismo mundial** [grifo meu] Então, eu acho que não afeta a hegemonia [do grupo dirigente da FETAPE].

Miguel Arraes, na entrevista que me concedeu, falando sobre o trabalho dos STRs na Zona Canvieira de Pernambuco, chamou a atenção para alguns fatos que mostram o esgotamento do antigo modelo de sindicato e analisou a

prática sindical da FETAPE. Para Arraes faltou ao sindicalismo pernambucano um maior trabalho de base, mais capacitação, renovação dos quadros dos dirigentes e uma maior atenção à questão da produção. Transcrevo trechos da entrevista com Miguel ARRAES DE ALENCAR (Entrevista, 1992, p. 187) :

Castro: Existe burocratização dos sindicatos de trabalhadores rurais?

Arraes: A mentalidade dos sindicatos é um negócio meio complicado. Os sindicatos da cana foram criados a partir da luta de baixo. Durante a ditadura as lideranças vindas da base foram perseguidas e tiveram que sair dos sindicatos. Subiu uma nova direção, que se perpetua no poder, não tem mais ligação com as bases. Não fazem curso para a formação de quadros sindicais.

Castro: Mas durante a ditadura os sindicatos não abandonaram a luta. Eles fizeram a luta na justiça, pelos direitos.

Arraes: A luta pelos direitos é pouco. Só retomaram essa coisa. Esse sindicalismo atual é burocratizado. Não é que essa outra gente não tenha qualidade. Eles têm menos trabalho de massa. No correr do tempo, a direção do sindicato se torna uma promoção social. Não fazem nenhum curso, não há formação de quadros sindicais.

2.3. As relações sociais na agroindústria canavieira

Pio GUERRA JUNIOR falou-me sobre os conflitos de interesses no seio do patronato, evidenciados por ocasião das negociações salariais anuais. Como representante dos agricultores, inclusive dos fornecedores de cana, meu entrevistado (Entrevista, 1992, p. 71) afirmou:

Os usineiros sempre lutaram para negociar ao nosso lado. Em toda esta história, nós, os fornecedores – eu espero traduzir corretamente o pensamento do Sindicato dos Cultivadores de Cana – nós temos um prejuízo muito grande. O interesse dos usineiros é de negociar conosco porque nós somos o elo mais fraco da cadeia. Os usineiros, como empregadores, têm uma capacidade de pagamento muito maior que a dos fornecedores. Eles utilizam pois, como um argumento, a dificuldade dos fornecedores. De outra parte, o trabalhador tem interesse de que o usineiro participe da negociação porque ele sabe que o usineiro tem mais capacidade de pagar que o fornecedor. No final das contas, nós pagamos mais do que deveríamos. Nós, os fornecedores somos pressionados pelo lado do usineiro e pelo lado do trabalhador. Nas negociações de 1991, os fornecedores não aceitaram se sentar na mesma mesa com os usineiros. Eles queriam negociar separadamente com os trabalhadores. Os usineiros, por sua vez, deveriam negociar à parte o que lhes interessa. Eu penso que este é o modo certo de ver as coisas.

Armando MONTEIRO FILHO (Entrevista, p. 119) criticou, discretamente, o patronato de Pernambuco no que toca à questão salarial. Ele pensa que atitudes menos intransigentes poderiam ser mais produtivas por ocasião das negociações. De acordo com ele:

Eu acho que nós somos um povo tacanho na mentalidade. Com toda a isenção, eu não estou atacando ninguém, eu não sou de atirar pedras. E penso muito naquela frase lapidar de Santo Agostinho: “Não julgueis o próximo antes de andares sete dias com suas sandálias”. Mas eu acho que o negócio do entendimento não é o que devia ser. Os interesses não são tão conflitantes quanto parece. Aumento de salário, eu não me conformo com esse salário. Que Portugal tenha um salário mínimo de 300 dólares, a Espanha de 500 dólares, a Itália, de 1.000 dólares, e nós tenhamos um salário mínimo de 100 dólares. Eu não me conformo com isso. O que é que a gente devia fazer? Onde é que nós estamos errados? (...) Se Portugal, com aquela fragilidade econômica, pode pagar, por que nós, com essa pujança econômica, não temos condições de pagar? Eu não sou economista, mas alguma coisa está errada aí.

Em conclusão, a FETAPE colheu êxitos nas lutas dos trabalhadores canavieiros, seu público alvo, dentro de um modelo sindical legalista. A partir de certo momento, esta federação passou a se envolver na luta pela terra e na luta da agricultura familiar.

3. A LUTA PELA TERRA

3.1. O movimento sindical na luta pela terra

A partir do 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, ocorrido em Brasília, de 21 a 25 de maio de 1979, a reforma agrária ficou definida como importante para o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR). Antes disso, a reforma agrária não era muito valorizada por este movimento.

O padre Crespo, um dos fundadores da FETAPE e que conseguiu que o governo militar não interviesse nesta organização, na entrevista que me concedeu, destacou a prioridade da FETAPE pela luta salarial, pondo num segundo plano as lutas pela terra e pela produção. Em sua entrevista (CRESPO, Entrevista, 1992, p. 181) ele me trouxe as razões históricas para esse fato:

Castro: Pernambuco foi o berço das Ligas Camponesas e do Sindicalismo dos Trabalhadores Rurais e foi o palco de várias lutas pela terra nos anos que antecederam à ditadura. Entretanto, durante a execução do PNRA não se viu aqui uma mobilização para a reforma agrária tão grande como a outros Estados. À luz da história, da qual o senhor foi um dos personagens, como o senhor explica isto?

Crespo: Eu acredito que, num dado momento, aqui em Pernambuco, o movimento sindical foi se concentrando na Zona Canavieira. Houve um esforço e continua havendo um esforço muito grande da FETAPE com os sindicatos da Zona Canavieira. Esses sindicatos são sindicatos de proletários, de assalariados rurais que, em grande parte, a gente não pode dizer que são agricultores (...).

Juntando essas duas coisas, eu acho que isso fez com que, na região canavieira, não houvesse aquela pressão maior sobre a terra, ou conflitos maiores sobre a terra. Houve sim, mas, como você falou, não com a intensidade que houve em outras regiões.

Embora a FETAPE não estivesse à frente das lutas de ocupação de terra, ela participava da negociação pela desapropriação do imóvel. No caso do Engenho Patrimônio, em que o arrendatário foi responsável pela morte de um posseiro e pela surra no presidente do STR de Condado, a FETAPE colocou seu assessor jurídico, o dr. Romeu da Fonte, como defensor dos trabalhadores. Em vários outros casos de violência contra os trabalhadores, a FETAPE tomou providências em defesa dos mesmos, como em Vicência, Palmares, Goiana, entre outros locais.

3.2. As organizações católicas na luta pela terra

A história da Igreja católica em Pernambuco não poderia ser contada sem a referência a Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife entre 1964 e 1985, e cujo exemplo de defesa dos pobres e da democracia, inspirou muitas entidades religiosas atuantes na cidade e no campo em Pernambuco e no Brasil. Entre essas entidades a que mais se destacou na luta pela terra foi a Pastoral Rural, que viria a se transformar em Comissão Pastoral da Terra (CPT) ⁽⁵⁴⁾. Além da CPT, outras entidades católicas apoiaram a luta pela terra, a saber, a Animação dos Cristãos no Mundo Rural (ACR), as Comunidades Eclesiais de

⁵⁴ - A CPT instalou-se nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas em 1988, para retomar o trabalho da Pastoral Rural, que acabava de sofrer uma censura por parte do novo arcebispo de Olinda e Recife, Dom José Cardoso, conservador, e substituto do progressista e mundialmente conhecido Dom Helder Câmara.

Base (CEBs), o Movimento de Educação de Base (MEB), o Movimento de Evangelização Rural (MER), além de padres e religiosas de Pernambuco e estados vizinhos. Na Paraíba eu destaco a ação desenvolvida por Dom Marcelo Pinto Carvalheira, titular da diocese de Guarabira, por Dom José Maria Pires, arcebispo de João Pessoa, além de Frei Anastácio, que atuava junto às bases da CPT e que foi posteriormente eleito deputado federal pelo PT paraibano. Em Pernambuco, na Região Metropolitana de Recife, nas importantes ocupações de Pitanga, no município de Abreu e Lima, os acampados receberam o apoio financeiro da paróquia local, dirigida pelo Padre Manoel Marques de Miranda. Ainda na Região Metropolitana, a CPT apoiou as lutas de Jardim Maranguape, no município de Paulista ⁽⁵⁵⁾, onde um grupo de religiosas colaborou com o sustento material das famílias envolvidos em um conflito na mata próxima à ponte do Janga na área litorânea. As CEBs do Agreste Meridional de Pernambuco participaram das ocupações de três latifúndios: Richão, Mata Verde e Serra dos Mares. Nas três ocupações as famílias receberam ajuda financeira da diocese de Garanhuns. Outras ocupações, como as de Caldeirão, Ribeirinha, Suape e São José, lideradas pelo Movimento dos Sem Terra de Pernambuco ⁽⁵⁶⁾ tiveram o apoio de equipes locais da Igreja, sobretudo as de Arcoverde e Cabo. O Movimento de Evangelização Rural (MER) ⁽⁵⁷⁾, não participou diretamente das ocupações de terra mas liderou a primeira ocupação da sede do INCRA de Pernambuco, que durou dez dias, em maio de 1986.

Apesar dos esforços das organizações católicas, a luta pela terra em Pernambuco durante a Nova República teve um discreto apoio dos partidos e de outras entidades, inclusive dos sindicatos urbanos, na visão da CPT (Entrevista, 1992).

⁵⁵ Ao lado de Jardim Maranguape havia uma área de sítios onde diversas famílias de agricultores, que também viviam da pesca, ameaçadas de expulsão por parte de empresas imobiliárias, resistiram à sua expropriação.

⁵⁶ O MST-PE era uma entidade liderada pelo político Bruno Maranhão, vinculado ao PT, e pertencente a família de usineiros.

⁵⁷ - A CTI originou-se do Movimento de Evangelização Rural (MER), que tinha laços com o padre Paulo Crespo, sobretudo quando este era secretário executivo da CNBB-Nordeste II.

O acampamento na Praça da República, em Recife, foi uma importante manifestação dos trabalhadores das áreas de conflito de terra de Pernambuco, entre agosto e novembro de 1986, com cerca de 350 famílias acampadas. Um dos frutos dessa mobilização foi a criação da Comissão de Educação para a Terra (EDUCATER), em 1986, como sugestão das lideranças das áreas de conflito. Posteriormente, a CPT passou a atuar também no apoio aos agricultores familiares, sem deixar de dedicar muita atenção à luta pela terra.

3.3. Balanço da luta pela terra

Pode-se concluir que na Nova República as lutas pela terra em Pernambuco efetivamente aconteceram, mostrando a tenacidade de alguns dirigentes e assessores sindicais e de entidades ligadas à Igreja. Entretanto, essa luta teria sido maior se as entidades sindicais e algumas forças políticas do Estado não tivessem barrado a instalação do MST em Pernambuco nessa ocasião.

4. A LUTA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Até a Nova República era deficiente a presença do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais junto aos agricultores familiares de Pernambuco. Essa deficiência era compensada de algum modo pela atuação, junto a esses agricultores familiares, de entidades da Igreja católica, e da ação da Secretaria de Agricultura e da Secretaria de Planejamento de Pernambuco, esta através do PRORURAL, o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, executado por uma Unidade Técnica, que prestava assistência técnica, fomentava o associativismo e apoiava a implantação de infra estrutura produtiva em nos territórios dos seus Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRIs).

4.1. Os agricultores familiares com pouco apoio do movimento sindical

A FETAPE, durante a Nova República, ainda tinha uma atuação frágil junto dos agricultores familiares de modo a motivá-los a lutar pela política agrícola. Por exemplo, no momento desta minha pesquisa de campo, em 1992, enquanto havia diversos advogados na assessoria da FETAPE, havia apenas um técnico agrícola.

Antônio MARQUES, que dirigiu a FETAPE durante vários mandatos, ele mesmo um ex-pequeno produtor, está consciente desta realidade. Para ele, um dos fatores responsáveis por essa ação tímida da FETAPE junto dos agricultores familiares foi a falta de parâmetros legais para guiar a ação sindical junto aos agricultores familiares, contrariamente ao que ocorreu com os assalariados da cana de açúcar, onde há muito tempo as reivindicações estão bem definidas e amparada por legislação específica, como o Estatuto do Trabalhador Rural.

Antônio Marques também destacou a diversidade dos interesses presentes na base social dos STRs e defendia que o sindicato estivesse mais próximo dos agricultores familiares. Para ele, é importante que o sindicato cuide da representação política, e a cooperativa se volte para a defesa dos interesses econômicos dos agricultores familiares. Mas a direção política de ambas as entidades deve ser dada pelo sindicato, segundo este sindicalista.

José Francisco da SILVA (Entrevista, 1992), analisando essas duas práticas sindicais - a da luta salarial e a da luta da produção-, mostrou que o sindicato deve ter condição de poder representar politicamente os diversos segmentos sociais de trabalhadores rurais. Em relação às associações de agricultores familiares, José Francisco da SILVA (1992, Entrevista) considera que elas não devem ser criadas como alternativas ao sindicato, mas como entidades que complementem a ação do sindicato, que é a principal entidade de representação da categoria. E mais, que o sindicato deve assumir as bandeiras da política agrícola.

José Francisco da SILVA (1992, Entrevista) comparou a FETAPE com as federações do Sul do país, mais vinculadas aos agricultores familiares, enquanto as do Nordeste estão mais afeitas às lutas salariais.

José Maria AZEVEDO (Entrevista, 1992), presidente da OCEPE e da Cooperativa de Produtores de Leite de Garanhuns, fez comentários sobre os agricultores familiares e sua representação. Ele destacou o individualismo dessa categoria de trabalhador e teceu críticas à FETAPE por não os apoiar, restando à OCEPE ser a porta-voz dos mesmos. Em relação ao cooperativismo e ao associativismo, José Maria de AZEVEDO os considera desorganizados e, no geral, servindo a interesses políticos e pessoais.

4.2. Os médios produtores com representação sindical mal definida

Há uma camada de agricultores familiares que podem associar-se aos sindicatos de trabalhadores rurais ou aos sindicatos patronais. Esses agricultores familiares, embora envolvidos diretamente nas atividades produtivas de seus estabelecimentos, recorrem ao trabalho de terceiros e, muitas vezes, têm explorações duas ou três vezes maiores que o módulo rural do município.

Constatei, na pesquisa de campo, o interesse dos Sindicatos Rurais (SR) em desenvolver um trabalho junto aos agricultores familiares.

Para Pio GUERRA JUNIOR (1992, Entrevista), presidente da Federação da Agricultura de Pernambuco (FAEPE), o agricultor familiar ora procura o STR,

principalmente quando deseja se aposentar, ora procura o Sindicato Rural. E fica nesse vai e vem, diante de uma legislação confusa.

Do lado dos trabalhadores colhi o depoimento de Antônio Marques (Entrevista, 1992) segundo o qual a FAEPE ganha terreno entre os agricultores familiares. Para concorrer com a ação dos sindicatos patronais em arregimentar os produtores familiares, a CONTAG apresentou, na Câmara dos Deputados, um projeto que propõe que seja considerado trabalhador rural, portanto vinculado ao sistema sindical dos trabalhadores rurais, o agricultor familiar que não possua mais de três módulos rurais.

Há uma imprecisão na conceituação de agricultor familiar de acordo com Heleno Martins dos SANTOS (Entrevista, 1992), agricultor familiar de um assentamento em Surubim, que me disse que em sua região um produtor com menos de 25 hectares, que é o módulo do município, é considerado agricultor familiar.

Em consequência dessas imprecisões, uma camada de agricultores familiares pode pertencer ao sindicato patronal ou ao dos trabalhadores, o que torna ambígua esta representação profissional

3.1. Um sindicato exclusivo para os agricultores familiares

Antônio GODOY (Entrevista, 1992), primeiro presidente da FAEPE, defendeu a criação do sindicato dos agricultores familiares. De acordo com ele, nos STRs do Sertão, quase todos os filiados são agricultores familiares. No passado, ele procurou criar uma federação de agricultores familiares. Esta federação já existiu em Pernambuco, mas com uma curta existência. Sobre isso, José Francisco da SILVA (Entrevista, 1992, p. 54) teve comigo o seguinte diálogo:

Castro: Havia, em Pernambuco, duas Federações, uma de assalariados e a outra de pequenos produtores?

José Francisco: Isso aconteceu de 63 a 64. Foi a Federação dos chamados trabalhadores autônomos de Pernambuco. Era mais ligada à área do pequeno agricultor, pequenos proprietários, posseiros,

arrendatários, essa coisa. Mas essa Federação vivia na sombra da outra Federação, ela funcionava numa sala dentro da FETAPE. Tinham uma direção própria. Mas movimento isolado de pequenos produtores não chegou a tomar um rumo maior. Era uma idéia nova, que estava se construindo mas não chegou a se estruturar assim, uma Federação, com sede própria, com uma certa autonomia.

Castro: E era idéia de Crespo, essa Federação de Pequenos Produtores?

José Francisco: Também articulada com o setor da Igreja. A partir daí foi mudada a legislação. Surgiu a Portaria 71, do Ministério do Trabalho. E com base no próprio Estatuto da CONTAG, que era uma só para o país inteiro, e congregava também os pequenos proprietários, arrendatários, posseiros além dos assalariados, estabeleceu-se o sindicato dentro desse princípio da unicidade ou da unidade sindical: de um sindicato por município, de uma Federação por Estado e de uma Confederação Nacional.

3.2. As cooperativas agropecuárias

As cooperativas agropecuárias estão abertas para todas as camadas de agricultores. Os pequenos e médios produtores são a maioria, mas o controle político costuma estar com os grandes produtores. As cooperativas disputam a representação dos agricultores familiares, também cobiçados pelos sindicatos patronais e de trabalhadores. Malaquias OLIVEIRA (Entrevista, p. 143), dirigente da OCEPE, falou-me disso:

Estas três organizações trabalham com os agricultores familiares: a FETAPE, a OCEPE e a FAEPE. Por razões antes de tudo ideológicas, as três estão em conflito. Cada uma procura preservar o poder de sua organização. Eu penso que se poderia iniciar um processo de cooperação entre as três, delimitando um pouco o espaço político de cada uma: a OCEPE poderia se concentrar sobre a produção, a FETAPE e a FAEPE na representação política e na luta sindical propriamente dita. As cooperativas não têm um poder de representação porque ela têm um corpo social muito heterogêneo, que vai dos grandes proprietários aos Sem Terra.

A tentativa que fazem os grandes produtores agrícolas para controlar as atividades dos médios e pequenos produtores pode ser vista como uma sobrevivência da dominação tradicional do patronato agrário, com seu clientelismo, paternalismo e o seu voto de cabresto. Esta sobrevivência é muitas vezes mantida por laços familiares, passando de pai para filhos.

Atualmente, o voto de cabresto, contrariamente ao que ocorria no passado, não é mais monopólio dos chefes locais do interior. Ele é disputado, com sucesso, por candidatos urbanos originários dos setores industriais e financeiros, e que chegam ao interior com grandes somas de dinheiro para a compra de votos. Ao lado dos partidos políticos dominados pelo patronato encontramos hoje partidos com perfil mais progressista. Entretanto, em alguns lugares, as oligarquias também conseguem controlar total ou parcialmente, os diretórios municipais desses partidos de centro-esquerda.

A FETAPE, juntamente com a CPT e os movimentos sociais estruturados a nível estadual e nacional, tem podido, em muitas ocasiões, contrapor-se aos chefes políticos locais.

3.3. As associações de pequenos produtores e o sistema ATER

Para abordar-se o tema das associações de pequenos produtores rurais no Brasil convém tecer algumas considerações sobre o sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), assunto estudado por Caroline Nascimento PEREIRA e Cesar Nunes de CASTRO (2020), pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que assim se expressaram:

A ATER como um serviço de orientação técnica e disseminação do conhecimento aos produtores agrícolas surgiu nos Estados Unidos e na Europa no final do século XIX e início do século XX.(...) Em meados do século XX, esse modelo começa a ser introduzido em território brasileiro. Em 1948 foi criada em Minas Gerais a primeira instituição a adotar o modelo – a Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar) –, com o objetivo de melhorar as condições sociais e econômicas da população do campo. Esta instituição seguiu o modelo norte-americano de difusão de inovações com a atribuição de oferecer assistência técnica e financeira aos produtores rurais para que adotassem as inovações desenvolvidas nos institutos de pesquisa agrícola. Em outras palavras, os institutos de extensão rural tinham como função a interlocução entre os agricultores e as instituições geradoras de inovação para a agropecuária.

Nascido em Minas Gerais o sistema ATER foi se espalhando para os demais estados brasileiros. Em Pernambuco foi criada, em 1954, a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural – Serviço de Extensão Rural de Pernambuco (ANCARPE), sociedade civil sem fins lucrativos, e vinculada ao

Banco do Nordeste (BNB) para prestar assistência creditícia e serviços de extensão rural aos agricultores de baixa renda, com o apoio do BNB, BB, Ministério da Agricultura e Governo do Estado. Em 1975, a ANCARPE se transforma em Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco (EMATER-PE), empresa pública criada pelo Governo do Estado. Em 2003, a EMATER-PE é extinta, sendo criado o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), cuja Diretoria de Extensão Rural absorve as funções da EMATER-PE.

Essas entidades de assistência técnica e extensão rural estimularam a criação de associações de pequenos produtores rurais. Tais entidades se multiplicaram nos anos 1970, estimuladas também pelos chamados programas especiais do governo federal que atuava junto aos agricultores familiares, inclusive com financiamento de projetos produtivos, desde que estes estivessem organizados em associações. Em 1975, foi criado o Programa de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), logo acompanhado de outros programas como o Projeto Sertanejo, o Programa São Vicente, o Projeto Padre Cícero e o Programa Especial de Apoio à População das Zonas Canaveiras do Nordeste (PROCANOR). Entre 1979 e 1983, período de secas prolongadas, foram organizadas frentes de emergência, ou frentes de serviços, para garantir a sobrevivência dos agricultores familiares da região atingida pelas estiagens. Estas frentes funcionaram, no geral, como instrumentos de fortalecimento político das oligarquias locais. É conhecida a expressão de « indústria da seca ». Entretanto, em alguns locais, como em Afogados da Ingazeira, no Alto Pajeú, houve organizações da sociedade civil que aproveitaram a oportunidade dessas frentes para promover o fortalecimento das comunidades rurais, com a criação de associações. Em 1983, foi lançado, pelo governo federal, o Projeto Nordeste, integrado por seis grandes programas, três na área produtiva e três na área social. Os produtivos eram: o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), o Programa de Irrigação e o Programa de Apoio aos Negócios Não Agrícolas. Os três da área social eram voltados para Educação, Saúde e Saneamento Básico (MAGALHÃES, 2000).

Dentre os programas referidos, dois se destacaram pelo apoio ao associativismo rural: o PAPP e o Programa São Vicente. Estes dois programas foram implantados em Pernambuco em 1985, no governo de Roberto Magalhães. Eles exigiam a existência de uma associação, formal ou não, para que a comunidade rural pudesse receber recursos para projetos econômicos e de infra-estrutura.

O PAPP tinha um sub-projeto denominado Apoio às Pequenas Comunidades Rurais (APCR) cujos objetivos principais eram a organização da comunidade, a criação de associações, e o apoio às associações e aos sindicatos já existentes.

De 1985 a 1989, nos 10 Estados nordestinos, a APCR financiou 4.304 projetos e o Programa São Vicente, 4.976, totalizando 9.280 projetos na região. Em Pernambuco, a APCR financiou 609 projetos, correspondendo a 14,15% do total do Nordeste, enquanto o São Vicente financiou 1.709, correspondendo a 34,34% do total do Nordeste (CENTRO JOSUE DE CASTRO, 1993).

Em minhas entrevistas, abordei o tema do associativismo. Um de meus entrevistados era presidente da Organização das Cooperativas de Pernambuco (OCEPE), Malaquias OLIVEIRA (Entrevista, 1992, p. 145), que afirmou:

As associações de agricultores familiares têm uma vida mais efêmera que as cooperativas porque são criadas – normalmente pelo poder público – na maior parte dos casos para atender a fins imediatos, como o de receber ajuda de um programa oficial. No momento em que o programa é extinto, a associação se acaba também. É uma atividade extremamente paternalista, com raras e honrosas exceções. Os organismos que mais criaram associações foram a Legião Brasileira de Assistência (LBA), a EMATER e a Secretaria de Agricultura⁽⁵⁸⁾. Quando um governo considera que os dirigentes de uma cooperativa estão ligados a um outro partido político, e não mais ao seu, ele cria uma associação ligada ao seu partido. Mas o campeão na criação de associações foi o governo Arraes. Hoje, dois anos depois do fim deste governo, quase todas as associações que ele criou desapareceram. Algumas tentam sobreviver, outras vestiram a camisa do novo governo.

O governo do presidente Fernando Collor (15.03.1990 a 29.12.1992) realizou um ação de desmonte do Estado nacional, e praticamente extinguiu o PAPP, importante fonte dos recursos das Secretarias de Agricultura do

⁵⁸ - Meu entrevistado Paulo Dantas, grande produtor, presidia, então, uma dessas associações.

Nordeste, com isso debilitando a política de assistência técnica nos Estados da região e as associações rurais dos pequenos e médios produtores.

3.4. O clientelismo das cooperativas e associações

Uma das principais formas utilizadas pelos chefes locais para conservar, ao menos em parte, o domínio político no interior de Pernambuco foi o controle sobre as cooperativas agrícolas e as associações de produtores. Em várias cooperativas os gerentes eram funcionários da EMATER colocados à disposição dessas entidades por interesse político. Eles viviam, portanto, uma situação de vulnerabilidade em seus empregos e, na prática, trabalhavam a serviço do chefe político local. Se ele não atendesse bem ao político, este poderia solicitar sua transferência para outro município, causando-lhe grandes transtornos familiares.

Além das cooperativas e das associações, vários STRs também foram usados como aparelhos de apoio político dos chefes locais. Também foram instrumentalizados politicamente pelos chefes políticos locais os conselhos municipais de políticas públicas, criados pela Constituição Federal de 1988.

Malaquias OLIVEIRA (Entrevista, 1992) falou-me da dependência das associações e cooperativas em relação ao Estado. Segundo ele, «as associações de produtores são muito manipuladas pelo Estado em razão de interesses declarados ou ocultos». A dependência das associações, segundo Malaquias, se manifesta também em relação aos partidos políticos. Em seu entender, no âmbito municipal, a cooperativa, o sindicato e a associação são frequentemente usados pelos chefes políticos locais como bases de apoio.

A politização das cooperativas resultou na dependência delas em relação aos partidos políticos. José Maria AZEVEDO (Entrevista, 1992) reconhece como muito importante que as cooperativas elejam seus representantes. Mas para isso as cooperativas, no estado atual das coisas, teriam que partir para a compra de votos, sobretudo nas áreas mais pobres.

Malaquias OLIVEIRA (Entrevista, 1992, p. 139) reafirmou a fragilidade política do sistema cooperativista de Pernambuco:

Às vezes é difícil você ter acesso até a um terceiro escalão de uma Secretaria do Estado porque as cooperativas representam pouquíssimo economicamente apesar de estarem vinculadas a muitas atividades produtivas. Por outro lado, as próprias cooperativas, e aí se inclui a OCEPE, não organizam a sua base de informações. Hoje poucos sabem quanto produzem, quanto recolhem de ICMS ao Estado, para você ter isso como argumento para negociar com o poder do Governo, por exemplo. Essa é uma questão que dificulta a negociação porque você não tem cacife.

Em relação aos partidos políticos, a OCEPE não tem uma posição definida sobre o lançamento de candidatos próprios.

3.5. Os agricultores familiares e a reforma agrária

Era de se esperar que a bandeira da reforma agrária despertasse o apoio de toda a base social dos STRs, incluindo os agricultores familiares. Esta pesquisa mostrou que isso não aconteceu. As razões para esse fato foram, em meu entender, as seguintes:

- (i) os objetivos do Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República estavam focados na solução dos problemas fundiários, o que fugia dos interesses imediatos de quem já possuía terra;
- (ii) Os STRs tinham pouca atuação junto aos agricultores familiares;
- (iii) havia um distanciamento político entre o movimento sindical e o movimento cooperativista, este estando mais próximo aos agricultores familiares.

Malaquias OLIVEIRA (Entrevista, 1992, p. 151) acentua uma divergência ideológica entre as direções do sistema cooperativista nacional, contrário à reforma agrária, e o sistema sindical, favorável. Reproduzo o trecho deste diálogo:

Castro: Por ocasião do PNRA, a OCB fechou com a Frente Ampla da Agricultura no sentido de se contrapor ao Plano. Qual foi a posição da OCEPE?

Malaquias: A OCEPE não tomou posição oficial. Primeiro, o sistema OCB tem sido até muito oficialista, isto é, o que a OCB define todos cumprem. Pelo menos publicamente. Pode até, por trás, cada um fazer sua política e não estar nem ligando para isso. Oficialmente ninguém se contrapõe. Então, naquele momento, foi um negócio muito

complicado. Por exemplo, em Pernambuco nós temos 84% de pequenos agricultores e agricultores sem terra. Durante a Constituinte a gente via a OCB caminhando muito mais para o lado da UDR. E da nossa parte havia um confronto nítido com essa posição. Não era por aí que a gente estava querendo. A gente estava brigando por uma coisa mais progressista, mais democrática.

Christian GROS (1990, p. 1-15), pesquisador francês que estudou a reforma agrária no Brasil e na América Latina, considera que a reforma agrária brasileira fracassou porque não fez parte de um projeto econômico para o país. Para este pesquisador o Plano Nacional de Reforma Agrária não representava o elemento chave de uma nova estratégia econômica, e não foi o resultado de uma vasta mobilização rural. Ele se apresentava basicamente o produto de uma lógica política e sua sorte devia logicamente depender dos imponderáveis desta última.

Em conclusão, o movimento sindical dos trabalhadores rurais de Pernambuco não conseguiu, durante a Nova República, articular de modo satisfatório, na prática, as três lutas – pela terra, pelo salário e pela produção – todas de interesse de seus associados, o que contribuiu para a debilidade da luta pela terra nesse Estado.

A reforma agrária permaneceu um objetivo no discurso do movimento sindical dos trabalhadores rurais, mas, de fato, a mobilização e a luta ficaram restritas aos grupos diretamente interessados, especialmente os posseiros e os sem terra, que contaram, em sua base social, com o incentivo de algumas organizações da Igreja católica, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Animação dos Cristãos no Mundo Rural (ACR).

Finalmente, a reforma agrária da Nova República ficou desligada de um projeto – aliás inexistente - de desenvolvimento global do Brasil. A reivindicação por terra ficou limitada ao aspecto fundiário, mais exatamente a desapropriar e lotear. Não havia, no período estudado, políticas públicas consistentes para a produção, a comercialização, a assistência técnica e o crédito.

3.6. Os agricultores familiares entram na cena política

O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) demorou a reconhecer, com ações concretas, a importância do agricultor familiar, em Pernambuco. A primeira explicação para isso é de natureza histórica. Como vimos, a FETAPE teve seu início muito ligado aos assalariados da cana de açúcar.

Antes da fundação da FETAPE, em 06 de junho de 1961, há existia o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), organização vinculada à Igreja católica fundada pelo padre Paulo Enes Crespo, com dois departamentos: o sindical, atuando na criação e apoio aos STRs e o de organização do trabalho do agricultor familiar, atuando com as cooperativas. Padre Crespo esteve na origem não só da FETAPE, mas da Federação das Cooperativas Mistas de Pernambuco (FECOMIPE), então criada.

A preocupação da Igreja com os agricultores familiares foi analisada por padre Crespo (Entrevista, 1992, p. 195) que nos traçou um histórico desse fato:

Castro: A Igreja, em alguns países, estimulou muito a modernização da agricultura familiar. No Brasil, a Igreja voltou-se mais para a luta pela terra. O senhor não acha que ela deveria ter dedicado mais atenção aos pequenos produtores rurais, muitas vezes tão miseráveis quanto os assalariados?

Crespo: É. Isso se aplica sobretudo ao Nordeste. No SORPE mesmo, a educação política, que era um terceiro momento, a gente só fez arranhar. Mas, lá no Paraná, você tinha, na mesma época do SORPE, o ASSESSOAR, uma entidade especificamente voltada para a assessoria técnica e agropecuária ao pessoal do campo. Era para melhorar as condições de vida no sentido de cuidar da terra. No Rio Grande do Sul e no Paraná tinha a Frente Agrária Gaúcha, que olhava não só os sindicatos mas também esse aspecto da produção. (...) Realmente, o trabalho do movimento sindical foi mais em torno de certos direitos mais imediatos (...) Começou, também, ultimamente, com esse Movimento dos Sem Terra, que conseguiram muita terra por aí, e se depararam com essa situação. O que se vê em Pitanga? Uma luta enorme por terra, e depois? Algumas entidades, algumas lideranças começaram a ver que estava faltando alguma coisa, que era justamente uma ação voltada para produção, diretamente para o econômico. Você encontrava dirigentes sindicais, dirigentes de movimentos de Igreja, com dez, quinze anos, tão miseráveis como quando iniciaram o trabalho. O que foi que esse movimento de Igreja fez para ele? Ele continua miserável do mesmo jeito, morrendo de fome, a família pobre. O que foi que eles fizeram? Viver só de idéia, de pensamento, de "união faz a força", de lutar pela terra, de conseguir a

terra? (...) Hoje, as coisas estão começando a serenar. De uns cinco anos para cá, se está olhando esses movimentos pela produção como uma complementação a todo um trabalho de luta pela terra (...). A semente de tudo isso, de maneira organizada, sistematizada, foi o Seminário sobre o Homem e a Seca do Nordeste, realizado em Caucaia, no Ceará, em 1982, por ocasião da grande seca que durou de 1981 a 1985. Surgiu aí a proposta do trabalho com pequenos projetos alternativos, que eram de caráter tipicamente produtivos, econômicos, de resultados.

A entrevista com a CPT nos mostrou como esta entidade, ao longo de sua caminhada iniciada em 1975, se deslocou do foco na luta pela terra para uma concepção mais ampla de reforma agrária, não limitada à esfera econômica. Esta entrevista foi realizada com o coordenador regional da CPT Nordeste II, o Padre Hermínio Canova, e mais cinco assessores.

O Padre Hermínio Canova (CPT, Entrevista, 1992, p. 195 ss.) fez uma retrospectiva da atuação da CPT no Brasil e em Pernambuco:

Os anos de 1990 e 1991 foram anos-chave de grande avaliação da CPT no Brasil. Todas as regiões fizeram avaliações dos 15 anos de CPT. (...) O ponto central dessa avaliação foi repensar a reforma agrária. O perigo era de continuar a considerar a reforma agrária como um fato economicista, isto é, apenas distribuir a terra e dar condições de trabalho. A concepção atual da CPT sobre reforma agrária é de ela deve fazer parte de uma reforma social mais ampla no campo. Lutar pela terra é lutar pela vida na terra, lutar pela cultura, pela festa, pela religião, pela escola, pelo lazer. Essa nova concepção nos tem levado a valorizar outras forças de sobrevivência no campo, outros movimentos sociais, que o sindicato não absorve, e que a Pastoral às vezes esquece. Exemplos: o Movimento dos Vazanteiros, os Beradeiros, os Atingidos pelas Barragens, os Grupos de Alfabetização, os Pescadores dos Grandes Açudes. São categorias novas no campo.

Comparando CPT e ACR, Flávio Duarte (CPT, Entrevista, 1992, p. 172) disse :

Precisamos fazer justiça à ACR, um ator que tem estado um tanto ausente, mas é preciso que se faça referência a eles. Eles atuam junto a pequenos proprietários. A gente, da CPT, se concentrou nos conflitos de terra e na região da Mata, a ACR fica um pouco ausente desse cenário, porque sua presença se dá em regiões onde se travou uma discussão em torno das correntes sindicais. (...) Participaram de ocupações de terra, de ações de resistência (...). Estiveram presentes em Patrimônio. Era uma outra presença de Igreja, só que era muito marcada por um vínculo com a estrutura eclesial.

Tratei com a CPT a questão do sindicalismo e das correntes sindicais, sobre a qual tive a seguinte diálogo (CPT, Entrevista, 1992, p. 173):

Castro: A Igreja ainda tem um papel junto ao sindicalismo rural brasileiro?

Lenivaldo: Vamos pegar a avaliação que a CPT tem feito sobre isso. A pergunta é provocante. A CPT tem levantado algumas discussões quanto à relação com o movimento sindical. (...) A grande tarefa da pastoral não seria na instância de direção do movimento sindical, onde está se consolidando o Departamento Rural da CUT. (...) A nova discussão são os movimentos sociais que surgem ao lado do movimento sindical.

Castro: A ênfase ainda é a luta pela conquista da terra? Já existe, por parte da CPT, uma real preocupação pela questão da política agrícola, voltada para os pequenos produtores, inclusive proprietários, que são praticamente tão miseráveis quanto os assalariados rurais? Além desse aspecto de carência, existe também o aspecto político, que é a capacidade de transformação que podem ter esses pequenos produtores.

Aldo: Ao longo das avaliações começa a se perceber que a reforma agrária tende a se ampliar do conflito, da luta pela terra, para se consolidar no pós-conflito, quando se consolida também a produção, a comercialização. (...) Nessa perspectiva a CPT começa a ter uma grande preocupação com a questão da produção, da comercialização e do crédito. (...) Começa-se a fomentar algumas organizações, a apoiar essas organizações, no sentido de que elas busquem essa política, mesmo se são excluídos dessa política. Eles são colocados dentro de projetos, que são projetos compensatórios da política agrícola.

Castro: Além dos assentados, existe uma massa de pequenos proprietários marginalizados pela política agrícola. A preocupação da CPT inclui também esses produtores? Há uma preocupação por uma política agrícola familiar?

Flávio: Há. Não se pode ficar nas discussões sobre a política geral para o movimento sindical. É preciso discutir na base dos sindicatos, com grupos de trabalhadores, de pequenos produtores, quer os tradicionais, quer os assentados, quer os assalariados, discutir os seus problemas concretos. E aí procurar renovar a prática do movimento sindical, que é combativa.

Passa por aí também, hoje, o trabalho da CPT. É aí que há possibilidade de o movimento sindical se renovar na sua combatividade, mesmo como CUT. Até porque a CUT urbanizou-se muito, também, na sua estrutura. O Departamento Rural, apesar de ter uma certa estrutura, caminha com dificuldade.

Nos últimos anos da década de 80 e no início dos anos 90, os agricultores familiares passaram a receber uma maior consideração por parte do movimento sindical em Pernambuco. Pode-se escolher como marco dessa mudança o 5º Congresso da CONTAG, realizado em Brasília de 26 a 30 de novembro de 1991,

que aprovou várias linhas de ação, que deram origem a secretarias de política agrária, política agrícola, política salarial, políticas sociais (incluindo a previdência social), políticas em relação ao trabalho da mulher e dos jovens, política de formação etc. Cada secretaria ficou a cargo de um diretor executivo.

De fato, foram as federações do Sul do Brasil as que mais se sentiam afetadas pelos problemas dos agricultores familiares, considerando que nesta região do Brasil a agricultura familiar teve um desenvolvimento maior que nas demais regiões do país. A FETAPE começou a participar dos seminários organizados pela CONTAG com as federações do Centro-Sul. Esta nova atitude da FETAPE resultará em ganhos expressivos no campo das políticas públicas para a categoria social dos agricultores familiares.

No Relatório de Atividades de 1987, da FETAPE (1987, p. 9 e 10), lê-se:

Na maior parte dos municípios, os trabalhadores ainda não organizaram uma luta para uma política agrícola que atenda às suas necessidades. As ações dos STRs se limitam à formulação de mini-projetos em relação às comunidades rurais beneficiadas pelo Programa São Vicente ou pelo Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP) (...) A maior parte dos recursos do PAPP foram destinados à construção de cisternas, de casas de farinha, padarias coletivas, pequenos barragens do tipo reservatório, cercas para a criação de cabras e de galinhas.
(...) O trabalho do movimento sindical de Pernambuco, no campo de luta dos agricultores familiares, é agora fazer a identificação e discussão dos problemas para despertar a consciência dos agricultores familiares sobre a necessidade de se organizar em torno dos problemas de crédito, preço justo, a comercialização e a assistência técnica. Ainda nos falta uma ação mais integrada.

Em 1987, a FETAPE organizou 37 encontros de formação, nos 10 polos sindicais, com a participação de 1.368 agricultores familiares. Os encontros foram custeados pelo Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP).

Na base do movimento sindical – onde incluo os dirigentes dos sindicatos e os trabalhadores sindicalizados -, pude observar essa maior atenção do MSTR aos agricultores familiares. Heleno Martins dos SANTOS (Entrevista, 1992, p. 92), diretor do STR de Surubim, falou-me como os agricultores familiares estavam se mobilizando neste município, com o apoio do STR:

A gente está se mobilizando pela política agrícola. A cada seis meses, a gente se reúne com a FETAPE, em Recife, para discutir este

problema. Em Surubim, o sindicato e a cooperativa organizam reuniões para discutir a política agrícola. Nós criamos, no sindicato, as comissões de política agrícola, reforma agrária, previdência social, seca. Mas, a comissão de reforma agrária e a comissão da seca são as únicas que realmente funcionam.

Nós mandamos ao governo do Estado documentos para exigir uma ação em relação à política agrícola. O governo prometeu ajudar os agricultores e fornecer crédito, mas não fez isso ainda.

Uma das ações do trabalho sindical junto aos agricultores familiares diz respeito ao problema das secas. Sobre isso, o relatório da FETAPE (1987d, p. 11) relativo a 1987, ano de seca prolongada, afirmou:

Os trabalhadores, sob a coordenação da FETAPE e dos STRs dos polos do Sertão, no Alto Pajeú, Araripina, São Francisco e Serra Talhada, denunciaram a perda da produção agrícola, a falta de trabalho e a fome. Eles realizaram manifestações para reivindicar junto às autoridades federais de Pernambuco: a imediata concessão de recursos do Ministério do Interior, o cadastramento do maior número possível de trabalhadores, inclusive mulheres, nas frentes de trabalho (...). Nos dias 17 e 18 de junho, o movimento sindical realizou o XI encontro dos STRs do Sertão de Pernambuco para discutir o problema da seca (...). Em agosto, os STRs e a FETAPE organizaram o X encontro, ainda em Serra Talhada, para uma nova análise da situação.

4. UM PATRONATO RURAL HABITUADO A NEGOCIAR

O patronato rural foi um mediador tradicional entre a população do campo e o poder público ao longo da história política brasileira. Essa mediação se manteve apesar das mudanças no sistema político-eleitoral, quando as grandes massas tiveram acesso ao direito de voto, com eleições levarem ao poder os próprios membros do patronato rural ou urbano ou seus escolhidos. Ao longo dos anos, entretanto, uma parte do patronato rural pernambuco, entre os quais destacaram-se os alguns usineiros, assumiu ideias modernas, aceitando mecanismos de negociação com os trabalhadores organizados. Os fatores que levaram a isso foram:

- (i) a presença do Estado na atividade econômica da agricultura foi mais forte do que na maioria dos Estados brasileiros;

- (ii) a presença de um movimento sindical de trabalhadores rurais, liderados pela FETAPE, com capacidade de confrontar e negociar com o patronato;
- (iii) o advento de políticos de origem urbana, como Arraes, Marco Maciel, Jarbas Vasconcelos, Marcos Freire, que concorreram com a força tradicional do patronato rural e, dessa forma, favoreceram um ambiente de negociação no campo.

O contexto em que ocorreram esses fatores foi o do processo de industrialização e de urbanização de Pernambuco. Vou abordar aqui o primeiro desses fatores, sendo os dois outros fatores analisados mais adiante.

A forte presença do Estado federal na agricultura de Pernambuco se deveu à política federal de protecionismo sobre a economia açucareira, responsável pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em torno do qual foi montado um sistema de gestão de controvérsias entre usineiros e fornecedores. Além disso, foi implantada uma legislação do trabalho assalariado rural, uma legislação agrária, com destaque para o Estatuto da Terra. A partir da Constituição Federal de 1988, foram criados, em alguns lugares, os conselhos de políticas públicas municipais, beneficiando inclusive o meio rural. Disso tudo, resultaram novos arranjos institucionais no campo, levando os chefes locais a se adaptarem a estas mudanças. Uma das formas de adaptação foi a de colocar seus cabos eleitorais na composição desses conselhos municipais, o que contribuiu para o descrédito dessas entidades junto aos movimentos populares.

Moacir PALMEIRA (1989, p. 100 e 101) analisando as repercussões das novas formas de presença do Estado na agricultura, disse:

Esta nova forma de presença do Estado na agricultura teve como consequência a diminuição do poder dos chefes locais, pelo esvaziamento de suas funções ou pelo reconhecimento ou a criação de novos mediadores. O controle dos chefes locais sobre suas clientelas não desapareceu necessariamente, mas ele é agora mediatizado pelo controle que eles agora devem fazer sobre algumas posições na máquina do Estado, mais que nunca centralizado, o que torna mais complexo o seu "trabalho de dominação".

O patrocínio dos grandes proprietários, que já tido se enfraquecido por ocasião das expulsões em massa dos trabalhadores do interior das fazendas, agora, a mediação que os patrões oferecem aos camponeses, em suas relações com o Estado e a sociedade, não será mais exclusiva [já que existem novos mediadores]. Há um espaço que

se abre para padrões alternativos e para modelos alternativos, bem como para organizações inexistentes no sistema tradicional de dominação.

Perguntei ao ex-governador MOURA CAVALCANTI (Entrevista, 1992, p. 179) se houve em Pernambuco um fator responsável para que padrões e trabalhadores negociassem seus conflitos. Ele me respondeu:

Por mais incrível que pareça o responsável por isso é a cana de açúcar. Ela chamou mais a atenção do Estado em razão de haver aí uma concentração de poder e surgiu a regulamentação dos direitos. O senhor de engenho, o plantador de cana, o fornecedor não discute mais: paga o salário mínimo, acrescido de 10% (...). Há agora uma nova crise entre os fornecedores de cana e os trabalhadores porque houve um aumento de direitos sociais: o pagamento do Fundo de Garantia, da Previdência Social, etc. Isto vai ser um fator criador de mudança. A grande propriedade não poderá mais se manter. Mas o processo será muito lento.

O deputado Oswaldo LIMA FILHO (1992, Entrevista) também considerou que a maior presença do Estado federal em Pernambuco, inclusive com os subsídios para a agro-indústria açucareira, tenha sido um fator favorável à resolução negociada dos conflitos. Segundo ele os produtores de açúcar do Nordeste se beneficiaram, até 1989, de uma política de subvenção do governo federal, implantada desde 1962, momento em que, como deputado, ele se empenhou muito por esta reivindicação. Segundo esta política os produtores de açúcar do Nordeste foram beneficiados por um preço superior ao dos produtores de São Paulo. Isto estimulou muito a indústria do açúcar da região e melhorou as condições dos trabalhadores, contribuindo para a diminuição das lutas.

5. A FETAPE ENTRE O CONFRONTO E A NEGOCIAÇÃO

A FETAPE pode ser considerada um dos atores sociais com grande peso político no mundo rural de Pernambuco. Desde seus primeiros anos de existência ela buscou articular-se bem com os partidos políticos, com o poder judiciário - com destaque para o Tribunal da Justiça do Trabalho -, com o poder executivo em seus vários níveis, e, de uma forma especial, com o líder político Miguel Arraes. Essa articulação ocorreu também com outras entidades que, de

alguma forma, eram porta-vozes dos trabalhadores, e que tinham uma estratégia de trabalho diferente do modo de agir da federação, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

5.1. A FETAPE e os poderes federais

Em relação ao governo Sarney, a FETAPE se somou à CONTAG, na ocupação de um espaço institucional no governo da Nova República com a indicação de nomes para as direções regionais do INCRA, inclusive a de Pernambuco, o que foi aceito por Tancredo e Sarney.

Houve articulação da FETAPE com o Congresso Nacional, especialmente por ocasião da Assembléia Nacional Constituinte, através de importantes manifestações. Em 1987, ela e seus sindicatos participaram de grande manifestação coordenada pela CONTAG em Brasília nos dias 31 de janeiro e 1º de fevereiro de 1987, momento da instalação da Assembléia Nacional Constituinte, exigindo do governo a aceleração da execução do PNRA e transmitindo aos constituintes as propostas dos trabalhadores rurais.

Em maio de 1987, a FETAPE integrou uma delegação que acompanhou os trabalhos da Sub-comissão de política agrícola e de reforma agrária da Constituinte. Nesta ocasião, a FETAPE, segundo seu Relatório de Atividades de 1987 (1987, p. 40), «pôde constatar as astúcias de certos políticos e latifundiários visando anular o relatório do deputado Oswaldo Lima Filho, que incorporava as propostas da Campanha Nacional para a Reforma Agrária (CNPA) ».

Em junho, sempre em Brasília, uma delegação da FETAPE e de sindicatos pernambucanos, apoiou, com outras delegações estaduais, o voto da Comissão de Ordem Econômica da Constituinte, no momento em que um novo golpe pôs por terra o relatório do deputado Oswaldo Lima Filho – Questão Agrária na Constituinte - que continha as propostas dos grupos democráticos e progressistas do país em relação à reforma agrária. Em outubro, a FETAPE participou de manifestação, em Brasília, organizada por um grupo de entidades, como a CONTAG, Comissão Pastoral da Terra, Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além de

organizações de trabalhadores urbanos, para entregar ao MIRAD um documento exigindo diversas desapropriações, além de outro documento, entregue ao Ministério da Justiça, exigindo a condenação dos responsáveis pela violência no campo.

Gradualmente, o governo Sarney e a Assembléia Nacional Constituinte dissipavam as esperanças dos que haviam acreditado no PNRA. A não aprovação, na Assembléia Nacional Constituinte, do relatório de Oswaldo Lima Filho, que havia incorporado várias propostas das forças favoráveis à reforma agrária, representa uma grande derrota para o movimento sindical. Rudá RICCI (1990, p. 75), a esse propósito, afirmou:

A CONTAG, que representava, em 1988, nove milhões de filiados, e 2.850 sindicatos, sofreu uma deterioração de sua imagem junto às suas bases. Isto fez balançar toda sua estrutura de representação (...) O processo de elaboração deste texto em relação à reforma agrária, na Constituinte, mostrou o anacronismo da argumentação da CONTAG e uma muito fraca capacidade de mobilização de suas bases. Ao longo das negociações, a CONTAG escolheu a via da tolerância, procurando evitar o pior, isto é, a derrota total de sua proposta de reforma agrária, o que, ao final das votações, acabou acontecendo".

5.2. A FETAPE e as centrais sindicais

Desde o começo dos anos 1980, os dirigentes sindicais dos trabalhadores brasileiros queriam criar uma central sindical. Havia duas tendências: a primeira resultaria na Central Única dos Trabalhadores (CUT), e a segunda, na Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). Ambas com vinculações partidárias: a primeira com dirigentes que seguiam a orientação do PT, criado no ano anterior, e a segunda, mais heterogênea, com dirigentes ligados ao PCB, PC do B e ao MR-8 e defendiam a aliança com o PMDB. A CONTAG e a FETAPE não se filiaram à nenhuma corrente, embora estivessem mais afinadas com a linha da CGT.

Façamos a retrospectiva dos primórdios desse processo.

Em agosto de 1981, acontece, em Praia Grande, Estado de São Paulo, a 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), visando unificar a luta dos trabalhadores. Dos 5.036 delegados, 1.200 foram levados pela CONTAG, presidida por José Francisco da Silva desde 1968. Nas Conclusões

do evento constava como uma das bandeiras a reforma agrária « ampla, massiva, imediata e com a participação dos trabalhadores » ⁽⁵⁹⁾.

Ao final da 1ª CONCLAT foi eleita a Comissão Nacional pró-CUT, que deveria encaminhar a criação da Central Única dos Trabalhadores. Nesta Comissão estavam presentes as duas tendências do movimento sindical. A primeira com os denominados « autênticos » e as oposições sindicais. O sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, presidido por Lula, a integrava. A segunda tendência, chamada Unidade Sindical, reunia forças mais heterogêneas, em geral com uma prática reformista ou até mesmo conservadora. A CONTAG a integrava. Por ocasião da reunião da Comissão Nacional pró-CUT em 7 agosto de 1983 ocorre a separação das duas tendências. Em seguida, em 28 agosto a primeira tendência criou a Central Única dos Trabalhadores (CUT). A CONTAG não quis integrá-la.

Em novembro de 1983, a Unidade Sindical realizava, também em Praia Grande, o seu Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) e, com a mesma sigla de 1981, elege uma Coordenação Nacional que, em março de 1986, criou a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), elegendo então para presidente Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinção, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e para vice-presidente José Francisco da Silva, presidente da CONTAG. O PCB, o PC do B e o MR-8 ficaram ligados à CGT. O MR-8, em maio de 1989, consegue eleger Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários, como presidente da CGT ⁽⁶⁰⁾.

Em 1984 realiza-se o primeiro congresso da CUT (I Concut), que elege presidente Jair Meneguelli. Neste congresso Avelino Ganzer, gaúcho, destaca-se como importante liderança dos trabalhadores rurais. Em 1986, realiza-se no Rio de Janeiro o II Concut, no qual é criada a Secretaria dos Trabalhadores Rurais. Em 1986, o III Concut, em Belo Horizonte, transformou a Secretaria dos Trabalhadores Rurais em Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais

⁵⁹SILVA, José Graziano da. Reforma agrária já? In: LEAL Laurindo (coord.), *Reforma agrária da Nova República*. Contradições e alternativas. São Paulo: Cortez Editora/EDUC, 1985, p. 67.

⁶⁰ Em março de 1991, uma cisão da CGT criou a Força Sindical (FS), que elege presidente Luiz Antônio Medeiros.

(DNTR). Em abril de 1989, é eleita a primeira diretoria provisória do DNTR, presidida por Avelino Ganzer, que é confirmado no cargo em maio de 1990, por ocasião do primeiro Congresso do DNTR.

5.2.1. A FETAPE e a CUT

A CUT – que sempre se manteve distante do governo Sarney – aproveitou o desgaste da CONTAG em decorrência da derrota da reforma agrária na Constituinte para aumentar sua influência sobre a organização sindical dos trabalhadores rurais em todo o país, inclusive em Pernambuco. Para tanto, a CUT criou o seu Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR) em abril de 1989. Foi eleito presidente provisório o gaúcho Avelino Ganzer, eleito de maneira definitiva pelo I Congresso deste DNTR, em maio de 1990, em São Paulo. Mas a CUT de Pernambuco, embora considerasse a ocupação de terra como uma das principais formas de luta para a reforma agrária não participou, por causa de sua ainda frágil organização, de nenhuma ocupação. Entre as lideranças cutistas destacou-se o sindicalista Aristides Veras dos Santos, que entre 1990 e 1995 foi vice-presidente da CUT de Pernambuco, além de secretário do Departamento Rural desta Central. Aristides SANTOS concedeu-me uma entrevista (1992), ocasião em que me disse que «a participação da CUT rural nas ocupações de terra realizadas em Pernambuco foi antes um apoio que uma coordenação do processo de ocupação. Os casos ocorridos foram dirigidos pelo MST nacional (61).

A presença da CUT no movimento sindical rural de Pernambuco iniciou-se pelos polos sindicais de Petrolândia, Serra Talhada e Surubim. O polo do Submédio São Francisco, com sede em Petrolândia foi o primeiro a aderir à CUT, sendo as relações entre a direção deste polo sindical e a FETAPE pautadas pelo respeito mútuo. Segundo Lia de ARAÚJO (1990, p. 93) “por volta de 1981, os

⁶¹ - Os casos aos quais Aristides Santos se refere ocorreram após 1990, ano da instalação do MST em Pernambuco.

dirigentes deste polo sindical iniciam discussões que culminariam na adesão às propostas da Central Única dos Trabalhadores”. E, mais adiante:

O engajamento de lideranças do ‘polo sindical’ às propostas da CUT é reforçado pela aliança com o PT, como consequência natural de uma opção política; assim, de simpatizantes partidários, passam aqueles dirigentes à condição de militantes, o que se torna mais evidente com a candidatura do presidente do STR de Petrolândia a prefeito do mesmo município, em 1982” (p. 97).

O segundo polo a filiar-se à CUT foi o de Serra Talhada, que tinha como líder o presidente do STR deste município, Manoel dos Santos, filiado ao PT e que veio a tornar-se presidente da FETAPE e, posteriormente, da CONTAG.

Antônio MARQUES (Entrevista, 1992, p. 7) falou-me dessas divergências sindicais:

Quando a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) foi criada, a CONTAG ligou-se a esta Central. Havia membros da FETAPE na direção da CGT do Estado. Mas, na prática, nós de Pernambuco, não aceitamos a divisão do movimento sindical. O movimento sindical de Pernambuco, inclusive José Rodrigues e eu, não apoiamos esta Central. De fato, nós e a CONTAG não pertencíamos nem a uma nem à outra das centrais. Pensamos em nos filiar à CGT, mas não o fizemos porque o movimento sindical não teria aceito. Em seguida, as próprias centrais, que lutavam por questões políticas, viram que se os trabalhadores estivessem divididos seria mais difícil organizar as lutas. Eles viram que, se não formassem uma central única, deveriam pelo menos se unirem torno de propostas, de lutas. Houve, então, vários encontros entre a CGT e a CUT. A CONTAG sempre se manteve no meio, até desempenhando um papel de intermediária entre as duas centrais. A CONTAG sempre teve ligações com cada uma das duas centrais, sem se filiar nem a uma nem a outra. Nós não temos nenhuma ligação orgânica com a CGT, que se dividiu em duas. Apesar das numerosas divergências políticas, a gente deve discutir as lutas concretas dos trabalhadores.

Antônio MARQUES (1992, Entrevista) destacou que a FETAPE, apesar das divergências de orientação sindical, sempre manteve uma boa relação com a CUT. Nas eleições para a diretoria da FETAPE, em 1989, foi eleito para presidente da entidade o líder cutista Manoel Santos, vindo do STR de Serra Talhada, além de Israel Crispim, sindicalista cutista de Surubim.

A eleição de Aristides Veras, em 2002, como presidente da FETAPE, contribuiu para aumentar o engajamento desta federação na luta pela terra. Foi eleito diretor de política agrária o sindicalista Doriel Barros que, em 2004, apoiou diversas ocupações de terra em Pernambuco.

5.2.2. A FETAPE e as centrais sindicais alternativas

A FETAPE também valorizou a articulação com as centrais sindicais alternativas, como a Corrente Sindical Independente (COSTRI). Isso pode ser visto através da entrevista que tive com José Laurentino, liderança sindical do assalariados rurais, em 1992, momento em que ele presidia o STR de Igarassu, Itapissuma e Itamaracá, na Zona da Mata Norte. Este sindicato integrava a Corrente Sindical Independente, que não se alinhava às grandes centrais sindicais. Nesta região ocorreram vários conflitos agrários durante a ditadura militar e no início da Nova República. No momento da entrevista, ainda havia conflitos agrários na região. Duas categorias sociais compunham o conjunto dos filiados de seu sindicato: 2.500 assalariados e 150 agricultores familiares (minifundiários, foreiros e posseiros). Em sua entrevista, LAURENTINO (Entrevista, 1992) mostrou um certo pela reforma agrária e criticou a partidização das centrais sindicais, porque isto se constitui num fator de divisão dos trabalhadores.

5.3. A FETAPE e os partidos políticos

A FETAPE tem experiência em relacionar-se com os partidos progressistas. Durante o regime militar, a FETAPE alinou-se com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição a ditadura militar, e com o seu sucessor, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). A presença de membros do Partido dos Trabalhadores (PT) na direção da FETAPE acontecerá a partir de 1990, com a eleição para a secretaria geral da federação do petista Manoel Santos, originário do movimento sindical de Serra Talhada, no Sertão.

Em 1979, houve a retomada das grandes campanhas salariais da cana, envolvendo toda a Zona da Mata. Era o início da transição democrática e também o ano do retorno dos exilados ao Brasil, inclusive Miguel Arraes.

A diretoria da FETAPE dispunha de uma equipe de assessores altamente qualificados e articulados com o mundo político. Isso certamente pesou bastante para a projeção política da entidade. Alguns desses assessores chegaram, anos depois, a ocupar cargos públicos de relevância, como o dr. Romeu da Fonte, advogado, eleito deputado estadual duas vezes pelo PSB ⁽⁶²⁾ e Secretário de Trabalho no Governo Arraes (1987-1990), Expedito Rufino, que depois de ser assessor da FETAPE e da CONTAG, passou à presidência do Projeto Dom Helder Câmara, Reginaldo Muniz Barreto, que ao deixar a assessoria da FETAPE passou a assessor do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), entre outros.

Esse corpo de assessores ocupou o espaço político anteriormente exercido por representantes do setor reformista da Igreja católica, do qual o Padre Paulo Crespo é um exemplo. Deve-se, entretanto, salientar que os assessores não se sobrepujam aos dirigentes da entidade, a estes cabendo o papel de condutores do processo político. Entretanto, havia uma tensão interna entre alguns assessores e a direção da entidade.

Além da equipe de assessoria da diretoria, a FETAPE contou, a partir de 1979, com a colaboração eventual de técnicos que militavam em diversos partidos de esquerda, especialmente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Esses militantes colaboraram nas campanhas salariais.

Em 1985, quando Sarney assumiu a Presidência da República, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG) foi considerada não apenas como um interlocutor privilegiado do governo da Nova República mas também como um apoio político importante para sua vacilante política de reforma agrária. Muitos dos novos dirigentes do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) e do Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária (INCRA) foram indicados por esta confederação.

Sobre o apoio dado ao governo Sarney, Antônio MARQUES (1992, Entrevista, 1992) declarou que a CONTAG não apoiou exatamente o governo

⁶² Romeu da Fonte foi posteriormente conselheiro e, a partir de 2006, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, .

Sarney mas o PNRA, que acabou frustrando o movimento sindical, inclusive a A FETAPE.

Em 1990, a FETAPE apresentou um de seus mais antigos assessores, o advogado Romeu da Fonte, como candidato a deputado estadual, pelo PSB, que conseguiu eleger-se como representante dos trabalhadores rurais de Pernambuco. Antônio MARQUES (Entrevista, 1992) considerou um fato muito importante para o movimento sindical a eleição de Romeu da Fonte como deputado estadual, pois, como parlamentar, ele poderia favorecer os trabalhadores nas negociações com o patronato.

Helena Martins dos SANTOS (Entrevista, 1992, 101), dirigente do STR de Surubim, cujo presidente, Israel Crispim, candidatou-se à Câmara Municipal em outubro de 1992, manifestou-se também favorável a que os STRs apresentem candidatos próprios em eleições partidárias. De acordo com Helena:

São os patrões que dizem que os sindicatos não deveriam fazer política, nem o trabalhador discutir política, porque eles sabem que se o trabalhador compreender a política eles não serão mais eleitos. Se a gente analisar mais em profundidade, a gente vê que se nós não participarmos da política partidária nós não teremos força para fazer respeitar nossos direitos. Porque tudo é uma questão política. Aqui, em Surubim, nós reunimos este ano 32 líderes de base e nós vimos que nós teríamos que ter um candidato saído do movimento sindical. E decidimos lançar o nome de Israel, o presidente do sindicato, como nosso candidato à Câmara de Vereadores nas eleições de 3 de outubro próximo. Nós vemos que ele será o mais votado em Surubim.

5.4. A FETAPE e seu debate político interno

O relacionamento da FETAPE com o sistema político foi tema de um longo debate interno nesta entidade, envolvendo diretoria, assessoria e equipe de apoio administrativo. Foi sempre consensual, no âmbito interno da FETAPE, que a federação devia ter uma interlocução permanente com partidos e com os dirigentes do Estado. O debate foi sobre se as entidades sindicais deveriam apoiar determinados candidatos e se os próprios sindicalistas poderiam ser candidatos. Houve também divergência em relação à filiação às centrais

sindicais, em relação ao apoio ao governo do presidente Sarney e ao tipo de relacionamento a ter com Miguel Arraes, em seu segundo governo.

Além disso, havia dois grupos de sindicalistas que divergiram do apoio da FETAPE ao governo Sarney e à grande vinculação da FETAPE com os partidos políticos: (i) os sindicalistas ligados à Corrente Sindical Independente ; (ii) os sindicalistas ligados à CUT.

A Corrente Sindical Independente surgiu a partir de militantes vinculados ao Movimento de Evangelização Rural (MER) e atuaram principalmente em alguns sindicatos da Mata Norte. Duas de suas lideranças foram Pedro Assunção e José Laurentino, este último tendo sido entrevistado por mim.

José LAURENTINO (Entrevista, 1992), presidente do STR de Igarassu, e vinculado à Corrente Sindical Independente (COSTRI) mostrou em sua entrevista seu desagrado em relação ao apoio dado pela CONTAG e pela FETAPE ao governo Sarney, e que essas duas entidades não deveriam ter aceito indicar pessoas para cargos no MIRAD e no INCRA. Ele mostrou-se mesmo contrário a indicação de sindicalistas para disputar eleições para vereador, prefeito ou deputado, porque isso divide os trabalhadores. Para a Corrente Sindical Independente os STRs devem pressionar os já eleitos, na defesa dos direitos dos trabalhadores e de suas comunidades.

5.5. A FETAPE e a contestação de sua hegemonia

Na Nova República, a FETAPE detém de forma clara a hegemonia na representação dos trabalhadores rurais de Pernambuco, embora essa hegemonia tenha sido objeto de crítica por parte de algumas entidades progressistas presentes no campo de Pernambuco, com destaque para três entidades católicas: a Pastoral Rural, que logo se transformou em Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento de Evangelização Rural (MER) e a Animação dos Cristãos no Mundo Rural (ACR). Em segundo lugar, há o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra de Pernambuco (MST-PE), entidade local dirigida por Bruno Maranhão, um dos fundadores do PT de Pernambuco e

que chegou a presidi-lo e era oriundo de tradicional família de usineiros. A tentativa do MST-PE de ser aceito pelo MST nacional, como dele fazendo parte, não obteve sucesso. Em terceiro lugar, encontram-se duas Organizações Não-Governamentais que apoiaram os trabalhadores: o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), com o escritório central em Salvador, onde era ligado a ordem religiosa da Companhia de Jesus, e o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), presidido por Manoel da Conceição Santos, fundador do PT em Pernambuco e seu primeiro candidato a governador em 1982 (63).

Na Nova República, as ações de ocupação de latifúndios não constituíram uma forma de pressão utilizada pela Federação. Mas, ocorrendo uma ocupação, liderada por outra entidade, ela apoiava os ocupantes e acompanhava o processo de desapropriação, quando o mesmo era instaurado. Ela aceitou fazer parte da EDUCATER, uma articulação de entidades focada na luta pela terra. Com isso, a FETAPE conservava sua hegemonia na representação política dos trabalhadores rurais do Estado.

Nas zonas de conflitos de posseiros e foreiros – que ocorreram em todas as macrorregiões do Estado -, a presença da Federação, no geral, era menos expressiva que a presença das organizações católicas. Ela apoiou a grande luta das seis mil famílias atingidas pela barragem de Itaparica. Mas esta luta foi liderada pelos sindicatos do Polo Sindical de Itaparica, que tinha outra orientação sindical, vinculados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), à qual a FETAPE, bem como a CONTAG, recusaram a filiar-se naqueles anos. A FETAPE apoiou a ocupação de Pitanga, em 1986, que foi liderada pela CPT, no município de Abreu e Lima.

A defesa do monopólio da representação dos trabalhadores rurais levou a FETAPE, segundo alguns entrevistados, a dificultar que outros atores sociais e políticos ligados aos trabalhadores rurais, como a CUT e a CPT, também os representassem de alguma forma.

⁶³ Manoel da Conceição passou os últimos anos de sua vida no Maranhão, vindo a falecer em 18 de agosto de 2021.

Aristides Santos (Entrevista, 1992, p. 26), na época coordenador do Departamento Rural da CUT de Pernambuco e posteriormente presidente da CONTAG declarou-me:

Penso que a FETAPE tem uma visão, que se poderia talvez qualificar de individualista. Por causa do peso e da representatividade que ela tem em Pernambuco, penso que ela não deixa nenhum espaço às outras forças, ela se considera absoluta. Tivemos algumas dificuldades por causa desta visão. De um lado, porque ela é forte, do outro, porque somos [referindo-se à CUT rural], de uma certa forma, fracos. Nós podemos contribuir muito com propostas e representando uma inovação no sindicalismo rural, mas, do ponto de vista da massa dos trabalhadores, nós somos ainda uma força insignificante no Estado. Sobre um total de mais de 160 sindicatos em Pernambuco, apenas cerca de 18 são nossos filiados e cerca de 10 outros são simpáticos.

Antônio MARQUES (Entrevista, 1992, p. 7), diretor da FETAPE, diz que não se trata de fechar o espaço para os outros, mas de ocupar o próprio espaço. De acordo com ele:

A FETAPE nunca deixou espaço vazio, que teria podido ser ocupado por uma outra força sindical, em relação às grandes lutas : as lutas salariais, as da terra e as da política agrícola. Em todos os conflitos dos trabalhadores, como o das barragens, a FETAPE está lá. Sobre isso, as outras forças não podem constestar a FETAPE (...)
Nas eleições de 1989 houve uma discussão no momento da formação da chapa eleitoral e o camarada Manoel, da CUT, entrou na direção da FETAPE. Trata-se de um camarada excelente, sério, com quem temos muitas coisas em comum na luta. Entrou também, para a direção da FETAPE, o camarada Israel Crispim, que é presidente de um sindicato filiado à CUT, e, ele também, pertence à CUT. Desse jeito, hoje nós temos dois dirigentes que são da CUT.

Esta estratégia de concentrar a representação manifestou-se por ocasião da composição da representação dos trabalhadores rurais na Comissão Agrária de Pernambuco, junto à Diretoria Regional do INCRA. O artigo 42 do Estatuto da Terra afirma:

[a Comissão Agrária] é "constituída de um representante do Instituto Brasileiro da Reforma Agrária [transformada em INCRA], que a presidirá, de três representantes dos trabalhadores rurais eleitos ou nomeados por seus órgãos de classe, de três representantes dos proprietários rurais eleitos ou nomeados por seus órgãos de classe, de um representante de uma entidade pública ligada à agricultura e de um representante dos estabelecimentos de ensino agrícola".

As funções da Comissão Agrária são, segundo o mesmo artigo:

I – instruir e encaminhar os pedidos de aquisição e de desapropriação de terras;

II – manifestar-se sobre a lista dos candidatos selecionados para a adjudicação dos lotes;

III - oferecer sugestões à Delegacia Regional [do IBRA e, posteriormente, do INCRA] na elaboração e execução dos programas regionais de reforma agrária;

IV – acompanhar, até sua implantação, os programas de reforma nas áreas escolhidas, mantendo a Delegacia Regional informada sobre o andamento dos trabalhos.

Tratava-se, pois, de um importante espaço político definido pelo Plano Regional de Reforma Agrária de Pernambuco. Do lado do patronato, a FAEPE chamou várias organizações para compor a representação, enquanto do lado dos trabalhadores, a FETAPE ocupou todas as vagas, sem convidar nem CUT, nem CPT, nem Corrente Sindical Independente (COSTRI), nem cooperativas ou associação de agricultores familiares ou assentados. A Comissão Agrária de Pernambuco foi instalada na sede do INCRA, em Recife, no dia 19 de agosto de 1986, sob a presidência do diretor do INCRA em Pernambuco. Foi a seguinte a composição da Comissão:

Representantes do patronato:

- Gileno de Carli, presidente da Sociedade Auxiliadora da Agricultura;
- João Batista Siqueira de Albuquerque, diretor do Sindicato dos Cultivadores de Cana de Pernambuco (SINDICAPE);
- Pedro Anselmo, assessor do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool do Estado de Pernambuco (SINDAÇUCAR);
- Ismar Gomes Amorim, criador de cavalos de raças em Passira - PE;
- Maurílio Oliveira Antonino, membro do Conselho Fiscal da FAEPE e funcionário do SENAR-PE;
- Luis Távora de Arruda Barros (funcionário do SENAR-PE).

Representantes dos trabalhadores rurais:

- José Rodrigues da Silva, presidente da FETAPE.
- Severino Domingos da Silva, diretor da FETAPE;
- Romeu da Fonte, assessor jurídico da FETAPE;
- Antônio Marques, secretário geral da FETAPE;
- Israel Crispim Ramos, diretor da FETAPE;

- José Augusto de Santana, assessor jurídico da FETAPE.

Em síntese, os seguintes fatores contribuíram para a hegemonia da FETAPE no campo da representação dos trabalhadores rurais:

- As campanhas salariais anuais da cana de açúcar, sob a coordenação da FETAPE, trouxeram-lhe sempre ganhos políticos importantes;
- A permanente interlocução com os partidos políticos, com uma relativa autonomia em relação a esses partidos;
- A presença da FETAPE em todas as frentes de luta, embora com desigual intensidade: intensa, na luta salarial; moderada na luta pela terra; insignificante na luta pela produção.

Apesar das insuficiências mencionadas, a FETAPE marcou presença em todo o Estado.

5.6. A FETAPE e as organizações católicas

Não havia mais, durante a Nova República, a relação tão próxima entre a FETAPE e a Igreja, como houve, no anos 1960, quando o Padre Paulo Crespo, diretor do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), orientou na criação de muitos STRs e da própria FETAPE ⁽⁶⁴⁾. Entretanto, a influência desta organização reformista católica, seguidora da Doutrina Social da Igreja, continuou no movimento sindical pernambucano, especialmente em sua federação, através de uma prática sindical legalista. Romeu da Fonte, advogado ligado à Igreja, e assessor jurídico da FETAPE desde o início, foi um personagem importante nessa prática.

⁶⁴ Segundo a publicação da FETAPE, “a eleição da diretoria da FETAPE em congresso. Por uma reforma agrária imediata”, relativa ao congresso da entidade realizado em Recife de 26 a 28 e julho de 1987, “até 1965, 80% dos STRs haviam sido criados por orientação do SORPE (...) Entre os objetivos mais fortes da ação da Igreja estava o de tirar os trabalhadores da influência do Partido Comunista e das Ligas Camponesas, de inspiração marxista”, p. 2.

Quando se formou uma equipe de diretores mais experientes, com uma equipe de assessores capacitados, a FETAPE adquiriu autonomia em relação ao SORPE.

Não esqueçamos que o Estatuto da Terra, um documento legal promulgado pelo primeiro governo militar, teve entre seus elaborados José Gomes da Silva, pessoa de princípios católicos. O Estatuto foi sempre uma bandeira do movimento sindical brasileiro.

Mas, insurgiu-se contra esse legalismo a Corrente Sindical Independente, saída do Movimento de Evangelização Rural (MER), conforme relatado por José LAURENTINO Entrevista, 1992).

Dessa forma, o grupo dirigente da FETAPE, incorporou aos poucos outras lideranças e forças políticas como a Corrente Sindical Independente (COSTRI), que teve um de seus dirigentes na chapa eleita para a direção da FETAPE em 1987. Militantes da CUT vão compor a chapa de 1990, ocupando a presidência, com Manoel Santos, e mais duas diretorias. O grupo tradicional de dirigentes conservou a Secretaria de Política Salarial, com José Rodrigues. Era a política de entregar os anéis para não perder os dedos. Nas eleições de agosto de 1993, a CUT torna-se principal força política na direção da FETAPE.

Assim, a FETAPE manteve-se, embora com contestações, na representação hegemônica dos trabalhadores, modernizando seus quadros dirigentes e assumindo novas linhas de atuação

5.7. A FETAPE e as razões de sua força política

A FETAPE gozou de uma autonomia relativamente importante em relação ao sistema político, o que lhe garantiu uma força política reconhecida em Pernambuco. Isso se deveu em grande parte à constituição de uma equipe de assessores de alto nível técnico, alguns vindos dos primeiros anos de fundação dessa entidade e que nela permaneceram durante os anos da ditadura militar e continuaram durante a Nova República.

Também foi importante para a força política da FETAPE a continuidade, na sua direção, de uma mesma equipe de dirigentes que foram capazes de renovar as linhas de atuação da entidade ao longo de três décadas, atendendo às mudanças da conjuntura política do país. Vários desses dirigentes passaram à presidência da CONTAG, como José Francisco da Silva, Manoel Santos e Aristides Veras dos Santos. Outros dirigentes que também renovaram seus mandatos ao longo desses anos foram José Rodrigues da Silva, Antônio Marques e Euclides Nascimento. Também vindo dos primeiros anos de vida da entidade estavam os assessores Severino da Luz, o Biu da Luz, do setor de administração e finanças e Romeu da Fonte, advogado. Na assessoria econômica, atuaram durante vários anos, os economistas Reginaldo Muniz e Expedito Rufino, este tendo sido entrevista por mim.

Na Nova República, na época em que Arraes governava Pernambuco pela segunda vez, a FETAPE fortaleceu as equipes de assessoria dos seus 10 polos sindicais, para, inicialmente, apoiar a execução do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP).

Contribuiu também para o fortalecimento político da FETAPE o seu cuidado em estabelecer laços estreitos com a CONTAG desde 1968, quando assumiu a presidência desta confederação o pernambucano José Francisco da SILVA (Entrevista, 1992, p. 59), que me falou sobre isso:

Na direção da CONTAG eu estava sempre me relacionando com Pernambuco. Em razão da minha ida da FETAPE para a CONTAG eu levei um pouco esta visão de organização, de discussão, de luta do movimento sindical, para refletir com os companheiros dos outros Estados. (...) Minha grande força na CONTAG era o fato de eu não estar isolado. Eu era uma pessoa ligada à prática de trabalho de um Estado que tinha uma história, e eu também fazia parte desta história. Por causa disso eu era bem acolhido nos outros Estados (...)
A experiência vivida pela FETAPE forneceu as condições para que a CONTAG despertasse o respeito e o apoio de várias federações.

José Francisco da SILVA (1992, Entrevista) manifestou-se contrário à apresentação de candidaturas próprias do movimento sindical. A propósito das eleições municipais de outubro de 1992, ele me disse:

Minha preocupação com as candidaturas sindicalistas a eleições políticas é a perda de quadros por parte do movimento sindical, que carece de líderes. Em seguida, como é que as pessoas vão entender a existência de candidatos sindicais em Partidos diferentes? Como conseguir manter a unidade do movimento sindical? Apesar das

dificuldades, o movimento sindical de Pernambuco insistiu em lançar candidaturas. Embora, propriamente falando não seja o movimento sindical que lance a candidatura, mas o Partido, na prática é difícil fazer essa separação.

Para Moacir PALMEIRA (1989, p. 102) o sindicalismo desempenhou um papel muito importante para a afirmação política dos trabalhadores rurais. De acordo com este autor:

O surgimento dos sindicatos de trabalhadores rurais, associado a esta intervenção do Estado [nas relações de trabalho agrícola e na reforma agrária], contribuiu de modo decisivo para enfraquecer o modelo tradicional de dominação. Mesmo antes de intervir, a simples presença deste novo ator constituía uma ameaça a este modelo (...) Os riscos de cooptação dos sindicatos dos trabalhadores rurais pelo esquema tradicional de clientela, tornaram-se insignificantes graças à sua inserção numa estrutura vertical e nacional.

A transformação dos trabalhadores rurais em ator político alterou a qualidade da mediação do patronato, tornando-o mais aberto ao diálogo.

Quando perguntei a Pio GUERRA JUNIOR (1992, p. 70), se o exercício de altas funções públicas ligadas à agricultura tinha tornado o patronato mais favorável à negociação com os trabalhadores rurais, ele me respondeu:

Absolutamente não. As pessoas que ocuparam funções importantes no governo eram sobre tudo industriais. Armando Monteiro Filho era industrial, João Cleophas também, ele era usineiro no Estado do Rio de Janeiro. Os dois eram industriais e não agricultores, eram engenheiros e não agrônomos. Armando Monteiro era um construtor de estradas. Cleophas não tinha nada a ver com a agricultura. Os dois tinham terras, como muitos. Quanto a Oswaldo Lima Filho, ele foi investido desta função porque era um político ligado ao sistema de alianças do Presidente da República (...)
O usineiro é uma figura um pouco híbrida, pelo fato de ter uma usina e terras. Mas sua atividade econômica principal é industrial. A terra representa para ele o complemento de seu negócio.

Perguntei ainda a Pio GUERRA JUNIOR (Entrevista, 1992, p. 70), se ele acreditava que nos anos 50, as Ligas Camponesas tinham contribuído para que o patronato de Pernambuco adquirisse alguma experiência em administrar conflitos. Ele me respondeu:

Penso que sim. As Ligas forçaram os patrões a aprender a arte da negociação. Poucos patrões aprenderam a lição, mas os fatos criados exigiram que as duas partes compreendessem a necessidade da negociação.

Ainda a este propósito, perguntei a Cid SAMPAIO (Entrevista, 1992), se o fato de ter ocupado altas funções públicas ligadas à agricultura, teria contribuído para que o patronato de Pernambuco fosse mais experimentado em negociar com os trabalhadores. Para ele, essa influência foi mínima. A inexistência de diálogo ocorria pela falta de líderes « intelectualmente competentes nas duas classes ».

Antônio MARQUES (Entrevista, 1992), secretário geral da FETAPE, falou-me das dificuldades encontradas pelas organizações sindicais dos trabalhadores para negociar com o patronato. De acordo com ele fornecedores e usineiros são difíceis de negociar. O usineiro ainda é mais flexível porque numa greve o mais prejudicado é ele.

Para o fornecedor de cana Mauro OLIVEIRA CAVALCANTI (Entrevista, 1992, p. 34) os STRs da Zona Canavieira conseguiram novos direitos sociais em relação à primeira campanha, por ocasião do primeiro governo de Arraes. De acordo com ele:

A cada Convenção anual nós perdemos terreno para os assalariados. Tenho aqui uma copia da Convenção coletiva de 1964, quando se dizia que o governador Arraes era comunista. Hoje eu lutaria para se voltar a este contrato.

Em conclusão, a experiência do patronato no exercício de altas funções públicas não o tornou mais propenso ao diálogo com os trabalhadores. O que o levou à prática da negociação foram as pressões que ele sofreu do movimento sindical dos trabalhadores de Pernambuco, que defendiam seus direitos. Tendo negociado antes do Golpe Militar, sob ameaça de greve, os patrões não tiveram mais condições de não negociar depois, a partir do momento em que a conjuntura política da transição democrática permitiu aos trabalhadores usar formas de pressão mais fortes.

Entretanto, quando a conjuntura política é favorável ao patronato, ele toma naturalmente um comportamento de enfrentamento. Por exemplo, em 1990 e 1991, depois do segundo governo de Arraes, e por ocasião dos governos de Carlos Wilson Campos (de 01.04.1990 a 15.03.1991) e de Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti (de 15 de março de 1991 a 01.01.1995) as negociações diretas entre o patronato e a FETAPE, pela renovação das convenções coletivas,

nem chegaram a ter início. O patronato recusou-se a negociar. Os fornecedores não queriam negociar em conjunto com os usineiros. O Presidente da República era Fernando Collor, em cujo governo (de 15.03.1990 a 29.12.1992) o patronato da cana recuperou vários privilégios perdidos durante a Nova República. Por exemplo, Collor reiniciou a lhes pagar os subsídios. O patronato sucro-alcooleira procurou, em 1992, junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) anular cláusulas favoráveis aos trabalhadores, já julgadas pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Pernambuco ⁽⁶⁵⁾.

Em 1992, com a crise e queda do governo Collor, a conjuntura política passa a ser desfavorável ao patronato e favorável aos trabalhadores. A imprensa divulgou vários negócios obscuros do governo Collor, beneficiando os usineiros de Alagoas e de Pernambuco, como o caso de importações e exportações fictícias de álcool, para fazer sair dinheiro para o exterior. Isto contribuiu para que o patronato, em 1992, não tenha podido recusar-se a negociar diretamente um acordo com a FETAPE e os STRs da Zona Canavieira.

José Francisco da Silva, presidente da CONTAG entre 1968 e 1988, tendo anteriormente dirigido a FETAPE, destacou que a principal luta dos STRs de Pernambuco é a salarial (SILVA, Entrevista, 1992), que envolve 240.000 assalariados rurais.

Ele relativiza a importância das lutas pela terra antes de 1964, em Pernambuco, dizendo que eram uma novidade no país e por isso chamaram atenção (SILVA, Entrevista, 1992, p. 63):

Em 1963 não existia nada, estava se começando tudo. Qualquer conflito que aparecesse chamava a atenção do país inteiro. A coisa era nova. Por exemplo, quais eram as áreas de conflito que se deram aqui em Pernambuco? Galiléia... A gente pode listar uns quatro ou cinco, mas isso já era suficiente para chamar a atenção do país inteiro..

⁶⁵ - O Tribunal Superior do Trabalho (TST), dando apoio aos trabalhadores rurais, pronunciou-se afirmando que o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Pernambuco tinha a competência normativa para definir as cláusulas, e que os sindicatos de Pernambuco eram conhecidos pelo modo legalista que tinha sempre marcado suas campanhas salariais. Além disso, o TST confirmou ganhos importantes que os assalariados tinham obtido no TRT, como o pagamento em dobro das horas suplementares de trabalho, e de outros ganhos que nem o operário urbano tinha obtido.

6. MEDIAÇÃO DE MIGUEL ARRAES NO MEIO RURAL

Miguel Arraes ocupa um lugar de destaque na política pernambucana, com um perfil de conciliação entre os atores sociais do campo. Isso já havia ficado claro em seu primeiro governo (1963-1964). Vou analisar agora sua atuação no meio rural por ocasião de seu segundo governo, para o qual ele foi eleito pelo PMDB em 15 de novembro de 1986, tomou posse em 15 de março de 1987 e governou até 01.04.1990, quando se licenciou para candidatar-se a deputado federal nas eleições daquele ano, sendo então substituído por seu vice, Carlos Wilson Campos ⁽⁶⁶⁾.

Política de alianças para o segundo governo

Em seu segundo governo, Arraes gozava de uma maior confiança do patronato que no primeiro governo. O fato de que, em seu segundo governo, Arraes tenha posto a reforma agrária num plano secundário, certamente contribuiu para aliviar tensões entre ele e o patronato.

Em 15 de novembro de 1986, Arraes venceu as eleições para seu segundo governo de Pernambuco, pelo PMDB, tendo o usineiro Antônio Farias do Partido Municipalista Brasileiro (PMB) como senador, compondo sua chapa majoritária.

Em 1987, sob as bênçãos de Arraes, o patronato e os assalariados da cana assinaram mais um Acordo do Campo, que não teve a importância política e simbólica do acordo de 1964. O de 1987 foi um acordo a mais, como seria o de 1992, durante o governo de Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti ⁽⁶⁷⁾. O primeiro acordo, o de 1963, introduziu a prática da negociação anual entre o patronato e os trabalhadores da agroindústria açucareira, incluindo os assalariados rurais e os operários das usinas de açúcar. Essas negociações

⁶⁶ No final da ditadura e na Nova República, Miguel Arraes exercia seu primeiro mandato de deputado federal, pelo PSB, entre 1983 e 1986.

⁶⁷ - Joaquim Francisco de Moura Cavalcanti, é primo de José Francisco de Moura Cavalcanti, um de meus entrevistados.

anuais foram suspensas a partir do ano do golpe militar e retomadas em 1979 (68).

Expedito ARAUJO (Entrevista, 1992, p. 33), assessor da CONTAG, analisou as relações entre Arraes e o patronato, nestes termos:

O dr. Miguel Arraes, do ponto de vista político, acha que encarna a esquerda, encarna os sofrimentos, os desejos e as vontades do pobre. E que, estando ele à frente do governo, qualquer aliança pode ser feita porque ele está garantindo o rumo, porque ele está lá. Ele, a pessoa dele, não é nem o Partido. (...) A tendência do governo Arraes, tanto o primeiro como o segundo, foi fazer alianças à direita para se eleger bem e depois fazer o governo que ele considerava possível, para o futuro projeto político dele, e pouco explicitava qual era a política.

Em seguida, Expedito ARAUJO (Entrevista, 1992, p. 33) destacou a falta de uma linha política ao governo Arraes. De acordo com ele:

O último governo dele foi muito marcado por isso. As pessoas que se engajaram na campanha muito ampla e muito bonita, depois não sabiam que rumo tomar. E ele nunca deu rumos para o balisamento da política que ele achava que deveria ter o governo dele, nem do ponto de vista da região, nem do ponto de vista, mais geral, do país. Então, é um governo que ficou, politicamente, administrando o cotidiano, o curto prazo, sem estratégia de médio e longo prazo.

Os mesmos questionamentos fiz a Antônio MARQUES (Entrevista, 1992, p. 15), da FETAPE. De acordo com ele:

Arraes teve um papel fundamental no momento de seu primeiro governo, que coincidiu com o início da criação e da organização do movimento sindical. Havia um movimento no campo mas sem o nível de organização de hoje (...) Em 1987 Arraes repetiu o Acordo do Campo. Foi por ocasião de nosso oitavo Encontro para a oitava Campanha salarial. Já tínhamos uma boa prática e o Acordo foi mais uma homenagem para ele. Não é sem razão que ele é visto como um mito na zona da cana, e agora, também ao Sertão e no Agreste (...) Quando Arraes volta para seu segundo governo, os sindicatos tinham já mais de vinte anos de existência e a classe patronal era mais moderada. Por isso, o seu retorno não assustou os patrões" (...) Em relação à sua política de reforma agrária, é preciso se admitir que a questão da reforma agrária se situa mais no nível nacional. Embora o PNRA não tivesse sido um plano ideal, de qualquer modo o INCRA poderia ter feito mais. Quanto a Arraes, num Estado pobre, ele não sabia como avançar mais. E nós esperamos que ele tivesse avançado mais. Mas é preciso reconhecer que ele teve muitas dificuldades financeiras. Como um governador de Estado não poder expropriar mas só comprar terra, ele não tinha recursos para isto.

68 - O dissídio representa a alternativa judiciária das negociações salariais anuais, quando um acordo não é obtido por negociações diretas entre as duas partes.

O deputado Oswaldo LIMA FILHO (Entrevista, 1992, p. 198) destacou os alinhamentos de Arraes com políticos de direita, para tornar-se mais aceito pelo patronato. De acordo com ele:

Eu disse num discurso na Câmara dos Deputados que o governador Arraes, em seu segundo mandato, preocupou-se sobretudo em se aproximar da direita para desfazer a imagem que tinha deixado em seu primeiro mandato, que foi muito perturbado pela ação do Partido Comunista, das Ligas Camponesas, do Partido Socialista, da ação de Julião e de Gregório Bezerra, entre outros, que agitaram muito o Estado e deixaram no país a impressão de que o governo Arraes era comunista. As intervenções de seu segundo governo, sobre a reforma agrária, foram, por causa desta preocupação, muito moderadas, no sentido da conciliação. Eu cito, a este propósito, o exemplo do engenho Patrimônio, que era ocupado por posseiros há mais de trinta anos. Este engenho, que tinha pertencido à diocese de Nazaré da Mata, acabou sendo incorporado às terras da usina Santa Tereza, depois de uma sucessão de relações de arrendamento. A Usina, que pertencia a João Santos, conseguiu, pela violência, expulsar uma grande parte dos posseiros, durante a ditadura. Com a democratização do país, foi possível reagir a estes excessos. Eu mesmo, fiz vários discursos na Câmara Federal, contra estas violências. O processo de desapropriação do engenho, com todas as partes técnicas devidamente preparadas pelo INCRA de Pernambuco e pelo INCRA nacional, não foi concluído em razão da interferência do senador Marco Maciel, então Chefe da Casa Civil do presidente Sarney⁽⁶⁹⁾. Após a posse de Arraes, eu pleiteei dele que intervisse junto ao Presidente da República, a quem eu já havia solicitado, e junto à presidência do INCRA, para que essa desapropriação fosse autorizada. Arraes me respondeu que ele estava negociando uma solução conciliatória com José Santos, filho do Sr. João Santos e que ambos concordaram que a desapropriação se fizesse apenas na metade do engenho, que seria desapropriado por Títulos da Dívida Agrária⁽⁷⁰⁾ e a outra metade permaneceria em poder da Usina. E foi feito dessa forma o que satisfiz muito à Usina que nunca tivera terra lá, e havia tomado essas terras como um golpe de grileiro. Por aí você vê, é um caso onde tinha havido morte de camponeses. Havia uma insistência da minha parte e dos políticos que apoiaram Arraes, dos camponeses que apoiaram Arraes no município de Condado, para que esse engenho, que era um caso típico de violência e de crimes de terra, fosse corrigido. Não se conseguiu senão isso. Os grileiros ficaram com metade do engenho e receberam ainda uma indenização pela outra metade.

A força eleitoral de Arraes decorria de seu carisma de líder popular e de um leque de alianças bastante amplo. Segundo Abelardo Baltar da ROCHA⁽⁷¹⁾:

⁶⁹ - Marco Maciel tinha sido governador de Pernambuco de março de 1979 a maio de 1982, momento em que ele se licencia para se candidatar a senador, pelo PFL.

⁷⁰ - Os Títulos da Dívida Agrária constituem uma modalidade de pagamento prevista no Estatuto da Terra.

⁷¹ ROCHA, Abelardo Baltar da. Arraes: A vitória das alianças e um governo de esperanças. In: LAVAREDA, Antônio. **A vitória de Arraes**. Recife: Inojosa, 1987, p.37.

Saindo fechado da esquerda (autênticos do PMDB, PC, PC do B, PT e alas progressistas da Igreja), Arraes passou de relance pelo 'centro' e conseguiu importantes adesões na direita. Trabalhou bem no semiárido, conseguindo estabelecer alianças com expressivas lideranças conservadoras ali existentes (Fernando Coelho e Antônio Farias) e também com lideranças menores, aproveitando as contradições locais a nível municipal, entre os vários grupos oligárquicos. Procurou o apoio, exatamente, daqueles grupos desprezados por Roberto Magalhães, já que este último não governou com todas as forças que o apoiaram nas eleições de 1982, abrindo assim um grande flanco.

Destaque-se que, por ocasião da eleição de Arraes para o seu segundo governo, o prefeito de Recife era Jarbas Vasconcelos, também do PMDB.

Qual a razão de ter Arraes feito alianças à direita em 1986? Penso que Arraes quis evitar que se repetisse em seu segundo governo uma mobilização social semelhante à do primeiro governo, que tumultuou sua gestão, apesar de seu perfil moderado. Neste segundo governo ele aumentou sua aproximação política com o patronato e criou canais de interlocução com os militares, sem abandonar sua tradicional ligação com os trabalhadores através da FETAPE. Para isso, tomou algumas providências.

A primeira providência foi a de compor um secretariado com representantes dos trabalhadores e do patronato rural, além de dois gerais : um na Secretaria de Segurança Pública e outro no comando da Polícia Militar.

Uma segunda providência foi a de desenvolver ações em benefício dos trabalhadores rurais em torno de três eixos. O primeiro foi voltado para a política agrícola, inclusive o crédito rural, para quem já tivesse terra. O segundo eixo foi o do desenvolvimento rural de algumas regiões, apoiado na extensão da rede de eletrificação rural e na implantação de estruturas de irrigação. O terceiro eixo foi dirigido para os assalariados da cana, na Zona da Mata, através do projeto Chapéu de Palha, destinado a gerar empregos na entressafra da cana.

O problema da terra foi posto em segundo plano. Houve em seu governo algumas ações fundiárias, executadas pelo INCRA e pelo órgão de terras do Estado. Nos anos de 1987 e 1988, foram implantados cinco assentamentos sob a responsabilidade do órgão de terras do Estado (TABELA 12).

TABELA 12. PERNAMBUCO – 1987/88 – ASSENTAMENTOS IMPLANTADOS PELO ESTADO DE PERNAMBUCO, POR LOCALIDADE, NOME, ANO DE IMPLANTAÇÃO, ÁREA TOTAL, NÚMERO DE FAMÍLIAS E ÁREA MÉDIA DO LOTE, DURANTE A NOVA REPÚBLICA

LOCALIDADE: MESORREGIÃO, MICRORREGIÃO E MUNICÍPIO	NOME	ANO (⁷²)	ÁREA (ha)	Nº DE FAMÍLIAS	LOTE MÉDIO (ha)
A - ZONA DA MATA			<u>331</u>	<u>112</u>	<u>3,0</u>
<u>Mata Norte</u>					
Cabo	Faz. Esperança (⁷³)	1988	94	20	4,7
<u>Mata Sul</u>					
Condado	Patrimônio (⁷⁴)	1989	247	92	2,6
B - AGRESTE			<u>576</u>	<u>125</u>	<u>4,6</u>
Agreste Meridional			<u>255</u>	<u>33</u>	<u>7,7</u>
Bom Conselho	Mata Verde (⁷⁵)	1987	227	30	7,6
Iati	Serra dos Mares (Trapiá) (⁷⁶)	1987	255	33	7,7
Agreste Setentrional			<u>124</u>	<u>62</u>	<u>2,0</u>
Surubim	Umari de Casinhas (⁷⁷)	1988	124	62	2,0
TOTAL	5 assentamentos		<u>907</u>	<u>237</u>	<u>3,8</u>

FONTE: INCRA/Diretoria de Pernambuco.

A atuação do governador Arraes em relação ao processo de desapropriação do Engenho Patrimônio, em Condado, foi muito significativa para mostrar sua intenção de não gerar mal estar com o patronato canavieiro.

⁷² - 1987-1989: segundo governo de Miguel Arraes. Em 1990 assume Carlos Wilson Campos, vice-governador de Arraes, afastado antes do fim do mandato para candidatar-se a deputado federal.

⁷³ - A intervenção do INCRA na Fazenda Esperança foi provocada por uma ocupação de terra.

⁷⁴ - A intervenção no Engenho Patrimônio foi provocada por um longo conflito agrário com a expulsão de posseiros. Eu entrevistei um dos assentados, Marcos Luiz de Oliveira Bezerra. Finalmente, o imóvel foi comprado pelo INCRA.

⁷⁵ - Mata Verde foi comprada pelo Estado de Pernambuco em razão de um conflito entre os posseiros e a família dos proprietários.

⁷⁶ - A intervenção em Serra dos Mares deveu-se a uma ocupação de terra, inicialmente em Rancho Vê. Em momento posterior, tendo sido expulsos por ordem judicial, as mesmas famílias ocuparam uma propriedade em Serra dos Mares.

⁷⁷ - A intervenção em Umari de Casinhas foi provocada por um conflito longo devido à expulsão de foreiros. Nós entrevistamos um desses foreiros, Antônio Eleutério.

Patrimônio pertencia à diocese de Nazaré da Mata. Depois de arrendamentos sucessivos por parte da diocese, a usina Santa Tereza também arrendou este engenho, começando a expulsar os posseiros de maneira violenta. Um destes posseiros foi assassinado em 1987. O INCRA abriu um processo de desapropriação, mas o conflito acabou numa negociação entre o governador Miguel Arraes e o usineiro João Santos, em 1988, apesar de todos os estudos técnicos do INCRA apontarem o caminho da desapropriação como o mais adequado. O Estado pagou a usina por 35% das terras e aí instalou um projeto de assentamento estadual, com as famílias dos antigos posseiros. Os restantes 65% das terras ficaram com a usina Santa Teresa e os posseiros que viviam nessa área foram remanejados para a área adquirida.

O deputado Israel GUERRA FILHO, do PMDB, que em 1988 era assessor jurídico da FETAPE, fez uma análise do primeiro e do segundo governos de Miguel Arraes relativamente aos movimentos sociais do campo (Entrevista, 1992, p. 154):

Castro: O fato de Arraes tem mudado o seu comportamento, sendo mais moderado e procurando mais alianças com dissidências da direita, repercutiu no movimento sindical, por conta das ligações entre ele e a FETAPE?

Israel: Não tenho dúvida. O Arraes de 86 a 90 foi um Arraes extremamente pragmático, desde a escolha do Secretário de Segurança, quando chamou um general do exército, chamou outro general do exército para comandar a polícia militar, quer dizer, a área de segurança teve uma grande articulação com o exército, com as forças armadas. Tivemos um Arraes articulado com forças políticas ligadas a alguns setores conservadores, que momentaneamente tinham dissidências, como Antônio Farias, ligado aos latifundiários da região de Surubim, que era uma região de conflito histórico⁽⁷⁸⁾. Por outro lado, a FETAPE, que não conseguiu ter uma proposta de atuação dentro do governo de Arraes, por conta do mito, por conta do carisma que ele representava para os trabalhadores, e a própria posição de certa forma paternalista que ele sempre manteve, que tinha um lado positivo, mas, também outro lado extremamente negativo.

Esse comportamento mais pragmático de Arraes em seu segundo governo, procurando não criar atritos nem com os militares nem com a elite conservadora pernambucana, desagradou várias lideranças sindicais dos

⁷⁸ Antônio Farias foi convidado por Arraes para compor, com Mansueto de Lavor, a chapa majoritária como candidato a senador, sendo Arraes candidato a governador.

trabalhadores rurais. Entretanto, seu prestígio não foi abalado no meio popular onde ele continuava a ser chamado de «pai Arraia».

Expedito Rufino de ARAÚJO, em sua entrevista (1992) disse que houve uma certa frustração do movimento sindical e da FETAPE em relação ao segundo governo Arraes, no que diz respeito à reforma agrária.

Por ocasião de minha entrevista com Miguel ARRAES (Entrevista, 1992, p 189.) eu o questionei sobre o tema da reforma agrária. Naquele momento ele já havia concluído seu segundo mandato de governador e exercia um mandato de deputado federal por Pernambuco.

Castro: O tema da reforma agrária está superado?

Arraes: Nos termos clássicos, sim. A questão principal é o desenvolvimento da agricultura e da pecuária no Nordeste. Para chegar lá é preciso repensar todo o sistema de produção do Nordeste. Segundo o IBGE, há aqui milhões de proprietários de terra que não têm os meios de se desenvolver. Durante nosso governo nós tentamos executar junto de alguns açudes públicos um programa de pequena irrigação nas áreas que sobraram após o açude ter sido construído. Aproveitamos a população local, para habitá-la a irrigar. Mas os sindicatos vieram a pretender que essas pessoas fossem contradas como funcionários do Estado, o que eu não podia admitir. Entretanto, em vários desses lugares, após três anos, vários desses irrigantes já possuem um caminhão. Penso que se deveria desencorajar a grande irrigação e estimular a pequena. A atividade agrícola poderia integrar-se com a pecuária. Se o agricultor familiar tem três vacas, ele não precisa mais comprar adubo. Enfim, é preciso pensar em outras soluções, visando uma completa renovação do sistema de produção da agricultura e da pecuária no Nordeste.

Pode-se depreender dessas palavras de Arraes que ele se junta aos que não vêem viabilidade na reforma agrária, pelo menos no Estado de Pernambuco, e não apontou nenhuma saída para essa política em âmbito nacional.

Em 1990, Carlos Wilson Campos, seu substituto, instalou dois novos assentamentos estaduais em zonas de conflito. O primeiro foi o de Suape, com 3.000 ha, no município do Cabo de Santo Agostinho, para assentar 800 famílias. O segundo, o de Cruzeiro de Caiana, com 70 ha, no município de Surubim, para garantir a permanência de 50 famílias de posseiros que já moravam nesta fazenda, entre os quais Antônio Eleutério de Lima, entrevistado por mim.

Comparação entre o primeiro e o segundo governo de Arraes em relação ao campo

Desde seu primeiro governo, no período populista, Arraes esteve muito ligado aos trabalhadores da cana e à FETAPE. Naquele momento, ele promoveu e foi o mediador do famoso Acordo do Campo, celebrado entre o patronato e os assalariados da cana, especificando as tarefas de rotina nas plantações de cana e o salário mínimo para essa atividade.

Em seu segundo governo, já na Nova República, os vínculos entre Arraes e a FETAPE foram mantidos, embora com restrições por parte de algumas lideranças sindicais. O perfil moderado de Arraes é reafirmado, com sua disposição para o diálogo com o patronato, especialmente o sucro-alcooleiro. A influência que Arraes continuou a ter sobre alguns dirigentes da FETAPE contribuiu para que esta federação se mantivesse em sua linha de prática sindical legalista.

Analisando o segundo governo de Arraes, o deputado Oswaldo LIMA FILHO (Entrevista, 1992, p. 198) disse:

A única mudança efetiva durante o segundo governo de Arraes, e que foi uma iniciativa realmente útil, foi sua ação sobre o desemprego temporal nas plantações de cana, desemprego que afeta a metade dos assalariados durante cinco meses, que passam fome. Arraes criou o programa Chapéu de Palha, que deu um salário mínimo para cerca de cem mil trabalhadores. Fora isso, o governador mandou realizar alguns estudos, e obteve algumas doações de terras muito inexpressivas.

José Maria AZEVEDO (1992, Entrevista), presidente da OCEPE, considera que "o governo de Arraes não ajudou nem a agricultura, nem a pecuária. A Arraes só interessavam os assalariados da cana".

Quanto aos outros programas do segundo governo de Arraes, o Água na Roça ⁽⁷⁹⁾ e o Vaca na Corda ⁽⁸⁰⁾, voltados para os agricultores familiares, José Maria AZEVEDO (1992, Entrevista, p. 39) disse:

O Água na Roça em nada ajudou os agricultores. Este programa foi criado para beneficiar o Banco do Estado de Pernambuco (BANDEPE), e acabou prejudicando o Banco porque muitos produtores não

⁷⁹ - «Água na Roça» era um programa de pequena irrigação no Agreste e no Sertão, administrado pela Companhia Integrada de Serviços Agropecuários (CISAGRO), órgão da Secretaria de Agricultura do Estado.

⁸⁰ - O «Vaca na Corda» financiava uma vaca para o agricultor familiar.

reembolsaram os financiamentos. O programa Vaca na Corda fracassou. Os agricultores comeram todas as vacas e também não pagaram o Banco. Estes programas não pediram a colaboração das cooperativas. Eles eram administrados pelos organismos do Estado, em relação direta com os produtores. Eles criaram muitas associações com esta finalidade. Havia uma intenção eleitoral com esses programas. Quando os técnicos chagavam com as vacas, eles não diziam que era um programa do Estado, do BANDEPE ou da Secretaria de Agricultura. Eles diziam que era o governador que os tinha mandado. Isto contribuiu para os produtores não reembolsar o Banco. E, quando Arraes se candidatou, em 1990, a deputado federal ele foi muito bem eleito.

Antônio MARQUES (Entrevista, 1992, p. 14), dirigente da FETAPE por vários mandatos, destacou como os canavieiros endeusavam Arraes:

Arraes é como um deus para os canavieiros. Certa vez, eu entrei numa casa de engenho, na qual uma senhora, já velha, me chama, abre o santuário da casa para mostrar, dentro uma foto de Arraes. Ela me disse mesmo que ele era um santo. E ela passava este exemplo aos mais jovens, que consideravam Arraes como uma espécie de vovô.

Durante o segundo governo Arraes, o Programa de Apoio ao Agricultor familiar (PAPP) possibilitou que a FETAPE ampliasse suas equipes de assessores nos pólos sindicais, com vistas à execução deste Programa. Isso era considerado uma atividade-meio do programa. Como atividade-fim, o PAPP financiava sobretudo projetos produtivos e de infra-estrutura para agricultores familiares, a exemplo de uma Casa de Farinha no assentamento de Umari de Casinhas e uma pequena unidade de produção de doce, no assentamento Tabu, conforme constatei por ocasião de minhas entrevistas. Nestes dois assentamentos, localizados no polo sindical de Surubim, as famílias construíram suas próprias casas de alvenaria com recursos da comunidade.

Os agricultores familiares entrevistados diziam que eram gratos a Arraes não só pelos projetos que receberam, mas pela atitude acolhedora do governador. Também constatei isso em minha entrevista com Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Heleno Martins dos SANTOS (Entrevista, 1992, p. 100), tesoureiro do STR de Surubim, e assentado em Tabu fez os seguintes comentários:

No tempo do governo de Arraes, quando nós íamos a Recife para reivindicar nossos direitos, o governo não punha a polícia para nos intimidar. Hoje, quando os trabalhadores vão ao Palácio do Governo eles encontram um pelotão da polícia. Eu queria saber qual é o trabalhador que tenha coragem de dar um passo em frente e ser

espancado. Arraes nos recebia, discutia com a gente em volta de uma mesa. Eu mesmo estive três vezes nessa situação.

A FETAPE deu muita importância ao Chapéu de Palha, programa destinado a atenuar o aumento do desemprego na entressafra da cana na Zona da Mata. Para dirigir a Secretaria do Trabalho e de Ação Social, em seu segundo governo, Arraes convidou o assessor jurídico da FETAPE, o dr. Romeu da Fonte.

Após seu segundo governo, Arraes foi eleito com larga votação para a Câmara Federal nas eleições de 15 de novembro de 1988. Os resultados eleitorais revelaram que ele havia consolidado sua posição junto aos assalariados da cana de açúcar e ganhou novos espaços entre os agricultores familiares no Agreste e no Sertão, onde suas bases políticas eram menos expressivas.

Em conclusão, o segundo governo Arraes desenvolveu ações de caráter assistencial para grupos vulneráveis, como os assalariados da cana – através do Programa Chapéu de Palha – e para os agricultores familiares do Agreste e do Sertão, através do Programa Boi na Corda. Sobre a reforma agrária, Arraes não se destacou. Ele não estimulou a alternativa da desapropriação de terras, preferindo a resolução dos conflitos pela negociação e da compra do latifúndio, sobretudo quando a resolução do conflito envolvia o patronato canavieiro, como foi o caso do Engenho Patrimônio. E, no geral, ele contribuiu para a postura legalista da FETAPE em relação às políticas públicas.

CONCLUSÕES

Espero ter explicado nesta obra porque a grande mobilização pela reforma agrária ocorrida em Pernambuco nos anos de 1950 e 1960, antes do golpe militar de 1964, momento em que predominou o confronto, não se repetiu com a mesma intensidade na Nova República, entre 1985 e 1988, ocasião em que a negociação esteve mais presente. Sintetizo aqui alguns fatores explicativos desse fenômeno em três momentos : o pós-guerra, a ditadura militar e a Nova República.

MOMENTO DO PÓS-GUERRA

No pós-guerra, vários fatores internacionais, nacionais e locais contribuíram para que em Pernambuco houvesse uma grande mobilização social, inclusive no campo.

a) A polarização ideológica do pós-guerra (1945-1964)

Após a segunda guerra mundial, o mundo entrou num período de guerra-fria, com grande polarização ideológica entre as forças políticas progressistas e conservadoras, fato que se replicou em Pernambuco. Nas décadas de 1950 e 1960, houve nesse Estado, personalidades e entidades progressistas que apoiaram pequenos arrendatários, posseiros e minifundistas em torno da luta pela terra. Destacaram-se nessa luta: Gregório Bezerra, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Francisco Julião, deputado estadual do Partido Socialista Brasileiro (PSB), propagador das Ligas Camponesas, começando pelo Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, além de grupos políticos, inclusive trotskistas, que atuaram sobretudo na microrregião da Mata Norte.

b) Dois governadores progressistas em Pernambuco

Antes do golpe de 64, Pernambuco teve dois governadores que desenvolveram iniciativas voltadas para os trabalhadores rurais, incluindo a pauta da reforma agrária : Cid Sampaio (1959-1962) e Miguel Arraes (1963-1964). O primeiro fez várias desapropriações de terra, a começar pelo Engenho Galiléia, berço das Ligas Camponesas. O segundo, estabeleceu ligação política estratégica com o movimento sindical dos trabalhadores rurais e intermediou o célebre Acordo do Campo, entre o patronato e os trabalhadores canavieiros, no início de 1964, e ao término de uma greve geral. Embora de perfil moderado, Arraes abriu espaço, na administração estadual, para lideranças de esquerda que desenvolveram um trabalho de educação e de mobilização social a favor da reforma agrária.

E diferentemente das Ligas Camponesas o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais preferiu trilhar o caminho da negociação com as organizações patronais da agroindústria canavieira, em parte sob orientação da Igreja, que pregava a harmonia entre as classes sociais.

c) Governo federal prioriza a reforma agrária

A mobilização social pernambucana foi também favorecida pelo presença, na Presidência da República, do gaúcho João Goulart (1961-1964) que, nas suas Reformas de Base deu prioridade à reforma agrária e teve, para isso, o apoio de forma massificada, dos movimentos sociais rurais e urbanos.

MOMENTO DA DITADURA MILITAR (1964-1985)

a) Aniquilamento das organizações sociais e políticas progressistas durante a ditadura militar

A luta pela terra foi abafada pelo golpe militar, embora com algumas concessões, como o do conflito em torno da Usina Caxangá, em Pernambuco, que foi resolvido pelos militares com a desapropriação desta usina. Mas o Projeto Caxangá foi colocado sob estrito controle militar e policial.

Entretanto, o trabalho sindical junto aos assalariados da cana não foi interrompido durante a ditadura. A estrutura sindical foi preservada. Gradualmente, as diretorias sindicais pelegas, que não confrontavam o patronato, foram sendo substituídas por diretorias representativas dos assalariados, as quais iniciaram uma luta pelos direitos sociais, reconhecidos pelo Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado antes do Golpe Militar. Esta luta foi travada no âmbito da Justiça do Trabalho, em princípio através de processos individuais e, em seguida, em processos de ação coletiva.

b) A modernização da agricultura

A proposta da ditadura para o campo não era a reforma agrária, que constata na primeira parte do Estatuto da Terra, mas a modernização da agricultura, objeto da segunda parte desse Estatuto. Essa modernização conservadora agravou os conflitos agrários e a desigualdade na distribuição de terra.

c) No final da ditadura uma reforma agrária volta a ser admitida

Depois de uma interrupção de 14 anos, por conta do regime ditatorial do país, o movimento sindical passou a reivindicar a reforma agrária ao lado dos setores progressistas da sociedade civil. A partir de seu 3º Congresso, realizado de 21 a 25 de maio de 1979, a CONTAG inclui a reforma agrária como uma de suas lutas prioritárias.

A tutela militar imposta durante as negociações da formação da Aliança Democrática no período da transição democrática foi fator importantíssimo para explicar o arrefecimento da luta pela reforma agrária na Nova República.

MOMENTO DA NOVA REPÚBLICA (1985-1988)

a) O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a reforma agrária

Em 1985, no início da Nova República, a CONTAG contribuiu para a elaboração da Proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Em Pernambuco é elaborado o Plano Regional de Reforma Agrária de Pernambuco (PRRA – PE). Entretanto, a luta pela reforma agrária, ficou restrita, neste Estado, às áreas de conflito, cerca de setenta, e aos trabalhadores diretamente envolvidos. O movimento sindical vinculado à CONTAG seguiu sua linha tradicional de se articular e de negociar com as instituições do executivo, do legislativo e do judiciário, coisa que ela fez muito bem.

b) A não implantação do MST em Pernambuco

Durante a Nova República o MST não conseguiu se implantar em Pernambuco, em parte porque a FETAPE, que tinha, como dito, uma presença preponderante nos movimentos sociais no campo, dificultou a instalação desta organização em Pernambuco, o que poderia ameaçar a sua hegemonia na representação dos trabalhadores rurais. Além disso, a luta de ocupação de terra, que era a forma principal de luta do MST, não correspondia à luta de resistência na terra, que era o objetivo imediato da luta dos posseiros em Pernambuco.

O MST se instalaria em Pernambuco em 1990 sob as bênçãos da CPT. A ausência do MST em Pernambuco, durante a Nova República, foi certamente um fator que muito contribuiu para o não recrudescimento da luta pela terra nesse Estado.

c) O patronato rural de Pernambuco estava habituado a negociar

Pernambuco possui organizações patronais com legitimidade junto a suas bases sociais. É pernambucana a primeira organização patronal rural

brasileira, a Sociedade Auxiliadora da Agricultura (SAA), criada ainda no reinado de Dom Pedro II. As organizações do patronato rural da agroindústria canavieira são articuladas politicamente. A Federação da Agricultura de Pernambuco (FAEPE), que detem a representação legal do patronato, tem vinculados a si os Sindicatos Rurais (SR). Ao mesmo tempo, a FAEPE está muito ligada politicamente à CNA. Isso pode ser visto no fato de Pio Guerra ser ao mesmo tempo presidente da FAEPE e vice-presidente da CNA, que foi, nos anos 1980, presidida pelo mineiro Alisson Paulinelli, importante personalidade no empresariado rural brasileiro, e que liderou a formação da Frente Ampla da Agricultura, reunindo as mais diversas entidades patronais rurais e que não aceitou, em seu seio, a presença da UDR. A forte liderança de Pio Guerra, no meio empresarial, também foi um fator importante na condução moderada do tema da reforma agrária no Estado, tendo em vista a sua experiência como negociador. As organizações patronais rurais de Pernambuco, no geral, tiveram capacidade de negociar os conflitos com as organizações dos trabalhadores. Na Comissão Agrária instalada no INCRA-PE, integrada por entidades patronais e de trabalhadores, as diversas organizações patronais se fizeram representar.

Esse caráter negociador as entidades patronais pernambucanas se deve sobretudo à presença do Estado como importante regulador da economia pernambucana devido a dois fatores:

- (i) Desde os anos 1930, a principal atividade econômica de Pernambuco, a açucareira, vinda do início da colonização brasileira, passou a ser muito regulada pelo Estado, graças ao Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) ;
- (ii) Havia um arcabouço jurídico para normatizar as relações entre os atores econômicos nas relações de assalariamento. Com destaque para as relações trabalhistas na zona canavieira.

d) O patronato rural de Pernambuco não permitiu a implantação da UDR em Pernambuco

Do mesmo modo que a FETAPE dificultou a instalação do MST, as entidades patronais, como a FAEPE, o Sindicato dos Cultivadores de Cana e o Sindicato dos Usineiros, bloquearam a entrada da UDR em Pernambuco. Saliente-se que Pernambuco tem uma pecuária inexpressiva, sendo, conseqüentemente de menor destaque as associações de pecuaristas. E foram as associações de pecuaristas que fundaram a UDR no Centro-Oeste.

- e) As entidades sindicais dos trabalhadores rurais de Pernambuco estavam habituados a negociar

Do mesmo modo que as entidades patronais rurais, assim também o movimento sindical dos trabalhadores rurais de Pernambuco, estavam habituadas a negociar. O setor reformista da Igreja católica, no qual se destacava o SORPE, foi de um peso considerável na criação da FETAPE, o que contribuiu para que esta federação sempre buscasse o diálogo entre patrões e trabalhadores, conforme a orientação da Doutrina Social da Igreja. Alguns dirigentes sindicais muito importantes, como José Francisco da Silva, dirigente da FETAPE e da CONTAG, vieram de organizações católicas com esse perfil. Os conflitos eram administrados através da via legal, embora utilizando formas complementares de luta, inclusive a greve, o que foi feito em diversas ocasiões pelos assalariados da cana.

- f) O perfil de conciliador do político Miguel Arraes

No cenário social e político do campo pernambucano foi expressiva a atuação de Miguel Arraes, com seu perfil conciliador, sobretudo em seu segundo governo. No primeiro governo, ele conseguiu celebrar o Acordo do Campo, entre o patronato e os trabalhadores da cana; no segundo, com a maior confiança que ele passou a ter junto ao patronato, ele pôde contribuir para a pacificação do Estado, o que não havia conseguido no primeiro.

g) As organizações católicas

As organizações católicas de perfil contestador conseguiram que a luta pela terra fosse travada em Pernambuco, na Nova República, mas sem se chegar ao nível da mobilização das Ligas Camponesas Na Nova República, a presença mais efetiva nas áreas de conflito de terra em Pernambuco foi a da Pastoral Rural da Igreja Católica, substituída, em 1988, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Marcaram também presença nas lutas pela terra a Animação dos Cristãos no Mundo Rural (ACR), algumas dioceses e paróquias. o Movimento de Evangelização Rural (MER), que concentrou seus esforços junto aos assalariados da cana e transformou-se em Corrente Sindical Independente (COSTRI). Um de seus líderes chegou a ser dirigente da FETAPE. Vindo da militância na ACR migrou para o movimento sindical o sertanejo Manoel Santos, que chegou à presidência da FETAPE e da CONTAG, sendo depois eleito deputado estadual pelo PT.

h) A ausência de um projeto nacional de desenvolvimento, incluindo a reforma agrária

A ausência de um projeto nacional de desenvolvimento, incluindo a reforma agrária, certamente contribuiu para o que se consumou como o fracasso do Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República, no Brasil e em Pernambuco.

No momento em que finalizo estas páginas, o governo brasileiro voltou a ser exercido por Luis Inácio Lula da Silva, eleito com o apoio das forças progressistas, tendo que governar negociando com um parlamento de perfil conservador. As forças de direita, cada vez mais organizadas, são contrárias às políticas sociais e econômicas que beneficiam os trabalhadores, inclusive a reforma agrária. A tendência à conciliação e à impunidade, que domina a história política brasileira, é alimentada por aqueles que, no seio dos progressistas, querem tirar por menos a necessidade de confrontar as forças conservadoras.

As forças progressistas aguardam a realização de uma reforma agrária, que atenda aos seguintes objetivos :

- Mais justa repartição das terras agricultáveis disponíveis no país;
- Regularização fundiária em algumas áreas onde vivem povos tradicionais (índigenas e afro-descendentes) e pequenos agricultores.
- Redução da desigualdade social, tirando da pobreza extrema uma grande população que depende do campo para viver;
- Segurança alimentar, através da produção de alimentos para a sociedade rural e urbana;
- Priorizar o modelo de agricultura familiar sustentável, levando em conta os princípios da economia solidária;

Para se alcançar esses objetivos, é preciso constituir uma forte articulação de forças sociais e políticas que garantam a reconstrução da democracia brasileira e do desenvolvimento nacional, através de:

- Resgate do papel do Estado como regulador da economia, inclusive capital financeiro;
- Formulação de um grande projeto de desenvolvimento para o país, debatido com todos os atores políticos e sociais;
- Soberania nacional, em relação às grandes corporações e às grandes potências mundiais ;
- Grande mobilização popular, com a constituição de parcerias entre os atores políticos e sociais democráticos, inclusive internacionais, de modo a retomar-se, no Brasil, de forma sustentável, o caminho democrático.

REFERÊNCIAS

I. Livros e periódicos

- ABRAMOVAY, Ricardo. Lutas sociais no campo. In: REUNIÃO ANUAL SOBRE MÃO-DE-OBRA VOLANTE NA AGRICULTURA, IV, 1978, Botucatu. *Anais*. Botucatu: UNESP, 1978, p. 149-163.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Reforma Agrária: Política Social ou Alternativa de Desenvolvimento? *Tempo e Presença*, Rio de Janeiro, n. 221, p. 7-8, jul. 1987.
- ALBUQUERQUE, Lígia Pessoa de; ALVES Isaura Rufino. A seca de 1983. Um informe. *Boletim sobre população, emprego e renda no Nordeste*, Recife, 3(1), p. 73-86, jan.-abr. 1984.
- ALBUQUERQUE, Paulo Henrique Novaes Martins de. Participação das elites açucareiras na política pernambucana: alguns cenários prováveis. In: LÁVAREDA Antônio (org.). *A vitória de Arraes*. Recife: Inojosa, p. 63-81, 1987.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança. In: SORJ Bernardo; ALMEIDA Maria Hermínia Tavares de. *Sociedade e política no Brasil pós-1964*. São Paulo: Brasiliense, p. 191-214, 1983.
- ANDRADE, Manoel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1964.
- ANDRADE, Manoel Correia de. *Classes sociais e agricultura no Nordeste*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1985.
- ANDRADE, Manoel Correia de. *Latifúndio e reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Duas Cidades, 1980a.
- ANDRADE, Manoel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1986.
- ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. *Na margem do lago*. Um estudo sobre o sindicalismo rural. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1990. Originalmente apresentada como dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 1986.
- ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. O sindicalismo e a luta camponesa em Itaparica. In: *Movimentos sociais para além da dicotomia rural-urbano*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1985, p. 80-97.
- AVED, Bernardeth. *A vitória dos vencidos*. Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas (1955-1964). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1986.

- AVELAR, Maria Angélica Braga de. *O DNOCS e a irrigação do Nordeste*. Brasília: DNOCS, 1976.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BASTOS, Ana Célia de Souza. A CONCLAT e a organização nacional dos trabalhadores. *Cadernos do CEAS*, 76, p. 9-17, nov/dez. 1981.
- BASTOS, Elide Rugai. *As ligas camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BRADLEY, Sandra Maria Correia de. *Açúcar e Poder*. Recife: CONDEPE, 1978.
- BRUNO, Regina Angela L. UDR: os sem terra dos patrões. In: ENCONTRO DO PIPSA, 12, 1987a, Campinas. Impresso.
- BRUNO, Regina Angela L. UDR: Para além da violência. *Tempo e Presença*, 221, p. 14-16, jul. 1987b.
- BURSZTYN, Marcel. *O país das alianças*. Elites e continuismo no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1990.
- BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos*. Planejamento e clientelismo no Nordeste. Petrópolis: Vozes, 1984.
- CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes*. Padres e comunistas na revolução sem violência. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Álvaro, 1964.
- CAMARGO, Aspásia Alcântara de et alii. *Estado, participação política e democracia*. Brasília: CNPq, 1985.
- CAMARGO, Aspásia Alcântara de. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO Bóris (org.). *O Brasil Republicano*. Tomo III, v. 3. Sociedade e Política (1930-1964). São Paulo: Difel, p. 121-224, 1981.
- CAMARGO, Aspásia Alcântara de. Autoritarismo e Populismo: Bipolaridade no Sistema Político Brasileiro. *Dados*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 22-45, 1976. (Periódico do IUPERJ).
- CAMARGO, Aspásia Alcântara de; DINIZ Eli (orgs.). *Continuidade e mudança no Brasil da Nova República*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1989.
- CAMARGO, Aspásia Alcântara de; GOES Walder de. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981a.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *A democracia necessária*. São Paulo: Papirus, 1985.

- CARDOSO, Fernando Henrique. As classes no capitalismo contemporâneo. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 2/1, n.5, p. 5-28, jan.-mar. 1982. Periódico do Centro de Economia Política.
- CARLI, Gileno dé. *Aspectos de Economia Açucareira*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1942a.
- CARLI, Gileno dé. *O Processo Histórico da Usina em Pernambuco*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1942b.
- CARVALHO, Abdias Vilar de. Reforma Agrária. União e Cisão no Bloco Agrário Industrial. In: ARAUJO Braz José de (org.). *Reflexões sobre a agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 161-180, 1979.
- CARVALHO, Abdias Vilar de; D'INCAO Maria da Conceição (orgs.). 1982. *Reforma agrária*. Significado e viabilidade. Petrópolis: Vozes, 1982.
- CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. Coronelismo e neo-coronelismo: eternização do quadro de análise política do Nordeste? *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, 3, jul.-dez., p. 193-206, 1987. Periódico da Fundação Joaquim Nabuco.
- CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. *O PROTERRA: ideologia de justiça social e as bases do processo de acumulação de capital no Brasil*. Brasília, 1979. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Nacional de Brasília.
- CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Notas sobre a luta pela terra em Pernambuco – 1985/1988*. Cadernos do CEAS, Salvador, n.118, p. 43-55, nov.-dez. 1988
- CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Les relations entre les acteurs sociaux de l'agriculture*. Le Plan National de Réforme Agraire au Pernambouc (Brésil). (1985-1988). Université de la Sorbonne Nouvelle (Paris III). Paris, nov. 1993.
- CAVALCANTI, José Francisco de Moura. *Brasis que vivi: Memórias*, Recife: FUNDAJ, 1992.
- CERQUEIRA, Paulo César Lisboa; FREIRE Célia Maria Medeiros de. IV Congresso dos trabalhadores rurais. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 99, p. 22-35, set.-out. 1985.
- CHALOULT, Yves. Uma política de legitimação do Estado e rearticulação da pequena produção rural: o Projeto Nordeste. In: VI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 26 a 28 out. 1983, Águas de São Pedro-SP, 1983.
- CHALOULT, Yves. Uma das contradições da Nova República: o Projeto Nordeste. In: ENCONTRO ANUAL DO PIPSA, 11, 1985, Botucatu. *Anais*. Botucatu: UNESP, 1986, Botucatu, p. 416-461.
- CRESPO, Enes Paulo. O problema camponês no Nordeste brasileiro. *Síntese*, nº17, p. 55-66, 1973.

- CRESPO, Enes Paulo. *Pequeno resumo do movimento sindical rural em Pernambuco*. Recife, 1966.
- CRESPO, Enes Paulo. *Relatório das atividades dos grupos engajados na ação social*. Recife, 28 dezembro 1963. Impresso.
- D'INCAO, Maria Conceição. Governo de transição: entre o velho e o novo projeto político de reforma agrária. *Lua Nova*. São Paulo, n. 20, p. 89-120, maio 1990.
- DREIFUS, René Armand. *1964. A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DREIFUSS, René Armand. *O jogo da direita na Nova República*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira de Pernambuco (1840-1910)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/UNICAMP, 1977.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. 2.ed. Porto Alegre: Globo, 1977.
- FERRAZ DE SA, Maria Auxiliadora. *Dos velhos aos novos coronéis: um estudo das redefinições do coronelismo*. Recife: UFPE/PIMES, 1974.
- FONTE, Romeu da. Uma vitória de todos. *Diário de Pernambuco*, 15 out. 1992.
- FONTE, Romeu da. *Doutor Romeu*. Recife: FacForm, 2009.
- FORMAN, Shepard. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GALILEIA, Zito da. *A história das ligas camponesas*. Testemunho de quem a viveu. Recife: CEPE, 2017.
- GEHLEN, Ivaldo. *Terres de lutte et luttés pour la terre: Etudes sur le mouvement social pour la terre et la réforme agraire au sud du Brésil*. Nanterre, 1991. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Paris X, 2 vol.
- GROS, Christian. *Quel avenir pour la réforme agraire au Brésil? Le Brésil à l'aube du troisième millénaire*, p. 1-15, 1990 (Coleção : Travaux et mémoires de l'IHEAL)
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GURGEL, Antonio de Padua e FLEISCHER David, *O Brasil vai às urnas: retrato da campanha presidencial*. Brasília: Ed. Thesaurus, 1990.
- IANNI, Octávio. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975
- IANNI, Octávio. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

- JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968.
- KOURY, Mauro. Breve história do movimento camponês no Nordeste. *Rev. Raízes*, nº 2-3, p.167-175, jan.-dez./1983.
- LEAL, Laurindo (org.). *Reforma agrária da Nova República*. Contradições e alternativas. São Paulo: Cortez/EDUC, São Paulo, 1985.
- LESSA, Sônia. *O movimento sindical em Pernambuco: 1958-1968*. Recife, 1985. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Pernambuco.
- LESSA, Sônia. Violência no campo: o PNRA não é um instrumento da paz social. In: PESSOA, Pessoa (org.). *Política fundiária no Nordeste: caminhos e descaminhos*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1990, p. 169-192.
- LIMA FILHO, Oswaldo. *Política Brasileira - 1945-1990 - Uma Visão Nacionalista*. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1993.
- LISITA, Cyro. *Violence et pouvoir*. Paris, 1992. Tese (Doutorado de Estado em Sociologia) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2 vol.
- LORENA, Carlos; VEIGA José Eli Savóia da. A Nova República e a reforma agrária: uma avaliação crítica. *Reforma Agrária*, Campinas, nº 1, abr.-jun., ABRA, p. 70-76, 1987.
- MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MARTINS, José de Souza. *A reforma agrária e os limites da democracia na Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1986a.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvoio de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MINISTRO ENTREGA CHEQUES para desenvolver projeto. *Diário de Pernambuco*. Recife, p. A-14, 22 dez. 1983,. Disponível em www.bndigital.bn.gov.br.
- MIRANDA, Ricardo N. *Avaliação do POLONORDESTE*. Banco do Nordeste do Brasil. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, vol. 21, n. 1, p. 107-139, jan./mar. 1990.
- MONTEIRO FILHO, Armando. *Anteprojeto de Reforma Agrária*. Aumento da produtividade, humanização do homem do campo. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1962. Série Documentária n. 18.
- MONTEIRO FILHO, Armando. *Foi assim: Memórias, histórias, depoimentos e confissões*. Recife: Bargaço, 2010

- MOORE JUNIOR, Barrington Jr. *As origens sociais da ditadura e da democracia. Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Santos: Martins Fontes, 1975.
- MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas do Brasil. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *História e Natureza das Ligas Camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- MOURA CAVALCANTI, José Francisco de. *Brasis que vivi*. Recife: FUNDAJ/Massangano, 1992.
- NOVAES, Regina C. Reyes. Igreja católica, reforma agrária e Nova República, *Movimentos sociais: para além da dicotomia rural-urbano*. Recife: Liber, p. 71-79, 1985.
- PALMEIRA, Moacir Soares Gracindo. Modernização, estado e questão agrária, *Estudos Avançados*, São Paulo, 3(7), p. 87-108, 1989.
- PERANI, Claudio. Comissão Pastoral da Terra: novidades e questionamentos, in CPT (org.) *Conquistar a terra, reconstruir a vida. CPT - dez anos de caminhada*. Petrópolis: Vozes, p. 67-90, 1985.
- PEREIRA, Caroline Nascimento; CASTRO, Cesar Nunes de. *Assistência técnica e extensão rural no Brasil: uma análise do Censo Agropecuário de 2017*. Brasília: IPEA, 2020 (Boletim regional, urbano e ambiental, p. 131-140, jul-dez. 2020). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/brua24art12>
- PERRUCCI, Gadiel. Introdução. In: *Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife*, Recife-PE, out. 1887. Recife, CEPA, 1978 (Edição comemorativa do centenário do congresso).
- PESSOA, Dirceu (org.). *Política fundiária no Nordeste: caminhos e descaminhos*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1990.
- PETRINA, Cláudia. CNRA: a Campanha Nacional pela Reforma Agrária, maio de 1993. Disponível em: www.d-p-h.info, acesso em 12.09.2020.
- PILATTI, Adriano. *Marchas de uma contramarcha: transição, UDR e Constituinte*. Rio de Janeiro, 1988. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas), Pontifícia Universidade Católica.
- PINTO, Luzia Alice Conejo Guedes. *A CONTAG: uma organização contraditória*. Brasília, 1978. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Nacional de Brasília.
- POIRIER, Jean ; CLAPIER-VALLADON, Simone ; RAYBAUT, Paul. *Les récits de vie: Théorie et pratique*. Paris, Presses Universitaires de France, 1983.
- PRADO JUNIOR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.

- RANGEL, Ignácio. *A questão agrária brasileira*. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.
- RIBEIRO, Nelson. *Caminhada e esperança da reforma agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- RICCI, Rudá. *A CONTAG no Governo de transição: um ator à procura de um texto*. São Paulo: Caderno CEDEC, n° 15, 1990.
- ROCHA, Abelardo Baltar da. Arraes: A vitória das alianças e um governo de esperanças. In: LAVAREDA, Antônio. *A vitória de Arraes*. Recife: Inojosa, 1987.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. "Sindicalismo e Classe Operária" (1930-1964)". In: FAUSTO Bóris (sob a direção de). *O Brasil Republicano*. Tomo III, 3° vol. Sociedade e Política (1930-1964). Rio de Janeiro: Difel, 1981, pp. 507-555
- SAAVEDRA DURÃO, Jorge Eduardo. O 4° Congresso Nacional dos trabalhadores rurais e a questão agrária. *Reforma Agrária*, Campinas, 15(2), p. 34-40, mai.-jul. 1985. (Periódico da ABRA).
- SAMPAIO, Cid. *Quatro anos de Governo*. Recife: Oficinas de Mousinho Artefatos de Papel Ltda, 1963.
- SAMPAIO, Cid. *Pronunciamentos: 1983-1987*. Brasília: Senado Federal, 1987.
- SAMPAIO, Plínio de Arruda; GRAZIANO DA SILVA José. A questão agrária no Brasil: o que realmente mudou nos anos 80/85? *Reforma Agrária*, Campinas, ano 17, n° 3, p.11-19, dez.1987-mar. 1988. (Periódico da ABRA).
- SANTOS, Ana Maria dos. *Desenvolvimento, Trabalho e Reforma Agrária no Brasil, 1950-1964*. In: Revista digital Tempo (Periódico da Universidade Federal Fluminense)
- SIGAUD, Lygia. A presença política dos camponeses: uma questão de reconhecimento. In: CÂMARGO Aspásia Alcântara de; DINIZ Eli (orgs.). *Continuidade e mudança no Brasil da Nova República*. São Paulo: Vértice, p. 163-183, 1989.
- SIGAUD, Lygia. *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos*. Estudo sobre os trabalhadores da cana de açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979b.
- SILVA, Daniel Neves. *Escravidão no Brasil: formas de resistência*. Disponível em www.brasilecola.uol.com.br
- SILVA, José Francisco da. A situação agrária e a posição do movimento dos trabalhadores rurais. *Vozes*, Petrópolis, 75(2), p. 5-13, mar. 1981.
- SILVA, José Gomes da. *A reforma agrária no Brasil. Frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento?* Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

- SILVA, José Gomes da. *Buraco negro*. A reforma agrária na Constituinte. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989a.
- SILVA, José Gomes da. *Caindo por terra*. Crises da Reforma Agrária na Nova República. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- SILVA, José Graziano da. Mas, qual reforma agrária? *Reforma Agrária*. Campinas: ABRA, 17(1), p. 11-69, abr.-jun. 1985b.
- SILVA, José Graziano da. *O que é a questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Coleção Primeiros Passos).
- SILVA, José Graziano da. *Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985b.
- SILVA, José Graziano da. Reforma agrária, já? In: LEAL Laurindo (coord.), *Reforma agrária da Nova República. Contradições e alternativas*, Cortez Editora/EDUC, São Paulo, p. 57-76, 1985a.
- SOARES, José Arlindo. *A frente do Recife e o Governo do Arraes. Nacionalismo em crise - 1955/1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982
- SOUZA, João Bosco Medeiros de. *Direito agrário: Lições básicas*. São Paulo: Saraiva, 1985.
- SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro*. Rio de Janeiro: GMT Editores Ltda. 2019.
- SCHWARCZ Lília M. E STARLLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 2015.
- TAVARES, Ricardo. *CONTAG, da ditadura à transição - memória social e construção política do campesinato*. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- TOURAINÉ, Alain. *La parole et le sang: Politique et société en Amérique latine*. Paris: Odile Jacob, 1988.
- TOURAINÉ, Alain. *Le retour de l'acteur: Essai de sociologie*. Paris: Fayard, 1984.
- VEIGA, José Eli da. *A reforma que virou suco: Uma introdução ao dilema agrário do Brasil*. Vozes, Petrópolis, 1990.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Mudanças e tensões sociais no meio rural de Pernambuco*, Recife: CONDEPE, 1970.
- WEID, Jean Marc von der. *A promoção do desenvolvimento rural sustentável e o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais*. Rio de Janeiro, AS-PTA, 1998.

II. Entrevistas concedidas ao autor

- ANDRADE, Antônio Celso Cavalcanti de. Entrevista concedida a Francisco de Paula Falcão e Castro, em 30 jul. 1992. In: CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Reforma Agrária em Pernambuco, vol. 2. Entrevistas com empresários e políticos*. Recife, Editora da UFRPE, 2025.
- ARAUJO, Expedito Rufino de. Entrevista concedida a Francisco de Paula Falcão e Castro em 12 nov. 1992. In: CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Reforma Agrária em Pernambuco, vol. 3. Entrevistas com sindicalistas, cooperativistas e lideranças católicas*. Recife, Editora da UFRPE, 2025.
- ARRAES DE ALENCAR, Miguel. Entrevista concedida a Francisco de Paula Falcão e Castro em 13 nov. 1992. In: CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Reforma Agrária em Pernambuco, vol. 2. Entrevistas com empresários e políticos*. Recife, Editora da UFRPE, 2025.
- AZEVEDO, José Maria. Entrevista concedida a Francisco de Paula Falcão e Castro em 16 jun. 1992. In: CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Reforma Agrária em Pernambuco, vol. 3. Entrevistas com sindicalistas, cooperativistas e lideranças católicas*. Recife, Editora da UFRPE, 2025.
- BEZERRA, Marcos Luiz de Oliveira. Entrevista concedida a Francisco de Paula Falcão e Castro em 27 out. 1992. In: CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Reforma Agrária em Pernambuco, vol. 3. Entrevistas com sindicalistas, cooperativistas e lideranças católicas*. Recife, Editora da UFRPE, 2025.
- CARLI, Gileno dé. Entrevista concedida a Francisco de Paula Falcão e Castro em 14 mai. 1992. In: CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Reforma Agrária em Pernambuco, vol. 2. Entrevistas com empresários e políticos*. Recife, Editora da UFRPE, 2025.
- CARNEIRO LEÃO, Gerson. Entrevista concedida a Francisco de Paula Falcão e Castro em 01 set. 1992. In: CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Reforma Agrária em Pernambuco, vol. 2. Entrevistas com empresários e políticos*. Recife, Editora da UFRPE, 2025.
- CAVALCANTI, Mauro de Oliveira. Entrevista concedida a Francisco de Paula Falcão e Castro em 04 set. 1992. In: CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Reforma Agrária em Pernambuco, vol. 2. Entrevistas com empresários e políticos*. Recife, Editora da UFRPE, 2025.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Entrevista concedida a Francisco de Paula Falcão e Castro em 02 set. 1992. In: CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Reforma Agrária em Pernambuco, vol. 3. Entrevistas com sindicalistas, cooperativistas e lideranças católicas*. Recife, Editora da UFRPE, 2025.
- CRESPO, Enes Paulo. Entrevista concedida a Francisco de Paula Falcão e Castro em 11 out. 1992. In: CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Reforma Agrária em Pernambuco, vol. 3. Entrevistas com sindicalistas, cooperativistas e lideranças católicas*. Recife, Editora da UFRPE, 2025.
- DANTAS, Paulo. Entrevista concedida a Francisco de Paula Falcão e Castro em 23 out. 1992. In: CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Reforma Agrária em Pernambuco, vol. 2. Entrevistas com empresários e políticos*. Recife, Editora da UFRPE, 2025.

- ELEUTÉRIO, Antônio. Entrevista concedida a Francisco de Paula Falcão e Castro em 29 ago. 1992. In: CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Reforma Agrária em Pernambuco, vol. 3. Entrevistas com sindicalistas, cooperativistas e lideranças católicas*. Recife, Editora da UFRPE, 2025.
- GODOY, Antônio Ribeiro de. Entrevista concedida a Francisco de Paula Falcão e Castro em 29 jul. 1992. In: CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Reforma Agrária em Pernambuco, vol. 2. Entrevistas com empresários e políticos*. Recife, Editora da UFRPE, 2025.
- GUERRA FILHO, Israel. Entrevista concedida a Francisco de Paula Falcão e Castro em 08 set. 1992. In: CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Reforma Agrária em Pernambuco, vol. 2. Entrevistas com empresários e políticos*. Recife, Editora da UFRPE, 2025.
- GUERRA JUNIOR, Pio. Entrevista concedida a Francisco de Paula Falcão e Castro em 11 jun. 1992. In: CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Reforma Agrária em Pernambuco, vol. 2. Entrevistas com empresários e políticos*. Recife, Editora da UFRPE, 2025.
- LAURENTINO, José. Entrevista concedida a Francisco de Paula Falcão e Castro em 03 jul. 1992. In: CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Reforma Agrária em Pernambuco, vol. 3. Entrevistas com sindicalistas, cooperativistas e lideranças católicas*. Recife, Editora da UFRPE, 2025.
- LIMA FILHO, Oswaldo. Entrevista concedida a Francisco de Paula Falcão e Castro em 24 jul. 1992. In: CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Reforma Agrária em Pernambuco, vol. 2. Entrevistas com empresários e políticos*. Recife, Editora da UFRPE, 2025.
- LIMA, Antônio Eleutério de. Entrevista concedida a Francisco de Paula Falcão e Castro em 03 jul. 1992. In: CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Reforma Agrária em Pernambuco, vol. 3. Entrevistas com sindicalistas, cooperativistas e lideranças católicas*. Recife, Editora da UFRPE, 2025.
- MARQUES, Antônio. Entrevista concedida a Francisco de Paula Falcão e Castro em 12 e 14 set. 1992. In: CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Reforma Agrária em Pernambuco, vol. 3. Entrevistas com sindicalistas, cooperativistas e lideranças católicas*. Recife, Editora da UFRPE, 2025.
- MELO FILHO, João Monteiro de. Entrevista concedida a Francisco de Paula Falcão e Castro em 20 ago. 1992. In: CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Reforma Agrária em Pernambuco, vol. 2. Entrevistas com empresários e políticos*. Recife, Editora da UFRPE, 2025.
- MONTEIRO FILHO, Armando. Entrevista concedida a Francisco de Paula Falcão e Castro em 10 set. 1992. In: CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Reforma Agrária em Pernambuco, vol. 2. Entrevistas com empresários e políticos*. Recife, Editora da UFRPE, 2025.
- MORAES, Rodolfo de Andrade. Entrevista concedida a Francisco de Paula Falcão e Castro em 13 ago. 1992. In: CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Reforma Agrária em Pernambuco, vol. 2. Entrevistas com empresários e políticos*. Recife, Editora da UFRPE, 2025.

- MOURA CAVALCANTI, José Francisco de. Entrevista concedida a Francisco de Paula Falcão e Castro em 13 mai. 1992. In: CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Reforma Agrária em Pernambuco, vol. 2. Entrevistas com empresários e políticos*. Recife, Editora da UFRPE, 2025.
- OLIVEIRA, Malaquias Anselmo de. Entrevista concedida a Francisco de Paula Falcão e Castro em 18 jun. 1992. In: CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Reforma Agrária em Pernambuco, vol. 3. Entrevistas com sindicalistas, cooperativistas e lideranças católicas*. Recife, Editora da UFRPE, 2025.
- OLIVEIRA, Severino. Entrevista concedida a Francisco de Paula Falcão e Castro em 29 ago. 1992. In: CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Reforma Agrária em Pernambuco, vol. 3. Entrevistas com sindicalistas, cooperativistas e lideranças católicas*. Recife, Editora da UFRPE, 2025.
- PERMAN, Luiz Augusto. Entrevista concedida a Francisco de Paula Falcão e Castro em 10 out. 1992. In: CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Reforma Agrária em Pernambuco, vol. 2. Entrevistas com empresários e políticos*. Recife, Editora da UFRPE, 2025.
- SAMPAIO, Cid Feijó. Entrevista concedida a Francisco de Paula Falcão e Castro em 23 jul. 1992. In: CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Reforma Agrária em Pernambuco, vol. 2. Entrevistas com empresários e políticos*. Recife, Editora da UFRPE, 2025.
- SANTOS, Aristides Veras dos. Entrevista concedida a Francisco de Paula Falcão e Castro em 16 jun. 1992. In: CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Reforma Agrária em Pernambuco, vol. 3. Entrevistas com sindicalistas, cooperativistas e lideranças católicas*. Recife, Editora da UFRPE, 2025.
- SANTOS, Heleno Martins dos. Entrevista concedida a Francisco de Paula Falcão e Castro em 29 ago. 1992. In: CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Reforma Agrária em Pernambuco, vol. 3. Entrevistas com sindicalistas, cooperativistas e lideranças católicas*. Recife, Editora da UFRPE, 2025.
- SILVA, José Francisco da. Entrevista concedida a Francisco de Paula Falcão e Castro em 05 out. 1992. In: CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Reforma Agrária em Pernambuco, vol. 3. Entrevistas com sindicalistas, cooperativistas e lideranças católicas*. Recife, Editora da UFRPE, 2025.
- SIQUEIRA, José Queiroz. Entrevista concedida a Francisco de Paula Falcão e Castro em 19 out. 1992. In: CASTRO, Francisco de Paula Falcão e. *Reforma Agrária em Pernambuco, vol. 2. Entrevistas com empresários e políticos*. Recife, Editora da UFRPE, 2025.

III. Documentos

A. Documentos de órgãos públicos

- BRASIL. Decreto nº 53.517, de 31 de janeiro de 1964. Reconhece a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG), *Coleção das leis de 1964 - Volume II - Atos do Poder Executivo*, Departamento de Imprensa Oficial, 1964.
- BRASIL. Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963. Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural. *Vade-mecum agrário*, Brasília: INCRA, v.2, p. 771-805.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 25 de jul. 2006.
- IBGE. *Censo Agropecuário de Pernambuco – 1985*. Rio de Janeiro, 1991.
- INCRA. *Estatuto da Terra*. Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964. Brasília: INCRA, [s.d.]. Extraído de Coletânea – MEAF, 1983.
- INCRA-PE. *O Novo INCRA em Pernambuco: Relato de oito meses de afirmação e mudanças*. Recife, jan. 1986.
- INCRA-PE. *Plano Regional de Reforma Agrária - Estado de Pernambuco (1986-1989)*. Recife: INCRA, dez. 1985.
- MEAF/PROGRAMA NACIONAL DE POLÍTICA FUNDIÁRIA. *COLETÂNEA*: Brasília: MEAF, 1983.
- MINAGRI. *Programa nacional de promoção de pequenos produtores rurais*. Brasília: MINAGRI, 1980.
- MIRAD/INCRA. *Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA*. Brasília: MIRAD/INCRA, 1985a.
- MIRAD/INCRA. *Proposta para a elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República – PNRA*. Brasília: MIRAD/INCRA, 1985.

B. Documentos de entidades sindicais, religiosas e populares

- ACORDO COLETIVO de trabalho que entre si celebram, de um lado os STRs de Aliança, Goiana, Itapissuma, Itamaracá, Tracunhaém e Buenos Aires e a AGRÍMEX. Igarassu-PE, 15 ago. 1991.
- CANAVIEIROS também fazem greve hoje. *Diário de Pernambuco*, Recife, 5 out. 1992.
- CELAM. *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio*. Conclusões de Medellín. Petrópolis: Vozes, 1969.
- CNBB/Regionais do Nordeste. Considerações sobre o homem e a seca no Nordeste. *Vozes*, Petrópolis, 77(9), p.5-24, nov. 1983.
- CNBB/Regional Nordeste II/Pastoral Rural. *Os descompassos da reforma agrária em 1987 – Pernambuco*. Recife: Pastoral Rural, 1987., Impresso.

- CNPA. *Campanha Nacional pela Reforma Agrária*. 1983, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Codecri, 1983. (A CNRA era integrada pela CONTAG, CPT, CIMI, CNBB, ABRA e IBASE)
- CONCLAT. *Anais da I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras*: Praia Grande-SP. 21 a 23 ago.1981. São Paulo: Comissão Nacional pró-CUT, 1981
- CONTAG. *A reforma agrária e a empresa comunitária*. Brasília: CONTAG, 1973..
- CONTAG. *A lavoura canvieira do Brasil e a situação dos seus trabalhadores, com especial referência ao problema do GERAN* – Documento apresentado no I Encontro Regional dos Trabalhadores da Lavoura Canvieira. Carpina-PE, 9 a 11 mar. 1967. Rio de Janeiro: CONTAG, 1967 (Coleção CONTAG. Questões Agrárias. Documento n° 2)
- CONTAG. *Anais do II Congresso dos Trabalhadores Rurais*: Brasília, 21 a 25 mai. 1973. Brasília-DF, 1973.
- CONTAG. *Anais do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*: Brasília: 21 a 25 mai. 1979. Brasília, 1979.
- CONTAG. *Anais do IV congresso nacional dos trabalhadores rurais*:. Brasília, 21 a 25 mai. 1985. Brasília-DF, 1985.
- CONTAG. *Carta do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais Brasileiros aos Constituintes*, Brasília, 10 de outubro 1988b. Impresso.
- CONTAG. *Estatutos*, Brasília, 1991. Impresso.
- CONTAG. *Lutas camponesas no Brasil*, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981a.
- CONTAG. *Material de apoio às discussões do V congresso nacional dos trabalhadores rurais*: 26 a 30 nov. 1991. Brasília, 1991.
- CONTAG. Questões Nacionais. In: *Encontro Nacional da CONTAG*, Brasília, fev. 1988. Brasília, 1988a. Impresso.
- CONTAG. Viabilidade política da reforma agrária. *Vozes*, 75(3), abr. p.18-23, 1981b.
- CONTAG/CPT/CUT/MST. *Contra a violência do latifúndio*. Pela paz no campo, 03 out. 1987. Brasília, 1987. (Carta dirigida ao ministro da Justiça, Paulo BROSSARD). Impresso.
- CONTAG/FETAGS. *Relatório do encontro sobre processo de trabalho na lavoura canvieira*: Carpina-PE, 22 a 24 jul. 1992. Brasília, 1992, Impresso..
- CPT. *A história da CPT-NE (Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte) como regional: uma lacuna a preencher no processo de avaliação (Texto provisório. Notas para debate)*. Recife: agosto 1971. Impresso.
- CPT. *Conquistar a terra, reconstruir a vida. CPT: Dez anos de caminhada*. Petrópolis: Vozes, 1985.

- CPT. *CPT: Pastoral e Compromisso*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- CPT/NORDESTE II. *Conflitos no Campo – 1991: Terra negada, vida proibida. A resistência dos trabalhadores na terra*. Recife, 1991.
- CPT/NORDESTE II. *Levantamento das áreas de conflito e assentamento, por comunidade, município, número de famílias, situação atual e propostas*. Situação até fevereiro de 1988. Recife, [s.d.]
- CRESPO, Enes Paulo. *Relatório das atividades dos grupos engajados na ação social*. Recife, 28 dez. 1963. Impresso.
- CUT. *Resoluções do 1º Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais*: s.l., 1990. São Paulo, Impresso.
- DECLARAÇÃO DOS BISPOS DO NORDESTE - Reunião de Campina Grande, 1976. CNBB. Pastoral da Terra. São Paulo: Paulinas, 1976. (Estudos da CNBB 11).
- EDUCATER. *Histórico dos trabalhadores rurais nas áreas de conflito*, Recife, 8 abr.1987. Impresso.
- EDUCATER. *Relatório da Reunião das Áreas de Conflito e Assentamento*. Avalia as consequências da extinção do INCRA pelo Decreto Lei 2.363 de 21 out. 1987, Recife, 03 nov. 1987. Impresso.
- EDUCATER. *Relatório do I Encontro das Áreas de Conflito de Terra em Pernambuco*: Seminário de Olinda-PE, 7 e 8 jul. 1986. Impresso.
- EDUCATER. *Relatório do II Encontro das Áreas de Conflito de Terra de Pernambuco*: Seminário de Olinda-PE, de 20 a 22 abr. 1987. Impresso.
- EDUCATER. *Relatório do III Encontro das Áreas de Conflito de Terra Pernambuco*: Igarassu-PE, 17 a 19 mai. 1988. Impresso.
- EDUCATER. *Relatório de Atividades*. Jan./dez. 1988. Recife, 1988. Impresso.
- EDUCATER. *Relatório do Encontro da Comissão das Áreas de Conflito e Assentamento de Pernambuco*: CECOSNE, Recife-PE, 05 e 06 jan. 1988. Recife, 1988. Impresso.
- EDUCATER. *Relatório do I Encontro das Áreas de Assentamento de Pernambuco*: CECOSNE, Recife-PE. 7 a 11 ago. 1987. Recife, 1987. Impresso.
- EDUCATER. *Relatório do II Encontro das Áreas de Assentamento do Estado de Pernambuco*: Centro Mariápolis, Igarassu-PE. 5 a 7 dez. 1988. Recife, 1988.
- EDUCATER. *Relatório do II Encontro Regional das Áreas de Conflito e Assentamento da CPT-NE (RN, PB, PE e AL)*: Seminário Cristo Rei, Camaragibe-PE. 31 de nov. A 22 dez. 1990. Recife, 1990.

- EDUCATER. *Levantamento das Áreas de Conflito e Assentamento de Pernambuco*, Recife, fev. 1988.
- FETAPE. *Açúcar com gosto de sangue. Violências na zona canavieira de Pernambuco* - 18 de março. Recife, 1984a.
- FETAPE. *Atuação do movimento sindical dos trabalhadores rurais de Pernambuco com relação ao programa de emergência nas áreas atingidas pela seca: ano de 1981*. Recife, 1981b.
- FETAPE. *Carta ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim Francisco Cavalcanti, Governador Estado de Pernambuco*, Recife, 29 de abril 1991. (Propostas sobre o programa de emprego durante a entressafra da lavoura da cana de açúcar). 1991a.
- FETAPE. *Conclusões do Congresso Estadual em Preparação ao V Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais* – Recife-PE, 16 a 18 jul. Recife, 1991b.
- FETAPE. *Conclusões do Seminário sobre o Projeto Nordeste em Pernambuco*. Olinda, 7 e 8 mai. 1985. Recife, 1985a. Impresso.
- FETAPE. *Congresso Estadual dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco. Preparatório ao Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais*: Recife, 7 a 9 dez, 1984. Recife, 1984d
- FETAPE. *Direitos dos trabalhadores rurais da zona canavieira do Estado de Pernambuco garantidos pelo dissídio coletivo 1983/1984*. Recife, out.1983c.
- FETAPE. *Documento público dos trabalhadores rurais das áreas de conflito de Pernambuco*. Anexo ao Ofício 170/86 da FETAPE, encaminhado ao diretor regional do INCRA em Pernambuco em 02 mai. 1986. Recife, FETAPE, 02.05.1986
- FETAPE. *Dossiê de violências* – 1983. Recife. 1983b.
- FETAPE. *Dossiê de violências* – 1984. FETAPE, Recife 1984e.
- FETAPE. *Dossiê de violências. Assassinatos* - Jan. a Jun. 1987. Recife. 1987c.
- FETAPE. *Dossiê de violências. Da Violência Patronal contra os Trabalhadores Rurais* - 1985. Casos do conhecimento da FETAPE. Recife. 1985c.
- FETAPE. *Dossiê de violências. Violência Patronal contra os Trabalhadores Rurais* - 1986. Recife, 1986.
- FETAPE. *Encontro Estadual de Lideranças Sindicais Participantes da Política Partidária*: Carpina-PE, 5 e 6 mar. 1992. Recife, 1992a
- FETAPE. *Encontro regional. STRs Zona Canavieira. Preparatório ao IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais*: Carpina, 19 a 21 nov. 1984. Recife, 1984c.
- FETAPE. *Estatuto Social*. Recife. 1990b.

- FETAPE. *II Encontro de Formação Política com Sindicalistas Candidatos às Eleições Municipais, Carpina, 3 e 4 jun. 1992b*
- FETAPE. *Manifesto de lançamento da campanha salarial de 1984 dos trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco, à sociedade pernambucana e brasileira, ao movimento sindical dos trabalhadores urbanos, às instituições democráticas e populares, aos órgãos governamentais estaduais e federais - 6 de setembro. Recife, 1984b.*
- FETAPE. *O mínimo que um delegado sindical precisa saber.* FETAPE, Recife, set. 1987b.
- FETAPE. *O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco e as Eleições de 1982.* Recife, 1982, Impresso.
- FETAPE. *Posicionamento do movimento sindical sobre o novo programa de combate aos efeitos da seca,* Recife, 1981c., Impresso.
- FETAPE. *Primeira eleição da diretoria da FETAPE em Congresso: Por uma reforma agrária imediata.* Recife, 26 a 28 jul. 1987. Recife, 1987.
- FETAPE. *Racionalização da agroindústria canavieira de Pernambuco com distribuição das terras excedentes para os trabalhadores rurais. Resposta dos trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco, através dos seus Sindicatos, FETAPE, CONTAG à proposta apresentada pelos Usineiros de redução na jornada de trabalho com redução dos salários.* FETAPE, Recife, 1983a.
- FETAPE. *Reivindicações dos trabalhadores da lavoura canavieira a serem apresentadas e votadas nas assembleias convocadas na forma da lei N° 4.330/64 pelos sindicatos de trabalhadores rurais da Zona Canavieira de Pernambuco.* Recife: FETAPE, 1980a, Impresso.
- FETAPE. *Reivindicações dos trabalhadores rurais da lavoura canavieira do Estado de Pernambuco a serem apresentadas e votadas nas assembleias convocadas pelos sindicatos dos trabalhadores rurais da Zona Canavieira de Pernambuco, conforme dispõem os Estatutos Sociais e a legislação em vigor - Ano de 1991,* Recife, 1991c. Impresso.
- FETAPE. *Relatório Anual de Atividades - 1979,* Recife, 1980b. Impresso.
- FETAPE. *Relatório Anual de Atividades – 1987.* Recife, 1987d. Impresso.
- FETAPE. *Relatório dos diretores de STR de Pernambuco candidatos à eleição partidária de 1992,* Recife, 1992c Impresso.
- FETAPE. *Resumo da história do sindicalismo,* Recife, mai, 1988a. Impresso.
- FETAPE. *Segunda eleição da diretoria da FETAPE em Congresso. Proposta de ação para o triênio 1990/1993:* Recife-PE, 3 a 5 ago. 1990. Recife, 1990a.
- FETAPE. *Treinamento - Conclusões de encontro do formação:* Olinda, 5 a 8 abr.1998. Recife, 1988b.
- FETAPE. *Violência no campo de Pernambuco. 1988.* Recife. 1988c

- FETAPE/CEAS/PASTORAL RURAL. *II Encontro das áreas de conflito de terra de Pernambuco*. Olinda, 20 a 22 abr. 1987. Recife [s.d.]. Impresso.
- FETAPE/CEAS/PASTORAL RURAL. *Relatório de reunião das áreas de conflito e assentamento*, Recife, 03 nov. 1987, Recife, [s.d.]. Impresso. (Evento suscitado pela extinção do INCRA, em 21 out. 1987).
- FETAPE/CEAS/PASTORAL RURAL. *Relatório do III Encontro das áreas de assentamento do Estado de Pernambuco*. Propostas e formas de luta. Igarassu, 17 a 19 mai. 1988. Recife, [s.d.]. Impresso.
- FETAPE/CONTAG/STRS DA ZONA CANAVIEIRA DE PERNAMBUCO. *À sociedade pernambucana e brasileira, trabalhadores da cana posicionam-se contra o desemprego na zona canavieira*: Recife, 15 mai. 1985. Recife, 1985b.
- FETAPE/STRS/COMISSÕES DE BASE. *Relatório do I Encontro das Áreas de Conflito de Pernambuco*, Seminário de Olinda, 07 e 08 jul. 1986. Recife, 1986. (José Francisco da SILVA, presidente da CONTAG e o superintendente do INCRA-PE, fizeram pronunciamentos nesse evento).
- HISTÓRICO DOS TRABALHADORES rurais nas áreas de conflito, Recife, 08 abr. 1987. Recife, 1987.
- JOÃO XXIII. *Carta Encíclica Mater et Magistra*. Brasília: CNBB, 1961.
- MST. *Construindo o caminho*, MST, Sao Paulo, 1986.
- MST. I Congresso Nacional dos Trabalhadores sem Terra. *Vozes*, 79(2), mar.-abr. 1985. pp. 58-62.
- MST. Reforma agrária: a farsa do Govêrno - 17 de outubro de 1985. *Vozes*, 80(1), jan.-fev., 1986 pp. 67-68.
- MST/Direção Nacional. *Balanço da "Reforma Agrária" em 1988 e nos quatro anos da "reforma agrária" da Nova República*. 30 dez. 1987. São Paulo: MST, 30 dez. 1988.
- MST/Secretaria Nacional. *Balanço dos três anos da "reforma agrária" do governo José Sarney*, 30 dez. 1987. Brasília: MST/Secretaria Nacional, 1987.
- OS SINDICATOS E O PROBLEMA DA SECA. Conclusões do III encontro regional sobre o problema da seca, Teresina-PI, 15 a 19 ago. 1983. *Cadernos do CEAS*, (88), nov.-dez., 1983. pp.40-47.
- SORPE. *Os trabalhadores rurais querem ser agentes do desenvolvimento do Nordeste plantando dois hectares*. Recife, 1962.
- ULTAB. *Mensagem – Conclusões da Primeira Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais*. Natal, RN, 15 a 20 de julho de 1963.

C. Documentos das organizações do patronato rural

- AFCP/Departamento Técnico. *Produção Canavieira de Pernambuco*. Recife, 1991.
- BAIXA PRODUTIVIDADE leva setor canavieiro a falência. *Diário de Pernambuco*, Recife, 2 out. 1992. (Coluna semanal da Associação dos Fornecedoros de Cana de açúcar de Pernambuco - AFCP).
- CNA. *Estatutos*. Brasília, 1989.
- FAREP. FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Organização da Vida Rural*, Recife, 1952. (Publicações da FAREP, n° 1 - Conferência de Lauro BORBA, presidente)
- FAREP. FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. 1953. *Estatutos*, Recife.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE REFORMA AGRARIA. *Posição da classe rural perante o 1° PNRA*, Confederação Nacional da Agricultura, Brasília, 1985.
- FAREP. FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Plano de Colonização e de Exploração Agrícola*, Recife. 1957.
- FAEPE. FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DE PERNAMBUCO. FAEPE - *Informa*, 1 (2), out./nov.. Recife, 1987.
- FAEPE. FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DE PERNAMBUCO. FAEPE - *Informa*, 1 (3), dez.1987/jan.1988
- FAEPE. FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DE PERNAMBUCO. *Informativo Circular*, n° 3, jan./fév. 1992.
- FAEPE. FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DE PERNAMBUCO. *Informativo Circular*, n° 6, jul./ago. 1992.
- GUERRA JUNIOR Pio. Entrevista à revista Nelore, de abril de 1991, p. 55-53.
- SAA. *Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife - Outubro de 1878*, Evento realizado em Recife de 6 a 13 de outubro de 1878. Recife: FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA, Recife, 1978. Edição comemorativa do centenário do congresso.
- SINDAÇÚCAR. *Estudo sobre o 1° PNRA*: nas deficiências jurídico-formais, nos conceitos e ações conflitantes com o Estatuto da Terra, e dos aspectos técnicos e práticos da sua aplicação na Zona Canavieira do Estado de Pernambuco, Recife, 1985.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – LISTA DAS TABELAS

TABELA 1. PERNAMBUCO – 1964/84 – ASSENTAMENTOS IMPLANTADOS PELO GOVERNO FEDERAL NA DITADURA MILITAR, POR LOCALIDADE, NOME DO ASSENTAMENTO, ANO DE IMPLANTAÇÃO, ÁREA TOTAL, NÚMERO DE FAMÍLIAS, ÁREA MÉDIA DO LOTE E FORMA DE AQUISIÇÃO DA TERRA.....	39
TABELA 2. BRASIL – 1964/88 – NÚMERO DE TRABALHADORES RURAIS E DE SINDICALISTAS MORTOS EM CONFLITOS AGRÁRIOS, POR REGIÃO E ANO.....	44
TABELA 3. NORDESTE – 1964/88 – NÚMERO DE TRABALHADORES E DE SINDICALISTAS RURAIS MORTOS EM CONFLITOS AGRÁRIOS, POR ANO E POR ESTADO.....	45
TABELA 4. BRASIL – 1984 - NÚMERO DE TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA OU COM POUCA TERRA, SEGUNDO AS CATEGORIAS DE PRODUTOR.....	62
TABELA 5. PERNAMBUCO – 1985 - REGIÕES PRIORITÁRIAS PARA A REFORMA AGRÁRIA SEGUNDO A SUPERFÍCIE DISPONÍVEL E O NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS.....	71
TABELA 6. PERNAMBUCO – 1985/88 – ASSENTAMENTOS IMPLANTADOS PELO GOVERNO FEDERAL NA NOVA REPÚBLICA, POR LOCALIDADE, NOME DO ASSENTAMENTO, ANO DE IMPLANTAÇÃO, ÁREA TOTAL, NÚMERO DE FAMÍLIAS, ÁREA MÉDIA DO LOTE E FORMA DE AQUISIÇÃO DA TERRA.....	73
TABELA 7. PERNAMBUCO, NORDESTE E BRASIL – 1985/88 – ÁREA ADQUIRIDA E FAMÍLIAS ASSENTADAS, SEGUNDO O PREVISTO NO PNRA E O REALIZADO.....	76

TABELA 8. PERNAMBUCO – 1985/88 – NÚMERO DE CONFLITOS RURAIS SEGUNDO O TIPO DE CONFLITO.....	82
TABELA 9. PERNAMBUCO E BAHIA – 1984 - NÚMERO DE FAMÍLIAS ATINGIDAS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ITAPARICA, SEGUNDO A CATEGORIA DE PRODUTOR.....	82
TABELA 10. PERNAMBUCO – 1985 – NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR CATEGORIA E MESORREGIÃO.....	85
TABELA 11. PERNAMBUCO. – 1979/93 – CAMPANHAS SALARIAIS DOS CANAVIEIROS, POR ANO, COM O USO OU NÃO DA GREVE E A FORMA DE NEGOCIAÇÃO.....	87
TABELA 12. PERNAMBUCO – 1987/88 – ASSENTAMENTOS IMPLANTADOS PELO ESTADO DE PERNAMBUCO, POR LOCALIDADE, NOME, ANO DE IMPLANTAÇÃO, ÁREA TOTAL, NÚMERO DE FAMÍLIAS E ÁREA MÉDIA DO LOTE, DURANTE A NOVA REPÚBLICA	152

APÊNDICE 1 – LISTA DOS ENTREVISTADOS

1ª CATEGORIA: PATRONATO RURAL (entrevistas no 2º volume desta obra)

Subcategoria 1: representantes do patronato rural em geral

- 1) Antônio Ribeiro de Godoy, primeiro presidente da Federação da Agricultura do Estado de Pernambuco (FAEPE), ex-Secretário de Agricultura de Pernambuco. Ele também figura no grupo dos políticos.
- 2) Gileno de Carli, presidente da Sociedade Auxiliadora da Agricultura (SAA).
- 3) Pio Guerra Júnior, presidente da Federação de Agricultura do Estado de Pernambuco (FAEPE).

Subcategoria 2: usineiros.

- 1) Armando Monteiro Filho. Ele também figura no grupo dos políticos. Sua entrevista está no grupo dos políticos.
- 2) Cid Feijó Sampaio. Ele também figura no grupo dos políticos. Sua entrevista está no grupo dos políticos.

Subcategoria 3: fornecedores de cana

- 1) Antonio Celso Cavalcanti de Andrade, presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco (AFCP).
- 2) Gerson Carneiro Leão, Presidente do Sindicato dos Cultivadores de Cana de Pernambuco (SINDICAPE).
- 3) Luiz Augusto Perman, vice-presidente do SINDICAPE.
- 4) Mauro Oliveira Cavalcanti, fornecedor médio em Nazaré da Mata.

Subcategoria 4 : pecuaristas

- 1) José Maria Azevedo, grande produtor de leite em Garanhuns. Ele também figura no grupo dos dirigentes de cooperativas agropecuárias.
- 2) José Queiroz Siqueira, latifundiário no Pará, residente em Recife.
- 3) Paulo Dantas, pecuarista e latifundiário em Buíque, no Agreste.
- 4) Rodolfo Moraes, presidente da Sociedade Nordestina dos Criadores (SNC).

2ª CATEGORIA: POLÍTICOS (entrevistas no 2º volume desta obra)

- 1) Antônio Ribeiro de Godoy, secretário de Agricultura de Pernambuco e primeiro presidente da Federação da Agricultura do Estado de Pernambuco (FAEPE) Ele também figura no grupo do patronato agrário.
- 2) Armando Monteiro Filho, ministro da Agricultura de João Goulart e usineiro. Ele também figura no grupo do patronato agrário.
- 3) Cid Feijó Sampaio, governador de Pernambuco e usineiro. Ele também figura no grupo do patronato agrário.
- 4) Miguel Arraes de Alencar, governador de Pernambuco.
- 5) Israel Dourado Guerra Filho, deputado estadual de Pernambuco. Ele também figura no grupo do trabalhadores rurais, como seu assessor jurídico.
- 6) João Monteiro de Melo Filho, interlocutor de Cid Sampaio junto às Ligas Camponesas.
- 7) José Francisco de Moura Cavalcanti, governador de Pernambuco.
- 8) Oswaldo Lima Filho, deputado federal relator da reforma agrária na Constituinte (1987/88).

3ª CATEGORIA: LIDERANÇAS DE TRABALHADORES RURAIS (entrevistas no 3º volume desta obra)

Subcategoria 1: dirigentes da FETAPE e da CONTAG.

- 1) Antônio Marques, diretor de Política Agrícola da FETAPE.
- 2) Aristides Veras dos Santos, secretário do Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores de Pernambuco (CUT-PE), presidente da FETAPE e CONTAG.
- 3) José Francisco da Silva, juiz do Tribunal Superior do Trabalho e presidente da CONTAG.

Subcategoria 2: trabalhadores rurais e dirigentes sindicais de base

- 1) José Laurentino do Carmo, presidente do STR de Igarassu, Itapissuma e Itamaracá.
- 2) **Marcos** Luiz Oliveira Bezerra, assentado no Engenho Patrimônio, em Condado, coordenador local da CPT.

- 3) STR de Surubim. Foram entrevistados em grupo:
- a. Antônio Eleutério de Lima, assentado e ex militante das Ligas;
 - b. Heleno Martins dos Santos, assentado.
 - c. Severino José de Oliveira, trabalhador sem terra.

Subcategoria 3 : assessores sindicais

- 1) Expedito Rufino de Araújo, assessor da CONTAG e FE**TAPE**.
- 9) Israel Dourado Guerra Filho, assessor da FETAPE. Deputado estadual. Ele também figura no grupo dos políticos. Sua entrevista está no grupo dos políticos (2º Volume desta obra).

4ª CATEGORIA: DIRIGENTES DE COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS
(entrevistas no 3º volume desta obra)

- 1) José Maria Azevedo, presidente da OCEPE. Ele também figura no grupo do patronato rural, na categoria de pecuarista.
- 2) Malaquias Anselmo de Oliveira, vice-presidente da OCEPE.

5ª CATEGORIA: LIDERANÇAS DE ORGANIZAÇÕES CATÓLICAS (entrevistas no 3º volume desta obra)

- 1) Comissão Pastoral da Terra (CPT). Foram entrevistados em grupo:
 - a. Padre Hermínio Canova, coordenador regional;
 - b. Artur Pelegrino (José Artur Tavares de Brito), assessor regional.
 - c. Flávio Lira, assessor regional;
 - d. José Aldo dos Santos, assessor regional;
 - e. Lenivaldo Marques, assessor regional.
 - f. Zacarias Bezerra das Chagas, assessor regional;
- 2) Padre Crespo (Enes Paulo Crespo), fundador do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE).

APÊNDICE 3 – LISTA DAS SIGLAS

ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
ACR	Animação dos Cristãos no Meio Rural ⁽⁸¹⁾
AFCP	Associação dos Fornecedoros de Cana de Pernambuco ⁽⁸²⁾
ANCARPE	Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural – Serviço de Extensão Rural do Estado de Pernambuco
AP	Ação Popular
APCR	Programa de Apoio às Pequenas Comunidades Rurais
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASSOCENE	Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste
BNCC	Banco Nacional de Crédito Cooperativo ⁽⁸³⁾
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ⁽⁸⁴⁾ .
CAGEP	Companhia de Armazens Gerais do Estado de Pernambuco
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores ⁽⁸⁵⁾
CGT	Confederação Nacional dos Trabalhadores ⁽⁸⁶⁾
CGT	Central Geral dos Trabalhadores ⁽⁸⁷⁾
CEASA	Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco
CECAPAS	Centro de Formação em Agricultura Alternativa do Pequeno Produtor ⁽⁸⁸⁾
CENTRU	Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural ⁽⁸⁹⁾
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CIEP	Centro das Indústrias de Pernambuco
CILPE	Companhia de Industrialização do Leite de Pernambuco

⁸¹ A ACR era chamada de Ação Católica Rural por ocasião de sua fundação em Recife no ano de 1965, com a chegada, a convite do arcebispo Dom Hélder Câmara, do Padre José Servat, vindo da França, onde era assistente da ACR francesa.

⁸² Entidade criada, em Recife, em 18 de abril de 1944.

⁸³ O BNCC foi criado em 1951 por Getúlio Vargas e extinto em 1990 por Fernando Collor.

⁸⁴ O banco, criado em 20 de junho de 1952, como BNDE, depois acrescentou um S à sigla

⁸⁵ Essa entidade foi criada nos anos 1960 e extinta pelo Golpe Militar de 1964.

⁸⁶ Essa entidade foi criada em 1983.

⁸⁷ Essa entidade foi criada em 1989.

⁸⁸ Essa entidade era vinculada à CNBB Nordeste-II.

⁸⁹ Essa entidade foi criada em Recife, em 12 de maio de 1982, por Manoel da Conceição Santos, um dos fundadores do PT de Pernambuco.

CIRA	Cooperativa Integrada de Reforma Agrária ⁽⁹⁰⁾
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPA	Campanha Nacional pela Reforma Agrária
CNTA	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura ⁽⁹¹⁾
COAF	Cooperativa dos Fornecedores de Cana de Pernambuco ⁽⁹²⁾
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco de do Parnaíba ⁽⁹³⁾
COHAB	Companhia de Habitação Popular
CONCLAT	1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras ⁽⁹⁴⁾
CONCLAT	Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras ⁽⁹⁵⁾
CONSIR	Comissão de Sindicalização Rural ⁽⁹⁶⁾
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares ⁽⁹⁷⁾

⁹⁰ A Usina Caxangá, em Pernambuco, quando foi desapropriada, teve nela instalada, pelo INCRA, uma CIRA, cujos membros eram os novos assentados.

⁹¹ A CNTA foi criada durante o governo João Goulart, representando os trabalhadores de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, que possuía sindicatos e federações de assalariados rurais.

⁹² A COAF, cooperativa filiada à OCB, possui duas sedes, uma em Recife e a outra em Timbaúba, onde arrendou a usina Cruangi e a pôs para funcionar. e onde produz e vende açúcar, etanol, aguardente e biomassa.

⁹³ Fundada em 1948 como Comissão do Vale do São Francisco.

⁹⁴ A CONCLAT, como conferência, foi realizada em Praia Grande, São Paulo, de 21 a 23 de agosto de 1981. Nela foi criada a Comissão Nacional pró-CUT, que dois anos depois deu origem à CUT.

⁹⁵ A CONCLAT como Coordenação, foi criada no Congresso Nacional da Classe Trabalhadoras, realizado em São Bernardo do Campo, em agosto de 1983, em torno das discussões realizadas em Praia Grande. A CONCLAT foi substituída, em 1986, pela Central Geral dos Trabalhadores (CGT) que, em 1988, mudou o nome para Confederação Geral dos Trabalhadores, mantendo a sigla CGT. Em 1989 foi reativada a Central Geral dos Trabalhadores, com a mesma sigla, passando a haver, nesse momento, duas CGTs. A CONTAG ficou filiada à CONCLAT. Nesse momento, em 28 de agosto, foi também criada a CUT. A esse respeito, veja a entrevista com os representantes da CONCLAT, José Francisco da Silva, presidente da CONTAG e Gilmar Carneiro dos Santos, e com o representante da CUT, Gilmar Carneiro dos Santos, concedida a José Álvaro Moisés e Roque Aparecido da Silva, da revista Lua Nova, do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), 1984.

⁹⁶ A CONSIR era um departamento da Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA) durante o governo João Goulart.

⁹⁷ Em Pernambuco, integram o sistema CONTAG a FETAPE os STRs, chamados antes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, e agora denominados Sindicatos de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (STTRs). O sistema CONTAG representa o conjunto heterogêneo dos trabalhadores rurais, incluindo assalariados e agricultores familiares.

CONTAR	Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais ⁽⁹⁸⁾
CONTRAF	Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar ⁽⁹⁹⁾
COOPPLAN	Cooperativa dos Plantadores de Cana de Pernambuco
COPERBO	Companhia Pernambucana de Borracha Sintética
COSTRI	Corrente Sindical Independente
COTEPE	Coordenadoria de Terras do Estado de Pernambuco
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRB	Confederação Rural Brasileira
CRC	Companhia de Revenda e Colonização
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DNTR	Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais ⁽¹⁰⁰⁾
EDUCATER	Comissão Educação para a Terra ⁽¹⁰¹⁾
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Pernambuco
ENAFOR	Encontro Nacional de Formação ⁽¹⁰²⁾

⁹⁸ A CONTAR foi criada em outubro de 2015, para representar com exclusividade os assalariados rurais. A ela estão vinculadas federações (FETARs) e sindicatos (STTARs). Nos Estados as entidades estaduais são as FETARs. A sigla do sindicato filiado é STTAR.

⁹⁹ A sigla CONTRAF substituiu a de FETRAF, permanecendo a mesma entidade fundada em julho de 2004. Nos Estados a representação é feita pelas FETRAF. A FETRAF-PE é coordenada por João Santos da Silva e está sediada em Vitória de Santo Antão. Nos municípios a entidade de representação é o SINTRAF.

¹⁰⁰ O DNTR foi fundado em 1988, dentro da CUT, pregando a autonomia sindical em relação ao Ministério do Trabalho. Em 1995, o DNTR é extinto, mediante acordo entre CUT e CONTAG.

¹⁰¹ Essa entidade foi formada pela CPT e o CEAS, articulando um trabalho de base nas áreas de conflito e nos assentamentos. Tinha sede nas dependências da ACO.

¹⁰² Encontros promovidos pela CUT para fortalecer a organização e a ação sindical. Tem caráter político-pedagógico.

ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
FAEPE	Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Pernambuco ⁽¹⁰³⁾
FAO	Organização para a Agricultura e Alimentação ⁽¹⁰⁴⁾
FAREP	Federação das Associações Rurais de Pernambuco
FECOMIPE	Federação das Cooperativas Mistas de Pernambuco
FETAEPE	Federação dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Assalariados Rurais do Estado de Pernambuco ⁽¹⁰⁵⁾
FETAG	Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura ⁽¹⁰⁶⁾
FETAPE	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco ⁽¹⁰⁷⁾
FETRAF	Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar ⁽¹⁰⁸⁾
FIEPE	Federação das Indústrias de Pernambuco
FINOR	Fundo de Investimentos do Nordeste ⁽¹⁰⁹⁾
FNE	Fundo Constitucional do Nordeste
FTACEP	Federação dos Trabalhadores Assalariados Agrícolas e Camponeses do Estado de Pernambuco ⁽¹¹⁰⁾

¹⁰³ A FAEPE foi criada em abril de 1968, substituindo a FAREP. Ela integra o sistema sindical patronal, capitaneado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Em Pernambuco são filiados à FAEPE os Sindicatos Rurais (SR) e o Sindicato dos Cultivadores de Cana de Pernambuco (SINDICAPE).

¹⁰⁴ Em inglês, *Food and Agriculture Organization*.

¹⁰⁵ A FETAEPE foi fundada em 25 de maio de 2015, sob a presidência de Gilvan José Antunis. Em 2018 já possuía 19 sindicatos filiados. É integrada ao sistema CONTAR

¹⁰⁶ Federação integrante do sistema CONTAG.

¹⁰⁷ A FETAPE foi fundada em 06 de junho de 1962 e reconhecida em 17 de outubro de 1962 como Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco, à qual eram vinculados os STRs. Em 25 de maio de 2018, mantendo a mesma sigla, a entidade passou a atual denominação. A ela são vinculados os STTR e ela é integrada ao sistema CONTAG. Também em 25 de maio de 2015, foi criada a FETAEPE. Paralelamente, existe o sistema CONTRAF-Brasil, e suas filiadas FETRAF'S, nos Estados e seus sindicatos SINTRAFs nos municípios.

¹⁰⁸ A FETRAF foi criada em 2001 na região Sul do Brasil e nacionalizada na mesma década. Em 2016, a FETRAF nacional passou a denominar-se Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (CONTRAF)

¹⁰⁹ O FINOR foi administrado pelo Banco do Nordeste BNB), em parceria com a SUDENE.

¹¹⁰ A FTACEP foi fundada em 1950 por ocasião do 1º Congresso Camponês de Pernambuco, em Recife, com a participação de cerca de três mil camponeses.

FUNTEPE	Superintendência do Fundo de Terras de Pernambuco ⁽¹¹¹⁾
FUNTEPE	Fundo de Terras de Pernambuco ⁽¹¹²⁾
GERA	Grupo Especial de Reforma Agrária
GERAN	Grupo Especial para Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste
IAA	Instituto do Açúcar e do Álcool ⁽¹¹³⁾
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Agrário
IJNPS	Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITERPE	Instituto de Terras e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco ⁽¹¹⁴⁾
JAC	Juventude Agrária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra ⁽¹¹⁵⁾
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEAF	Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários ⁽¹¹⁶⁾
MEB	Movimento de Educação de Base
MECOR	Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais
MEEI	Movimento de Evangelização Encontro de Irmãos ⁽¹¹⁷⁾

¹¹¹ Este órgão foi criado no governo de Roberto Magalhães, e mantido nos governos de Gustavo Krause e Miguel Arraes. O órgão existiu até 1988.

¹¹² Este órgão foi criado no governo de Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti, em 19 de julho de 1991 pela Lei Estadual Nº 10.606.

¹¹³ O IAA foi uma autarquia federal criada 1º de junho de 1933 pelo presidente Getúlio Vargas e extinta em 07 de maio de 1990, pelo presidente Fernando Collor.

¹¹⁴ O ITERPE foi criado no governo de Eduardo Campos (2007-2014) pela Lei estadual 13.900 e regulamentado pelo Decreto 34.497 de 31 de dezembro de 2009, sendo mantido pelos sucessivos governos estaduais, inclusive o de governo de Raquel Lyra, iniciado em 1º de janeiro de 2023. O ITERPE substituiu a Unidade Técnica Fundo de Terras do Estado de Pernambuco (FUNTEPE), e tem como finalidade a reorganização fundiária, a implantação de assentamentos e a operacionalização do crédito rural.

¹¹⁵ Movimento de trabalhadores sem terra surgido no Rio Grande do Sul.

¹¹⁶ O MEAF foi criado em 1979, sendo dirigido pelo general Danilo Venturini.

¹¹⁷ O MEEI é voltada para a zona urbana.

MER	Movimento de Evangelização Rural
MIRAD	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MJCR	Movimento dos Jovens Cristãos Rurais ⁽¹¹⁸⁾
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ⁽¹¹⁹⁾
MST-PE	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra de Pernambuco ⁽¹²⁰⁾
MSTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
MSTTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais ⁽¹²¹⁾ .
MSVT	Movimento Social Via do Trabalho
MTC	Movimento dos Trabalhadores Cristãos ⁽¹²²⁾
NovaBio	Associação de Produtores de Açúcar, Etanol e Bioenergia
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCEPE	Organização das Cooperativas do Estado de Pernambuco
PA	Projeto de Assentamento
PADRSS	Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
PAPP	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural ⁽¹²³⁾
PC	Partido Comunista
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PDRI	Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado ⁽¹²⁴⁾
PDS	Partido Democrático Social

¹¹⁸ O MJCR foi oriundo da ACR, no momento em que esta era cerceada pelo novo arcebispo da Arquidiocese de Olinda e Recife, Dom José Cardoso, contrário à Teologia da Libertação, inspiradora da ACR.

¹¹⁹ O MST foi criado em 1984, na cidade de Cascavel, no Paraná e se instalou em Pernambuco em 1990.

¹²⁰ O MST-PE era uma entidade pernambucana dirigida por Bruno Maranhão, dirigente estadual do PT e oriundo do PCB e do PCBR. Era oriundo de tradicional família de usineiros.

¹²¹ Substituiu oficialmente a sigla MSTR, que continua a ser usada.

¹²² O MTC foi criado em Recife como Ação Católica Operária (ACO) do Nordeste, nos primeiros anos da ditadura militar, graças ao trabalho do Padre Romano Zufferey, nascido na Suíça e transferido para Recife, já como padre e tendo sido assistente da JOC e da ACO em sua terra natal.

¹²³ O PAPP de Pernambuco foi elaborado durante o governo de Roberto Magalhães, em nos anos de 1983 e 1984.

¹²⁴ Projeto multisetorial de intervenção social do POLONORDESTE destinado a um determinado polo de desenvolvimento..

PDSFN	Projeto de Desenvolvimento do Sistema Fundiário Nacional
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PIC	Projeto Integrado de Colonização
PIN	Plano de Integração Nacional
PL	Partido Liberal
PLANALSUCAR	Programa Nacional de Melhoramento da Cana de Açúcar
PMB	Partido Municipalista Brasileiro
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste ⁽¹²⁵⁾
PROALCOOL	Programa Nacional do Alcool
PROCANOR	Programa Especial de Apoio à População das Zonas Canavieiras do Nordeste ⁽¹²⁶⁾
PRORURAL	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável de Pernambuco, executado por uma Unidade Técnica
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste
PRRA-PE	Plano Regional de Reforma Agrária de Pernambuco
PSD	Partido Social Democrático ⁽¹²⁷⁾
PSP	Partido Social Progressista ⁽¹²⁸⁾
PST	Partido Social Trabalhista ⁽¹²⁹⁾

¹²⁵ O POLONORDESTE foi criado em 1974, com o objetivo de atuar em áreas de maior potencialidade no espaço rural do Nordeste, tendo eixos na infraestrutura econômica (estradas vicinais e eletrificação rural), infraestrutura social (escolas, postos de saúde e sistemas de saneamento rural), complementados pelas ações na área de tecnologia através da assistência técnica e extensão rural, crédito rural orientado, apoio à comercialização e fornecimento de insumos modernos e sementes melhoradas. Na sequência, foram definidas as áreas onde seriam implantados os Projetos de Desenvolvimento Rural Integrados (PDRIs)

¹²⁶ O PROTERRA foi criado em 06 de julho de 1971, através do Decreto-Lei nº 1.179.

¹²⁷ As forças getulistas criaram o Partido Social Democrático (PSD), em 17 de julho de 1945, de feito mais rural. O antigo PSD elegeu os presidentes Eurico Gaspar Dutra e Juscelino Kubitschek. Posteriormente, em 2011, foi criado um novo PSD, liderado por Gilberto Kassab.

¹²⁸ O PSP foi criado em junho de 1946, por Adhemar de Barros, governador de São Paulo.

¹²⁹ O PST existiu entre 1946 e 1965, criado por dissidentes do antigo PSD, inicialmente com o nome de Partido Proletário do Brasil.

PT	Partido dos Trabalhadores ⁽¹³⁰⁾
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro ⁽¹³¹⁾
SAA	Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco ⁽¹³²⁾
SAR	Serviço de Assistência Rural ⁽¹³³⁾
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SINDAÇÚCAR	Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool do Estado de Pernambuco
SINDICAPE	Sindicato dos Cultivadores de Cana de Pernambuco
SINTTEL	Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Pernambuco ⁽¹³⁴⁾
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar ⁽¹³⁵⁾
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura
SORPE	Serviço de Orientação Rural de Pernambuco
SR	Sindicato Rural, de representação patronal
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais ⁽¹³⁶⁾
STTR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares ⁽¹³⁷⁾
STTAR	Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais ⁽¹³⁸⁾
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

¹³⁰ O PT foi fundado em São Paulo, em 10 de fevereiro de 1980.

¹³¹ O PTB, Partido Trabalhista Brasileiro foi criado pelas forças getulistas em 1945, de perfil urbano, com apoio no movimento sindical dos trabalhadores urbanos.

¹³² A SAA foi uma entidade de representação do patronato agrário de Pernambuco reconhecida em 1872 por um decreto do imperador Pedro II.

¹³³ O SAR foi criado em 1949 por Dom Eugênio Sales, arcebispo de Natal, em sua arquidiocese, e desenvolveu trabalhos de assistência ao camponês.

¹³⁴ O SINTTEL foi criado em 26 de agosto de 1959.

¹³⁵ O SINTRAF é um sindicato municipal integrante do sistema Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Contraf-Brasil/CUT). As entidades estaduais são as FETRAF'S.

¹³⁶ Essa sigla, embora substituída formalmente pela sigla STTR, continua sendo a mais usada.

¹³⁷ Sindicato de trabalhadores rurais de base municipal de Pernambuco, vinculado à FETAPE. Substitui a sigla STR.

¹³⁸ Sindicato de trabalhadores rurais de base municipal de Pernambuco vinculado à FETAPE, a nova federação estadual, parceira da FETAPE.

SUPRA	Superintendência de Reforma Agrária ⁽¹³⁹⁾
UDN	União Democrática Nacional
UDR	União Democrática Ruralista
ULTAB	União dos Lavradores e dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil
USAID	Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional

¹³⁹ Órgão responsável por executar a reforma agrária no governo de João Goulart.

O primeiro dos três volumes desta coleção aborda a reforma agrária em Pernambuco, revestida de características próprias. A formação econômica desse Estado contribuiu para esta singularidade. O campo pernambucano é analisado desde o surgimento das Ligas Camponesas, antes da ditadura militar, e a Nova República até a Assembleia Nacional Constituinte de 1988. O foco recai sobre os atores sociais — trabalhadores e patrões —, que, no geral, souberam negociar seus conflitos. A época mais controversa foi a das Ligas, e o momento de mais conciliação foi a da Nova República, quando a União Democrática Ruralista (UDR) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) protagonizaram importantes conflitos em outras regiões do país, mas, paradoxalmente, não conseguiram nem se implantar em Pernambuco na Nova República. Uma das principais fontes de informação desta pesquisa foram as entrevistas realizadas com empresários, políticos, lideranças do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, do Cooperativismo e de organizações católicas atuantes no campo.



UFRPE



Editora
Universitária
da UFRPE

ISBN: 978-85-79464-69-0



9 788579 464690